



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE
NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA**

ELIZABETH GONÇALVES LIMA ROCHA

**OPERAÇÕES DE LINGUAGEM E O ENSINO DE LÍNGUA:
UM ESTUDO DO MARCADOR EM**

**GUARULHOS
2019**

ELIZABETH GONÇALVES LIMA ROCHA

**OPERAÇÕES DE LINGUAGEM E O ENSINO DE LÍNGUA:
UM ESTUDO DO MARCADOR *EM***

Tese apresentada, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo – *Campus* Guarulhos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Cristina Romero Lopes

Guarulhos
2019

Rocha, Elizabeth Gonçalves Lima.

Operações de linguagem e o ensino de língua: um estudo do marcador *EM* / Elizabeth Gonçalves Lima Rocha. - 2019.
155 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, 2019.

Orientador: Márcia Cristina Romero Lopes

Título em francês: Opérations linguistiques et enseignement des langues: étude du marqueur EM.

1. Enunciação. 2. Ensino de língua. 3. Semântica. 4. Preposição EM. I. ROMERO, Márcia Cristina. II. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III. Título.

ELIZABETH GONÇALVES LIMA ROCHA

**OPERAÇÕES DE LINGUAGEM E O ENSINO DE LÍNGUA:
UM ESTUDO DO MARCADOR *EM***

Tese apresentada, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo – *Campus* Guarulhos.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Cristina Romero Lopes

Aprovado em: _____ de _____ de 2019.

Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora Ferreira Lima
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof^a Dr^a Elisa Stumpf
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Prof^a Dr^a Marília Blundi Onofre
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Prof. Dr. Emerson de Pietri
Universidade de São Paulo (USP)

Aos que semeiam o Amor.

Agradecimentos

Os últimos quatro anos morando em São Paulo com o objetivo de cursar o doutorado na UNIFESP certamente foram os anos mais intensos da minha vida. As experiências vividas nesse intervalo levaram-me a vários lugares, em especial, a um recanto que ainda não havia verdadeiramente acessado – ao meu interior. A jornada começara e por vezes retrocedi, titubeei. Fiquei em suspenso. Tudo, absolutamente tudo, é motivo de agradecimento. Devo a muitos e a muitas: conhecidos e desconhecidos, presentes e ausentes. Devo ao Universo. Agradeço imensamente a todos.

Agradeço à minha orientadora, Márcia Romero, mulher de fibra. Pesquisadora de grande quilate. Agradeço pela inspiração e transpiração, pelo exemplo de obstinação e pela orientação prestada.

Aos membros da Banca de Qualificação, Professoras Marília Blundi Onofre e Maria Auxilidora Ferreira Lima, grandes pesquisadoras que contribuem para a disseminação da TOPE. Obrigada pelas observações valiosas.

À minha família, pelas vibrações positivas. Especialmente à minha mãe (sempre meu esteio), aos meus filhos (Danilo, João, Éwerton) e “filhas” (Cecília, Gaia e Niméria), a todos os meus irmãos: Júnior, Clodoaldo, Márcia, Ângela, Rita, Maurício e Pedro. A todos que de um jeito ou de outro torceram por mim e assim se fizeram presentes.

Aos amigos de ontem – Edilson, Sávio, Gedeão, Natan, Lidy, Penha, Cida e Maria – e aos de hoje – Lari, Leo, Camilli, Suzy, Thati, Cássia, Soraia, Cris, Vanessa e Jú. A angústia de muitos momentos se dissipou com amigos tão solícitos.

A UNIFESP e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde. Àqueles por quem aprendi a ter profundo respeito e admiração não apenas pelo conhecimento intelectual, mas principalmente pelo trato delicado para com as pessoas: Claudia Vóvio, Marcos Cezar e Umberto de Andrade.

À Universidade Federal do Piauí, pela minha liberação integral para realização desse projeto pessoal e profissional.

A Deus que se manifestou de tantas formas (pessoas, palavras, sonhos, situações, árvores, borboletas) fazendo-se sempre presente em todos os momentos da minha vida. Muito obrigada. Toda honra e toda glória ao Pai Celestial em todo tempo e lugar.

Tempo para tudo

Tudo neste mundo tem o seu tempo; cada coisa tem a sua ocasião.

*Há tempo de nascer e tempo de morrer;
tempo de plantar e tempo de arrancar;
tempo de matar e tempo de curar; tempo
de derrubar e tempo de construir.*

*Há tempo de ficar triste e tempo de se
alegrar; tempo de chorar e tempo de
dançar; tempo de espalhar pedras e
tempo de ajuntá-las; tempo de abraçar e
tempo de afastar.*

*Há tempo de procurar e tempo de
perder; tempo de economizar e tempo de
desperdiçar;*

*Tempo de rasgar e tempo de remendar;
tempo de ficar calado e tempo de falar.*

*Há tempo de amar e tempo de odiar;
tempo de guerra e tempo de paz.*

(Eclesiastes 3. 1-8)

RESUMO

Nossa pesquisa de doutorado propõe-se a abordar o problema da identidade semântica da preposição EM, conforme seu uso no português brasileiro, a partir do referencial conceitual e metodológico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE). Para tanto, retoma crítica e seletivamente, em suas várias vertentes, a literatura gramatical e linguística sobre o assunto, a qual, apesar de seus aportes indispensáveis, não chega a propor uma solução razoável do problema, na medida em que não logra conjugar descrição da variação empírica e formulação da invariância formal de EM. Com efeito, a apresentação da identidade semântica de um item da língua implica a análise rigorosa de suas ocorrências cotextuais e a síntese do esquema operatório subjacente que consiste em um conjunto de relações (entre termos) que se mantêm estáveis sob diversas transformações. Nesse sentido, com a mobilização do instrumental metodológico da TOPE, nosso trabalho, debruçando-se sobre uma amostra considerável de enunciados, descreve as diversas representações construídas pela preposição EM nas determinações espacial, temporal e de estado e, a partir das análises, formula a identidade semântica deste marcador em termos de propriedade ímã, a qual explica por que são essas as representações instauradas por tal preposição e não outras quaisquer. Essa propriedade revela que a preposição EM marca a operação de um vetor tendencial que atrai o termo determinado para o termo determinante da relação preposicional, o qual é estruturado como zona de localização, construindo-se, assim, o domínio da validação da ocorrência e o domínio em que essa validação não se verifica. Essa abordagem, ademais, pretende dar conta da concorrência das formas *chegar em* e *chegar a*, para além dos critérios de adequação à norma gramatical, ao considerá-las como traços de operações de construção do sentido linguístico.

Palavras-chave: Preposição EM. TOPE. Identidade semântica. Ensino de língua.

RÉSUMÉ

Notre recherche aborde le problème de l'identité sémantique de la preposition EM, en son usage en portugais du Brésil, à partir du cadre de la Théorie des Opérations Prédicatives et Énonciatives (TOPE). Pour cela, nous reprenons, d'une façon critique et sélective, les études grammaticales et linguistiques sur le thème, sorties de plusieurs courants théoriques, lesquels, nonobstant leurs contributions précieuses, ne réussissent pas à proposer une solution raisonnable du problème, dès lors que n'arrivent pas à conjuguer la description de la variation empirique avec la formulation de l'invariance formelle qui en découle. En effet, la présentation de l'identité sémantique d'un item linguistique suppose l'analyse rigoureuse de ses occurrences co-textuelles et la synthèse précise du schéma opératoire subjacent qui consiste dans un ensemble de relations (entre termes) qui restent stables sous différentes transformations. En ce sens, avec les instruments méthodologiques de la TOPE, notre travail, en examinant un nombre considérables des énoncés, décrit les représentations diverses construites par la preposition EM dans les déterminations spacial, temporal et d'état, et à partir de ces analyses formule l'identité de la preposition comme propriété iman, laquelle explique pourquoi ce sont de telles représentations instaurées par cette preposition, et non d'autres. Cette propriété montre que la préposition EM est la marque de l'opération d'un vecteur tendanciel qu'attire le terme repéré vers le terme repère de la relation prépositionnelle, lequel est structuré comme zone de localisation (en sens large), en se construisant, de cette sorte, le domaine de validation de l'occurrence et le domaine où cette validation n'est pas vérifiée. Cette approche prétend, en plus, rendre compte de la concurrence entre les formes *chegar em* et *chegar a*, au-delà des critères d'adéquation à une norme grammaticale, en les considérant comme traits des opérations de construction du sens linguistique.

Mots-clés: Preposition EM. TOPE. Identité sémantique. Enseignement du portugais.

Sumário

APRESENTAÇÃO	12
I – Horizontes de estudo sobre a preposição	16
1.1. A vertente tradicional	18
1.2. A vertente funcionalista	27
1.3. A vertente cognitivista.....	31
1.4. A vertente da semântica lexical.....	38
II – Referencial teórico-metodológico do estudo	47
2.1. Relações entre níveis de representação.....	47
2.2. Procedimentos em uma teoria dos observáveis.....	52
2.4. O operador ε	57
2.5. Noção e domínio nocional	59
2.6. Identidade semântica e forma esquemática	61
2.7. Uma teoria aberta.....	64
2.8. Os marcadores preposicionais na TOPE.....	66
2.8.1. A preposição DANS.....	71
2.8.2. A preposição EN	74
III – Estudos analíticos: representações espaciais, temporais e de estado	81
3.1. Elaboração das representações espaciais	82
3.2. Elaboração das representações temporais	95
3.3. Elaboração das representações de estado.....	110
3.4. Construções efetuadas com as formas prefixais EM-/EN-.....	120
IV – A TOPE e o ensino de língua portuguesa: <i>chegar em/a</i>	126
4.1. Ensino de língua portuguesa	126
4.2. Norma gramatical e uso da língua	130
4.3. Norma e poder	133
4.4. Posicionamento da TOPE face à normatividade	135
4.5. Campos de ocorrência de <i>chegar em</i> e <i>chegar a</i>	137
4.6. Algumas considerações sobre a intricação <i>chegar em</i> e <i>chegar a</i>	145
Conclusão	147
Referências bibliográficas.....	154

APRESENTAÇÃO

Nosso trabalho de pesquisa aborda o problema da identidade semântica da preposição EM, problema já enfrentado por outros estudos inseridos em diferentes perspectivas teóricas.

O referencial teórico e os procedimentos metodológicos fundamentam-se na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante TOPE), desenvolvida por seu fundador Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018) e seus vários seguidores, especialmente Franckel e Paillard (2007), Ashino, Franckel e Paillard (2017), Romero (2011b, 2013a) e Vilela (2016) que têm se dedicado ao estudo, de forma aprofundada, dos itens preposicionais.

A TOPE destaca-se como uma teoria essencialmente sensível à questão da invariância e variação semântica das formas linguísticas ao avançar, em seu programa, o objetivo de formular, por meio do trabalho analítico sobre enunciados, o esquema formal subjacente ao funcionamento dos itens linguísticos. É exatamente essa problemática que está no cerne do vasto programa de pesquisa proposto por Antoine Culioli:

A análise de um marcador (entendido não no sentido de uma etiqueta, mas de marcador de operação ou eventualmente de polioperação) deve resultar numa representação formal com características estáveis e controladas. A partir dessa representação formal, que eu chamo de forma esquemática¹, constituem-se formas suplementares que são, na verdade, deformações da forma de base. A questão é a de compreender a organização desses dispositivos deformáveis (CULIOLI, 1990, p. 115-116)².

Essa citação traz conceitos fundamentais para nossa pesquisa.

Em primeiro lugar, o conceito de *marcador*, que preferimos ao emprego de *preposição*, embora também o utilizemos nesse trabalho. De fato, “preposição”, ao remeter a uma definição de ordem morfológica e sintática, impede comumente que formas semelhantes do ponto de vista do seu funcionamento semântico, como a preposição EM e os prefixos EN-/EM-, sejam tratadas em conjunto, como vemos no

¹ Nos desenvolvimentos atuais da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, *forma esquemática* não é um conceito utilizado para descrever o funcionamento enunciativo de unidades categorizadas como preposição. Nesse caso, fala-se apenas em *identidade semântica*. Ver Romero (2011b) e Vilela (2016) a respeito dessa questão.

² Todas as traduções são de nossa responsabilidade. Quando não o são, consta da referência bibliográfica o nome do tradutor.

primeiro capítulo. O conceito de *marcador* implica, portanto, uma mudança de atitude teórica frente ao fenômeno da linguagem. Isso porque *marcador* exclui qualquer ideia de significação mental ou referencial da qual a forma linguística seria o suporte, uma vez que nos leva a considerar os itens da língua, que se agenciam a outros itens na formação de um enunciado, como traços de operações às quais não se têm acesso por observação direta, mas que podem ser formalizadas por meio do tratamento metalinguístico desses mesmos itens em seus variados usos.

Em segundo lugar, a passagem de Culioli mobiliza a ideia de uma forma abstrata de base, das quais as formas linguísticas empíricas seriam deformações materializadas na dinâmica intersubjetiva de produção e reconhecimento de enunciados. Este segundo ponto remete explicitamente à descrição da multiplicidade dos sentidos cotextuais e à determinação da unidade de sentido puramente formal dos itens linguísticos. A descrição dessa multiplicidade levanta o problema de saber por que certo marcador constrói tais e tais representações e não outras e, com isso, a qual operação específica remete-se. Numa palavra, a identidade semântica surge do jogo entre variância cotextual e invariância abstrata³.

Esse levantamento de questões leva à leitura crítica dos trabalhos que descrevem a forma preposicional EM e faz ver seus limites. Percebe-se, *grosso modo*, ou que tais trabalhos sequer consideram a questão do sentido unitário da preposição, contentando-se em listar suas diversas significações, ou que a identidade semântica que propõe não dá conta da razão que explique por que a preposição EM se restringe à construção de determinadas representações.

A obra de Franckel e Paillard (2007) e de Ashino, Franckel e Paillard (2017) são as que levaram o mais longe o empreendimento de formular a identidade semântica das preposições em francês, por meio da análise rigorosa das variações cotextuais. Embora tenhamos nos inspirado em seus procedimentos e resultados, evitamos uma mera reprodução do método nelas apresentados. Em nosso trabalho, preferimos distinguir três grandes domínios de ocorrências do marcador EM que remetem a tipos de representações diferentes: espacial, temporal e de estado. Em cada um desses domínios, restringimos nossas análises a um pequeno grupo de enunciados - atentando para a concorrência entre preposições e a (im)possibilidade

³ Voltamos a essa questão adiante. Por ora, importa-nos dizer que a invariância é um conceito que remete a um funcionamento invariante que permanece constante e do qual se originam diferentes valores semânticos que costumeiramente lhes atribuímos nos enunciados.

de certos agenciamentos - para maior controle do trabalho analítico. Esse mesmo procedimento foi observado na parte dedicada à análise das formas prefixais EM-/EN-. Obtiveram-se resultados que consideramos ser da ordem do generalizável, *i.e.* que podem ser usados para o tratamento de outros grupos de enunciados.

Além do problema da relação entre descrição da variação cotextual e formulação da invariância semântica do marcador EM, esta tese pretende refletir criticamente sobre o ensino da língua portuguesa no ambiente escolar, a partir justamente da mudança de atitude frente ao fenômeno linguístico que a TOPE suscita, e debruçando-se sobre a concorrência das formas *chegar a* e *chegar em*, comumente abordada a partir dos critérios de “certo” e “errado”.

Com efeito, a TOPE caracteriza os itens linguísticos enquanto traços de operação de construção de sentido, mobilizados na atividade da linguagem como dinâmica de produção e reconhecimento de enunciados em vista do ajustamento intersubjetivo e transindividual. Essa perspectiva afasta-se, portanto, do conceito de norma, que inclui um padrão que determina, por adequação, um modo “correto” de falar e escrever. Na TOPE, como vemos, a finalidade da atividade da linguagem é a compreensão mútua (e não a adequação a um padrão) e, assim sendo, vários sentidos “impróprios” e usos “incorretos” são perfeitamente bem formados e atestados como meio eficaz da atividade de linguagem.

No que se refere à sua disposição, este trabalho se divide em quatro capítulos.

No primeiro, tratamos de fazer uma leitura crítica de importantes obras que tratam da preposição EM, tendo-se como guia, principalmente, o problema da identidade semântica e da descrição da variação cotextual. As obras referidas pertencem aos mais diversos campos linguísticos: gramática tradicional, funcionalista, linguística cognitiva e semântica lexical.

No segundo capítulo, expomos o quadro conceitual e metodológico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, no qual nos inserimos. As principais referências são os trabalhos de Antoine Culioli, fundador da teoria, e de autores inscritos nesse quadro, além de obras direcionadas à semântica preposicional, como as de Franckel e Paillard (2007) e Ashino, Franckel e Paillard (2017).

No terceiro capítulo, tratamos das análises dos dados, considerando as ocorrências nos domínios espaciais, temporais e de estado. Trata-se de descrever as diversas construções enunciativas realizadas pelo marcador EM relativamente à localização espacial, temporal e de estado, em um campo restrito de ocorrências –

que se atualizam nos sintagmas *estar em* (+ complemento espacial), *chegar em* (+ complemento temporal) e *ficar em* (+ complemento de estado). O procedimento analítico mira, sobretudo, a explicação da (im)possibilidade de enunciados e da concorrência da preposição EM com outras preposições e com a construção direta (sem preposição). Além disso, neste capítulo de análise, tratamos de abordar as construções efetuadas com o prefixo EM-/EN-. A partir das análises empreendidas, avançamos de maneira detalhada a hipótese de formulação do esquema operatório subjacente à diversidade de empregos do marcador EM nos três domínios, e que se deixa enunciar em termos de *propriedade ímã*.

A propriedade ímã expressa a dinâmica relacional instaurada por EM, a qual opera um vetor tendencial que faz com que o termo orientador da relação preposicional atraia para si o termo orientado. Estrutura-se, assim, uma zona de localização do termo orientado pelo termo orientador, uma zona em que se observam o interior e o exterior do domínio de validação das ocorrências. Nesse sentido, a propriedade ímã sintetiza o esquema subjacente à variação cotextual dos usos de EM, na medida em que explica por que tal marcador serve para construir determinadas representações e não outras. Sustentamos que a propriedade ímã seja exclusiva de EM, pois o conjunto das representações operadas com esse marcador – e não com outro – explica-se por meio dela.

No último capítulo, por meio da abordagem de um fenômeno da língua portuguesa que opõe o uso comum à norma gramatical, qual seja, a concorrência entre a forma *chegar a*, recomendada pela gramática normativa em casos como *Cheguei a casa*, e *chegar em*, comum na prática cotidiana, como se vê em *Cheguei em casa*, abordamos a questão do ensino de língua portuguesa, problematizando o conceito de norma e variação sob a perspectiva da TOPE.

I – Horizontes de estudo sobre a preposição

Este capítulo não pretende apresentar uma exposição exaustiva das diversas teorias que tratam da categoria *preposição*. A exaustão aqui soaria desnecessária e trairia o objetivo do trabalho, que busca determinar a identidade semântica do marcador EM, sobretudo no que diz respeito aos seus empregos preposicionais, segundo os pressupostos teóricos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Assim, optou-se por selecionar e expor abordagens de importância e de cujos princípios e procedimentos a TOPE se distancia criticamente, tendo como pano de fundo a problemática da unidade de sentido do marcador EM, que se deixa pensar a partir do jogo entre variância cotextual e invariância semântica.

Para a TOPE, a determinação do sentido unitário de um marcador⁴ linguístico implica a reconstituição das propriedades que fundam a identidade do item em questão, tal como elas podem se manifestar nos diferentes empregos desse item (DE VOGÜÉ, 1999, p. 18). Com respeito ao distanciamento da TOPE relativamente a outras vertentes teóricas, encontram-se nos próprios trabalhos de Culioli menções restritivas tanto ao descritivismo classificatório das abordagens gramaticais, quanto ao que o autor designa como “reducionismo” da semântica cognitiva (1999b, p. 18 e p. 23). Além disso, encontramos, seja em obras como a de Paillard e Franckel (2007) e Ashino, Franckel e Paillard (2017) ou em trabalhos como os de Romero (2011b, 2013a), de Vilela (2016) e de Vilela e Rocha (2017), o posicionamento crítico de autores inscritos nesse referencial frente a outras teorias. Voltamos a essa discussão no decorrer desse capítulo.

Os trabalhos que abordamos aqui podem ser separados em dois grandes grupos. O primeiro reúne os trabalhos de classificação e descrição gramaticais realizados por duas perspectivas, a da vertente tradicional e a da vertente funcionalista. Escolhemos, como ilustração da primeira perspectiva, a *Gramática normativa da língua portuguesa* (LIMA, 2003) e a *Nova gramática do português contemporâneo* (CUNHA, CINTRA, 2001); da segunda perspectiva, selecionamos a *Gramática de usos do português* (NEVES, 2011). O segundo grupo reúne os trabalhos que abordam a preposição por um viés cognitivista, de um lado, o

⁴ As unidades linguísticas na TOPE são consideradas marcadores de operações que ocorrem em um nível anterior à materialização dos enunciados (nível mental), operações às quais o linguista não tem acesso diretamente.

realizado por Ilari *et al* na obra *Palavras de classe fechada* (ILARI *et al.*, 2015), cujas bases epistemológicas são os trabalhos de Lakoff e Johnson sobre a metáfora, e, de outro, o realizado por Berg na tese *O comportamento semântico-lexical das preposições do português do Brasil* (BERG, 2005), baseado, por sua vez, nos trabalhos de Gruber e Jackendoff sobre os papéis temáticos, enriquecidos, em contexto brasileiro, por pesquisadores como Franchi e Cançado.

A vertente gramatical, a funcionalista e a cognitivista têm bases epistemológicas distintas e trazem ao tema contribuições de diferentes ordens. Observa-se que a primeira visa a descrever a função sintática e os valores semânticos de um item linguístico no sistema da língua, em conformidade com a norma que rege o ideal de uma expressão “correta” – no caso da vertente tradicional –, ou o seu funcionamento na organização textual, conforme os usos efetivos do item na língua, no caso da vertente funcionalista. A abordagem de vertente cognitivista, que tem como *corpus* os usos comuns da língua, considera a unidade linguística dentro da perspectiva de uma semântica de natureza cognitiva, em busca de um sentido invariante que sustente os diversos usos dessa unidade.

Em se tratando do estudo da preposição, Franckel e Paillard (2007) destacam que muitos fenômenos relativos ao funcionamento dessa classe não são satisfatoriamente explicados pelas perspectivas gramatical e cognitivista. Essa crítica é elaborada a partir do confronto dos pressupostos que embasam definições, métodos e procedimentos com a análise dos dados da língua. Nesse confronto, entre outros aspectos, os autores apontam para a problemática de construções em que há concorrência seja entre preposições num mesmo ambiente sintático (*Ficou em dúvida, Ficou com dúvida*), seja entre construção preposicional e construção direta (*Ele chegou na segunda-feira* e *Ele chegou segunda-feira*) (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 25). Outra questão levantada pelos autores aborda a dificuldade de se identificar o correspondente do termo X, considerando-se o esquema preposicional X R(*prep.*) Y, em que R marca a relação estabelecida pela preposição, nas construções *SV PREP SN*, e X e Y, respectivamente, os termos orientado e orientador na relação preposicional. É o caso do enunciado *Atirou no coelho*, em que X, certamente, não é nem o sujeito sintático, nem o verbo em si. Este corresponde àquilo que se atirou no coelho: *a bala*. Essas restrições da TOPE à vertente gramatical e à cognitivista são retomadas adiante.

1.1. A vertente tradicional

A gramática tradicional tem por objetivo a ordenação categorial dos mecanismos da língua, considerada, segundo os ensinamentos de Ferdinand de Saussure, como um “sistema de meios de expressão”, conforme se encontra em Câmara Jr. (1998, p. 130). Nesse sentido, a *Gramática normativa da língua portuguesa*, de Rocha Lima, define *língua* como “um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens” (LIMA, 2003, p. 5). É exatamente a disposição dos elementos linguísticos e suas relações que a obra busca descrever dentro de um empreendimento normativo, quer dizer, que codifica o uso do idioma “dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta” (LIMA, 2003, p. 7).

A identificação e ordenação das unidades do sistema, bem como o estabelecimento de regras, são fundamentadas em exemplos extraídos de obras de grandes escritores considerados como modelos a serem seguidos por aqueles que almejam falar e escrever bem e corretamente. A restrição do *corpus*, como inúmeros trabalhos inscritos em diferentes vertentes já mostraram, traz prejuízos, pois se negligenciam fenômenos que certamente teriam muito a ensinar sobre o funcionamento das unidades linguísticas, inclusive os usos comuns na prática cotidiana dos alunos, por exemplo, como temos oportunidade de discutir no nosso último capítulo. Apesar dessa restrição, o trabalho de Lima traz importantes contribuições que valem a pena serem consideradas em vista da compreensão do funcionamento de uma categoria como a da preposição e, especialmente, da compreensão do papel desempenhado pela preposição EM, objetivo de nosso trabalho.

A gramática elaborada pelo autor é dividida em quatro partes, “Fonética e fonologia”, “Morfologia”, “Sintaxe”, “Rudimentos de estilística e poética”. A preposição é examinada na parte destinada à morfologia, que aborda o estudo das formas, sua estrutura e classificação, e naquela destinada à sintaxe, que tem por objeto a função das unidades na construção da frase.

Na seção “Morfologia”, o autor distingue dez classes de palavras (*substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*). A preposição é definida por Lima (2003) como segue:

Preposições são palavras que subordinam um termo da frase a outro – o que vale dizer que tornam o segundo dependente do primeiro.

Em *livro de Pedro, obediente a seus pais, moro em São Paulo*, as palavras *de, a, em* ligam entre si os dois termos da frase, que vêm respectivamente antes e depois delas. (...) Os termos que precedem as preposições (*livro, obediente, moro*) chamam-se *antecedentes*; os que as seguem (*Pedro, seus pais, São Paulo*) chamam-se *consequentes*. Como se vê, a preposição mostra que entre o antecedente e o consequente há uma relação, de tal modo que o sentido do primeiro é explicado ou completado pelo segundo. (LIMA, 2003, p. 180 *grifos do autor*)

A definição acima identifica a preposição como uma categoria diferente de outras categorias, com função de subordinação de um termo antecedente a um termo consequente. Pode-se observar que a caracterização morfológica e sintática, feita pelo autor, não atenta que, em termos de funcionamento semântico, a preposição EM guarda uma forte semelhança com o prefixo EN-, de modo que podemos aproximar, com certa variação de sentido, os enunciados *O livro está na caixa* e *O livro está encaixotado*. Dessa forma, a diferença morfológica e sintática entre preposição e prefixo torna-se secundária se pensarmos que o principal a ser considerado é sua função na construção do sentido.

A semelhança entre a forma preposicional EM e a prefixal EM-/EN-, negligenciada pela gramática, aponta para uma abordagem transcategorial que será discutida mais à frente. É essa semelhança que nos leva a empregar, em conformidade com a terminologia da TOPE, o conceito de *marcador*, o qual, remetendo a operações de instauração de sentido e não a aspectos morfológicos e sintáticos, dá conta da aproximação entre EM (preposição) e EN- (prefixo), sustentada por um mecanismo operacional comum aos dois itens. Vale dizer que é justamente essa semelhança entre os itens que vai se apagar quando Lima trata da distinção quanto à forma e funcionalidade de EM preposição e EN prefixo.

Na definição da categoria *preposição* citada acima, indica-se seu papel semântico e sintático na construção da frase, retomada por Lima em outra passagem (LIMA, 2003, p. 354): “É ofício das preposições subordinar um elemento da frase a outro, apresentando o segundo como complemento do primeiro”. A relação de subordinação estabelecida pela preposição – apontada por Lima – significa que o termo nuclear da construção frásica, chamado antecedente, ou guarda uma insuficiência semântica ou pode ser objeto de uma especificação, de tal modo que o

termo que se segue à preposição – e que se denomina consequente – tem por função completar ou explicar o sentido do antecedente, por meio de uma restrição, por exemplo.

De fato, em um dos exemplos trazidos pelo autor – *livro de versos* –, o termo consequente (*versos*) dá a entender que o primeiro termo (*livro*) não é um livro qualquer, mas sim que se trata de uma obra escrita em versos, já que o especifica. Porém, em outro exemplo – *estar no campo* –, também referido pelo autor, tem-se dificuldade de descrever o tipo de complementação, já que o termo antecedente não é evidente, pois não pode ser identificado com o verbo *estar*. Este último exemplo mostra que o autor, ao dizer que o *antecedente* é o termo que “precede a preposição” e o *consequente*, o termo “que a segue” (LIMA, 2003, p. 180), desencadeia dificuldades para a compreensão do papel desta categoria.

Como afirmam Franckel e Paillard (2007, p. 13), na relação estabelecida pela preposição, que se expressa no esquema X R(pre)Y, se a identificação de Y não traz problema, geralmente é o que segue a preposição, o mesmo não se pode afirmar da identificação de X. Isso fica claro, segundo os autores, nos casos das construções nos quais os sintagmas preposicionais são analisados como complemento argumental do verbo. Num dos exemplos trazidos pelos autores, em *O caçador atirou no coelho* (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 14), X não corresponde aos termos que antecedem o sintagma preposicional (nem ao sujeito, nem ao verbo), como, aliás, já dissemos em momento anterior; na verdade, X remete a um termo não presente no enunciado, visto se tratar da *bala atirada*. Esse termo poderia se tornar visível com um exemplo que evocasse tal projétil, como se vê no seguinte enunciado em que X equivale a *três balas*: *A polícia atirou três balas na cabeça do assassino* (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 30).

Lima (2003, p.180-181) faz também referência à existência de três grupos de preposições: as *essenciais*, em número de dezesseis, unidades que sob quaisquer circunstâncias exercem sempre a função de preposição: *a, ante, até, após, com, contra, de, desde, em, entre, para, por, perante, sem, sob, sobre*; as *acidentais*, em número de dez, assim chamadas porque podem fazer as vezes de preposições: *exceto, durante, consoante, mediante, fora, afora, segundo, tirante, senão, visto*; e, por fim, às chamadas *locuções prepositivas*, em número variável, que desempenham o papel preposicional. A classificação das preposições em *essenciais* e *acidentais* suscita uma outra questão instigante diretamente relacionada

à compreensão do funcionamento linguístico da preposição: o que rege a flutuação de certos itens linguísticos entre categorias distintas⁵? Na obra, Lima não apresenta nenhum princípio teórico que justifique tal afirmação.

Do ponto de vista semântico, Lima distingue as preposições em *fortes* e *fracas* (LIMA, 2003, p. 355-356). As primeiras (*contra*, *entre* e *sobre*), explica o autor, guardam certas significações em si mesmas e por isso seus valores significativos seriam facilmente identificados pelos falantes; entretanto o autor não explicita quais significações seriam estas. As fracas (*com*, *a* e *de*), por não guardarem nenhum sentido em si mesmas, expressam-se em seu estado potencial e de forma indeterminada. Seus valores significativos são apreendidos a partir de seus cotextos de inserção nos enunciados.

A partir dessas considerações, EM seria uma preposição “essencial” e “fraca”. Afirmar que EM, enquanto essencial, assume sempre um papel de preposição é não levar em conta, como já indicamos, que esse marcador também assume o papel de prefixo (*na* caixa próximo de *encaixotado*). Por outro lado, caracterizar EM como uma preposição “fraca”, ou seja, como não possuindo nenhum sentido em si mesma, é questionável se considerarmos enunciados como *Deus está com você* e *Deus está em você*, em que claramente se percebe que a concorrência entre as preposições COM e EM no mesmo ambiente sintático é decisiva para a significação do enunciado. Caracterizar o EM como uma preposição “fraca”, sem sentido em si mesma, é negligenciar o fato de que essa unidade, como qualquer outro elemento linguístico, é de fundamental importância para a significação do enunciado. Assumir tal posicionamento é, em outras palavras, anular o papel de seu semantismo na referida significação.

De um modo geral, na exposição sobre usos e significados das preposições, o autor descreve as relações por elas estabelecidas, explicitando os valores que denotam. Como o nosso objeto de pesquisa é a preposição EM, restringimo-nos ao que é dito a respeito dela, cujos valores apresentados são seis (LIMA, 2003, p. 343-344):

⁵ Essa flutuação é descrita por estudos de base funcionalista como fenômeno de gramaticalização, em que um item passa por uma escala de abstração que modifica seu sentido mais prototípico e lhe permite adquirir características textuais (operador argumentativo ou marcador discursivo). A título de exemplo, tem-se o caso do ATÉ, que figura em ocorrências com valor de “limite final espacial” – *Nosso ego se expande até as últimas porosidades* –, ou com valor de “limite final temporal” – *O Afraninho até hoje mal contém o susto* – (ver NEVES, 2011, p. 625 *grifos do autor*), bem como naquelas em que é descrito como marcador discursivo num enunciado como *Cabe até uma nota de rodapé*.

- 1) lugar onde (interior e exterior): *O chá estava na mesa*;
- 2) tempo: *Destroem-se em minutos antigas roças penosamente cultivadas*;
- 3) estado: *Em flor a terra toda!*;
- 4) mudança de estado: *Converte-se a carne em terra dura*. Nesse caso, Lima destaca que os verbos que traduzem a ideia de “converter” constroem-se com EM, exceção feita ao verbo *reduzir* (*Reduzir a pó*);
- 5) preço: *Avaliaram o presente em um milhão*;
- 6) modo: *Vinham vê-la em romaria*.

Além dos valores acima elencados, EM, segundo o autor, guarda vestígios do emprego da preposição latina *in* seguida de acusativo que exprimia “sentido final” (LIMA, 2003, p. 345), como se observa nas expressões, elencadas por Lima, *em memória de*, *em vingança de* etc. Ao preceder o gerúndio, continua o autor, EM exprime, sobretudo, os valores tempo e condição (*Em lhe fazendo cafuné, ficaria em casa*). Por fim, Lima afirma ser “incontestável” o sentido diretivo dessa preposição em construções tais como: *crer em*, *pensar em*, *meditar em*, *refletir em* etc.

O resultado dessa abordagem é uma lista de valores ditos “principais”, que descrevem a variação de sentido da preposição EM, sem, no entanto, atentar para a problemática da *invariância* do marcador em questão, o que já se havia descartado com a caracterização de EM como preposição “fraca”, desprovida de significação. Vê-se assim que a classificação apresentada é insatisfatória do ponto de vista descritivo. Afirmar meramente que EM manifesta o valor de tempo ou espaço diz muito pouco se considerarmos que outras preposições também indicam esses valores. É necessário investigar quais os tipos próprios de representação temporal ou espacial que tal marcador constrói, e, assim fazendo, explicar pelo esquema invariante que constitui sua identidade, por que são essas representações construídas e não outras.

Alguns dos valores de EM, elencados pelo gramático, revelam, contudo, *insights* interessantes, que contribuem para a compreensão da invariância constitutiva da identidade semântica de EM, como veremos. É o caso, principalmente, do valor dito “diretivo”, que nos permite intuir uma propriedade fundamental de EM: a operação de um vetor tendencial que faz com que o termo orientador que ela introduz Y, atraia o termo orientado X para seu domínio.

O procedimento adotado em *A Nova gramática do português*

contemporâneo, de Cunha e Cintra (2001), é semelhante ao utilizado no trabalho de Lima (2003). Em Cunha e Cintra, predomina o trabalho descritivo que implica uma tarefa de classificação – segundo critérios formais, funcionais e semânticos – dos morfemas, vistos como elementos linguísticos dotados de um significado e de um significante e que constituem as unidades significativas mínimas presentes na formação de unidades maiores como as frases.

A descrição é também normativa, já que os autores fundam seu trabalho no ideal de correção idiomática, que corresponde “a um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 8). Nesse sentido, tal como Lima (2003), Cunha e Cintra (2001) referem-se quase exclusivamente a exemplos tirados de “grandes autores”. O resultado é, mais uma vez, uma redução do *corpus*, ignorando-se os usos comuns da língua.

Segundo Cunha e Cintra, quanto à natureza da significação, os morfemas podem ser lexicais ou gramaticais. Os primeiros têm significação externa, uma vez que remetem a “fatos da realidade extralinguística”, e os “gramaticais”, “interna”, uma vez que sua significação “deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 77). As preposições, enquanto morfemas gramaticais, têm, portanto, uma significação própria derivada das relações promovidas.

Na obra, três critérios servem à definição desses morfemas relacionais que são as preposições: a função, a forma e os valores significativos. Com respeito ao primeiro critério, as preposições são definidas como “palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (antecedente) é explicado ou completado pelo segundo (consequente)” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 555). A definição apresentada para a classe das preposições é idêntica à de Lima (2003) e cabe, aqui, a mesma problematização já feita.

Quanto à forma, as preposições se dividem em “simples” (“expressas por um só vocábulo”) e “compostas” (“constituídas de dois ou mais vocábulos”), e, nesse caso, denominam-se “locuções prepositivas” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 569). Os gramáticos explicam que, entre as preposições simples, há aquelas que seriam genuinamente preposições (“essenciais”), em número de dezessete e que são descritas em seus valores significativos: *a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás*, e as que acidentalmente poderiam funcionar como preposições: *afora, conforme, consoante, durante*,

exceto, fora, mediante, menos, não obstante, salvo, segundo, senão, tirante, visto, etc. Distinguir um item simplesmente pelo reconhecimento de sua forma, associando-o a uma determinada categoria, revela-se um critério descritivo limitado, porque ignora que esse mesmo item pode assumir outros aspectos morfológicos mantendo uma regularidade semântica. É o caso que trouxemos anteriormente ao mostrar que certas formas prefixais (EM-/EN-, por exemplo) não se distinguem de certas formas preposicionais (EM).

Cunha e Cintra explicam que mesmo apresentando uma grande variedade de usos diferenciados, pode-se estabelecer para cada uma das preposições uma significação fundamental, cuja marca é a expressão “de um movimento ou uma situação daí resultante” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 556). O conceito “situação” indica a falta de movimento na relação estabelecida. Segundo os autores, tanto o movimento quanto a situação “podem ser considerados com referência ao espaço, tempo e noção” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 557). Esses são, portanto, os conteúdos significativos fundamentais de toda e qualquer preposição, e ainda que elas apresentem outros matizes significativos, estes derivarão sempre do conteúdo significativo fundamental. Os autores ilustram esse conteúdo significativo com os enunciados *Trabalha de 8 às 8 todos os dias*, *Todos saíram de casa* e *Chorava de dor*. Tem-se no primeiro uma preposição que estabelece uma relação de movimento com referência ao tempo, no segundo uma relação de movimento com referência ao espaço e no terceiro enunciado uma relação de situação com referência à noção. A seguinte passagem, que comenta as considerações acima, mostra o posicionamento dos autores relativamente ao problema da variância e invariância de sentido da preposição:

Nos três casos a PREPOSIÇÃO *de* relaciona palavras à base de uma ideia central: “movimento de afastamento de um limite”, “procedência”. Em outros casos, mais raros, predomina a noção daí derivada, de “situação longe de”. Os matizes significativos que esta preposição pode adquirir em contextos diversos derivarão sempre desse conteúdo significativo fundamental e das suas possibilidades de aplicação aos campos temporal, espacial ou nocional, com a presença ou ausência de movimento. (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 557 *grifos dos autores*)

Vê-se aqui a principal diferença entre o posicionamento de Lima (2003) e dos dois autores ora considerados. Se, para o primeiro, as preposições não apresentam uma unidade de sentido, para Cunha e Cintra todas as preposições possuem um

conteúdo significativo fundamental. No caso da preposição EM, tal conteúdo se expressa como:

- 1) movimento = “superação de um limite de interioridade, alcance de uma situação dentro de”. Desdobra-se em: a) espaço: *Os Garcia entraram em casa calados*; b) tempo: *Nazário visitava-as de quando em quando*; c) noção: *E a lagoa entrou em festa*.
- 2) situação = “posição no interior de, dentro dos limites de, em contato com, em cima de”. Desdobra-se em: a) espaço: *Ângelo estava estirado na casa*; b) tempo: *Tudo aconteceu em 24 horas*; c) noção: *Iguais em tudo e na sina*. (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 570-571 *grifos dos autores*).

Embora Cunha e Cintra (2001) tentem especificar as representações espaciais, temporais e nocionais construídas pela preposição EM, ainda tendem a um certo reducionismo ao privilegiar os valores de “interioridade” e de “contato”. Considerando-se esses valores, parece difícil reconhecê-los em enunciados tais como *Em torno do cadáver, as pessoas reuniram-se para orar* ou ainda *O livro está na sua frente*. Se a descrição apresentada por Lima parece-nos limitada porque apenas faz proliferar os sentidos assumidos pela preposição EM, sem especificá-los e sem preocupar-se com a invariância de sentido da preposição, a proposta por Cunha e Cintra, por sua vez, apresenta uma sistematização que peca ao privilegiar os valores de “interioridade” e “contato” como conteúdo significativo fundamental de EM, deixando de fora outras representações operadas pelo marcador.

Cunha e Cintra explicam igualmente que se pode falar da existência de uma menor ou maior carga significativa da preposição que estaria na dependência do tipo de relação sintática por ela estabelecida. Haveria assim, segundo os autores, três tipos de relação sintática ou função relacional: fixa, necessária ou livre. Essas distinções implicam dizer que, quanto mais estreita for a relação estabelecida entre os termos pela preposição, menor será sua carga significativa.

Nas relações fixas, a associação entre a preposição e determinadas palavras (*De longe em longe*) é de tal ordem que “a primitiva função relacional e o sentido mesmo da preposição se esvaziam profundamente” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 560). Essa afirmação relativiza o princípio dos autores de que os contextos diversos do uso da preposição derivariam de um conteúdo significativo fundamental

como visto anteriormente.

A ideia de que a preposição em certos ambientes sintáticos não teria sentido, nos exemplos de relações fixas, denota uma negligência relacionada à investigação de qual o sentido de uma preposição, dando a impressão de que as questões mais difíceis, em vez de serem abordadas, são simplesmente ignoradas. Por outro lado, as relações livres são ilustradas com ocorrências em que há rivalidade de construções com e sem preposição (*Ele chega na semana que vem/ Ele chega semana que vem*). Neste caso, os autores sustentam que o emprego da preposição é, normalmente, “recurso de valor estilístico”, o que lhes conferiria uma significação de maior intensidade. Entretanto não são explicadas a razão desse ganho significativo e tampouco se trata da diferença propriamente semântica que há entre as construções concorrentes.

Essa perspectiva não permite, ainda, dar conta dos casos em que um mesmo argumento é introduzido por várias preposições (por exemplo, *Atirou na multidão* versus *Atirou contra a multidão* versus *Atirou sobre a multidão*). Nesses exemplos, como observa Paillard (2002, p. 53), é preciso dar conta de que o emprego de cada preposição é submetido a coerções e produz efeitos semânticos específicos que necessitam ser investigados. Por fim, os casos de relações necessárias corresponderiam àqueles em que as preposições relacionariam ao termo antecedente um conseqüente necessariamente sintático, e nestes casos “intensifica-se a função relacional das preposições com prejuízo do seu conteúdo significativo” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 548). Essas relações dizem respeito aos casos de complementação, ou seja, aqueles em que a preposição introduz argumentos do verbo, casos esses em que, para os autores, as preposições perderiam sua carga semântica.

Enfim, como já pudemos indicar, os trabalhos de Lima (2003) e de Cunha e Cintra (2001) partem de princípios teóricos semelhantes: descrição das funções dos elementos no sistema-língua e normatização. Ambos definem a preposição como o relator de um termo antecedente e um termo conseqüente, que complementa o primeiro, e avaliam seus usos a partir do critério de adequação a um padrão. Mas essa definição sintática e morfológica e essa visada normativa, adotadas por ambos, não dá conta de uma série de questões acima citadas. Por exemplo, a dificuldade de se especificar o termo determinado na relação preposicional, o qual nem sempre é instanciado pelo termo que antecede a preposição EM, além do problema da

semelhança semântica entre formas preposicionais (EM) e formas prefixais (EM-/EN-). Por outro lado, o critério normativo é insuficiente para dar conta da concorrência (abordada em nosso último capítulo) de formas como *chegar a* (prescrita pela norma) e *chegar em* (condenada pela norma, mas comum no uso da língua). Mas, principalmente, os autores tampouco dão conta de revelar os princípios reguladores, ou invariância semântica, que subjazem à diversidade de empregos da preposição. De fato, ao tratar dos valores das preposições, Lima (2003) não especifica, por exemplo, as representações temporais ou espaciais construídas por EM. Já Cunha e Cintra (2001) condensam a lista de valores semânticos do marcador em torno dos valores espaciais de interioridade e contato, deixando de lado enunciados em que tais valores parecem estar ausentes. Portanto, ambas as obras não oferecem uma descrição rigorosa das múltiplas representações construídas por EM, nem uma formulação razoável do esquema operatório na base dessas múltiplas representações.

1.2. A vertente funcionalista

A vertente funcionalista distingue-se da vertente tradicional porque, ao estudo da sistematicidade da estrutura da língua, associa-se o estudo da instrumentalidade do uso. Sistematicidade e instrumentalidade combinam-se nas três funções fundamentais da linguagem, segundo a teoria funcionalista (NEVES, 1994, p. 115). Primeiro, a linguagem serve “à expressão do conteúdo”, ou seja, tem uma função “ideacional”, mediante a qual nossa relação com o mundo se organiza e é incorporada à língua. Segundo, a linguagem tem uma função “interpessoal”, seu uso situando o locutor numa relação com outro em que a comunicação expressa juízos e atitudes. Por fim, a linguagem tem uma função “textual”, que torna possível o reconhecimento dos textos, já que, por meio dessa função, “a linguagem contextualiza as unidades linguísticas, fazendo-as operar no cotexto e na situação” (NEVES, 1994, p. 111). A função textual, cujo caráter é tanto sintático quanto semântico, diz respeito “à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em si mesmo como na sua relação com o contexto” (NEVES, 1994, p. 111).

A partir desses princípios teóricos, afirma Neves que a gramática funcionalista:

(...) visa a explicar regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua. A gramática funcional ocupa, assim, uma posição intermediária em relação às abordagens que dão conta apenas da sistematicidade da estrutura da língua ou apenas da instrumentalidade do uso da língua. (NEVES, 1994, p. 112-113)

Entende-se, dessa forma, porque *A Gramática de usos do português* tem em vista os usos efetivos da língua, os quais objetiva descrever, já que “é no uso que os diferentes itens assumem seu significado e definem sua função” (NEVES, 2011, p. 13) – a partir da consideração do funcionamento dos itens linguísticos na organização do texto, nos diversos níveis (intrafrásico, sintagmático) em que ocorrem. Para se contemplar a língua em seus usos, deve-se conceber que “a unidade maior de funcionamento é o texto e que os itens são multifuncionais” (NEVES, 2011, p. 15). Essa multifuncionalidade é examinada conforme sua finalidade principal, que é a “construção do sentido” (NEVES, 2011, p. 15).

A obra parte das tradicionais classes de palavras, sem que se pretenda propor uma classificação, pois estas estão dispostas em uma divisão presidida segundo a função textual já explicitada acima. Dessa forma, as partes em que a gramática se divide evidenciam os “processos que dirigem a organização dos enunciados para obtenção do sentido do texto: predicação, referenciação, quantificação e indefinição, junção” (NEVES, 2011, p. 15).

Segundo esses princípios, a preposição, na obra, é abordada como item funcional que pertence à esfera semântica das relações e processos que atuam especificamente na junção dos elementos do discurso. A preposição não é vista, pois, como avisa a autora, como se fosse um “nome”, dotado de acepções variadas, tal como ocorre nos dicionários, já que ela pertence “à esfera das relações e processos”, e seu papel é definido “no sistema de transitividade, ou não” e “no nível intrafrásico e sintagmático” (NEVES, 2011, p. 18). Assim, a preposição tem seu valor determinado a partir das relações contraídas entre os elementos cuja junção ela efetua. A preposição opera funcionalmente na “junção dos elementos do discurso, isto é, ocorre num determinado ponto do texto indicando o modo pelo qual se conectam as porções que se sucedem” (NEVES, 2011, p. 601).

Como esclarece Neves, avaliam-se, então, na obra referida a descrição do uso da preposição: a) o seu significado unitário; b) a natureza dos dois termos em relação; c) a relação sintática entre o antecedente e o conseqüente; d) os traços

semânticos dos dois termos em relação e a relação semântica que entre eles se estabelece (NEVES, 2011, p. 18).

Na obra, as preposições são divididas em três grandes grupos: preposições introdutoras de argumentos (*a, até, com, contra, de, em, entre, para, por, sob e sobre*), preposições não introdutoras de argumentos (*ante, após, desde, perante e sem*) e preposições acidentais que correspondem a unidades linguísticas oriundas de outras classes de palavras que podem funcionar como preposições em contextos específicos.

As que introduzem argumentos podem funcionar dentro ou fora do sistema de transitividade. A preposição EM pertence a este grupo. Funcionando no sistema de transitividade, EM introduz complemento de verbo, observando-se 21 (vinte e um) valores de complemento. Entre os exemplos listados na gramática, temos: o complemento se refere ao objeto transformado, ao resultado (com verbo de transformação): *O meu ódio **deu em remorso***; o complemento indica o alvo da alusão (com verbo de alusão): *Que mania de **falar em Deus*** ou então o complemento indica o alvo atingido (com verbo de incidência): *Você foi o escolhido, a sorte **caiu em cima de você***. Vê-se pela descrição apresentada que a autora se detém em tratar dos traços semânticos dos dois termos colocados em relação pela preposição, apontando-se assim para o sentido do verbo e para o papel temático do argumento verbal. Nada se diz sobre a relação semântica estabelecida entre os termos por meio da preposição e muito menos sobre o significado unitário desta.

O segundo tipo de descrição funcional da preposição EM interessa-nos mais de perto, pois traz importantes contribuições para se determinar a identidade semântica do marcador em questão ao especificar as diversas representações relativas ao espaço, ao tempo e ao modo que se podem construir com tal item. Nesse segundo tipo de descrição, EM encabeça sintagmas preposicionais que funcionam fora do sistema de transitividade (domínios do espaço, tempo e modo). Consideremos somente a primeira modalidade desse funcionamento, em que a preposição EM, afirma a autora, “estabelece relações semânticas no sintagma (adjunto): EM+sintagma nominal”. A primeira das duas relações semânticas estabelecidas por EM nessa modalidade é nomeada de “circunstanciamento”, e, relativamente ao espaço, se descreve como segue (NEVES, 2011, p. 675-678):

a) lugar onde (locativo, não diretivo), desdobrada em 1) sem movimento

- (localização na superfície, interioridade, situação medial (no meio de) e 2) com movimento (localização na superfície, ponto de contato e contiguidade);
- b)** tempo, desdobrado em 1) ponto no tempo, 2) duração (= durante), 3) limite temporal (= no prazo de, dentro de), e 4) espaço de tempo dentro de qual algo ocorre;
- c)** modo (*Avançaram em passos iguais e rápidos.*);
- d)** fim, destinação (= para). *João acariciou em despedida o maravilhoso corpo nu;*
- e)** instrumento (= com). *Ele me viu tirar na máquina outra lauda;*
- f)** de meio (= por meio de). *O poeta, em versos exatos, falaria dos dias novos;*
- g)** de forma, semelhança. *As esteiras estavam amarradas em feixe;*
- h)** de preço, valor. *Estimaram a dívida em vinte milhões de libras;*
- i)** especificação. *Tínhamos de ceder em certas coisas.*

No capítulo dedicado às análises dos enunciados, temos a oportunidade de considerar de forma mais detida a descrição das representações construídas com EM, proposta por Neves. Por ora, assinalamos que, se compararmos as descrições dos valores semânticos da preposição EM apresentadas nas três obras até aqui referidas, vemos a superioridade da gramática funcionalista, uma vez que a autora apresenta uma maior riqueza descritiva se confrontada aos trabalhos tradicionais de Lima (2003) e de Cunha e Cintra (2001). Essa superioridade descritiva se completa, a nosso ver, pela vantagem do conceito de *uso* sobre o conceito de *norma*, que leva ao alargamento do *corpus* analisado, listando usos recorrentes que a vertente tradicional geralmente ignora sob a justificativa do critério de correção. Neves não se limita aos textos dos “grandes autores”, preferindo a ideia de “usos efetivos dos itens da língua” (NEVES, 2011, p. 14), o que faz com que, por exemplo, analise, de maneira mais rigorosa, a concorrência entre formas, tais como, entre outras, *chegar em* e *chegar a*⁶, sobre a qual nos debruçamos no último capítulo.

Dessa forma, com respeito às representações espaciais implicadas pelo uso desse item nas três obras, Lima (2003) limita-se a indicar o valor espaço sem maiores detalhes analíticos; já o resultado de Cunha e Cintra (2001), por sua vez, é mais objetivo e os autores estabelecem o conteúdo significativo da preposição EM (no caso do espaço, mas também do tempo e da noção) privilegiando as representações de “interioridade” e de “contato”. Mas os resultados são limitados se

⁶ Ver NEVES, 2003, p. 179.

confrontados com a análise mais fina de Neves. Nesta, relativamente ao espaço (“lugar onde”), a autora identifica os tipos com e sem movimento, que se desdobram, o primeiro nos valores “localização na superfície”, “interioridade”, “situação medial (no meio de)”, e o segundo nos valores “localização na superfície”, “ponto de contato” e “contiguidade”. Vê-se, assim, que a autora chega a um detalhamento mais rico e razoável das representações espaciais implicadas no uso da preposição EM, ainda que, como vamos mostrar no capítulo de análises, não pensemos que a lista proposta seja de todo satisfatória.

Apesar desse detalhamento, não se aborda, na obra de Neves, o problema da unidade semântica do marcador EM, embora tenha sido anunciado que, no estudo da preposição, seu sentido unitário seria avaliado (NEVES, 2011, p. 18). Nesse sentido, ROMERO (2013a, p. 150) já havia observado que o empreendimento de Neves carece de uma abordagem que contribua:

(...) para o desenvolvimento dos estados atuais dos trabalhos, por não ser fornecido um formato de descrição unitário da preposição que responda pela variação observada em seu próprio uso ou por se deixar de fora, nas explicações, um certo número de usos. (ROMERO, 2013a, p. 150)

Em suma, nas análises que compõem a *Gramática dos usos do português*, “não se explicita o que se entende por significado unitário da preposição, nem de que maneira esse significado unitário contribui para a construção da relação semântica estabelecida” (ROMERO, 2013a, p. 150). Há, sim, uma descrição detalhada de variados empregos da preposição e uma maior especificação, por exemplo, das representações espaciais implicadas pelo uso da preposição EM, porém não há elementos que justifiquem por que esse item linguístico opera essas construções representacionais específicas.

1.3. A vertente cognitivista

Nessa seção, expomos, em linhas gerais, o que é dito sobre as preposições no livro *Palavras de classe fechada*, organizado por Ilari (ILARI *et al.*, 2015). É importante aqui ressaltar que a descrição dessa classe de palavras na obra em foco advém de pesquisas de orientações diversas, como a da teoria da gramaticalização e, principalmente, da perspectiva cognitivista. Além disso, a descrição apresentada visa

a responder às questões suscitadas por outro pesquisador, Carlos Franchi, que a partir de um levantamento de mais de cinco mil ocorrências retirados do *corpus* do Projeto Nurc, deixou registradas observações de cunho classificatório sintático-semântico sobre as preposições que colocam em xeque muitas das informações veiculadas pela perspectiva gramatical. Dessa forma, o capítulo sobre as preposições em *Palavras de classes fechadas*, constitui uma crítica contundente e refinada da descrição elaborada pela gramática tradicional, trazendo contribuições das perspectivas da teoria da gramaticalização e do cognitivismo, como dissemos, para as questões suscitadas pelo tratamento teórico e analítico das preposições.

A crítica diz respeito ao tratamento “sumário e detalhista” (ILARI *et al.*, 2015, p. 163) dispensado às preposições pela perspectiva tradicional. O criterioso trabalho de Franchi mostra a inconsistência de certos resultados teóricos, como o que define a preposição, a partir de um critério sintático, enquanto conector intraproposicional, ou seja, que “liga palavras”⁷, em oposição aos conectores que “ligam sentenças” (papel da conjunção), chamando a atenção para seu funcionamento interproposicional. Exemplos como *Não dá para ver coisa nenhuma com tanto prédio* (ILARI *et al.*, 2015, p. 165, In. ILARI, 2015) mostram que a preposição pode acrescentar um adjunto a uma oração sintática e semanticamente independente, o que contraria a opinião corrente, segundo a qual dos dois lados de uma preposição encontraremos sempre “palavras”, e não “sentenças” (ILARI *et al.*, 2015, p. 165, In. ILARI, 2015)

Há, na obra, uma crítica ao detalhismo classificatório da gramática tradicional, preocupada em listar a diversidade de sentidos de uma preposição em contextos diversos, sentidos esses que não teriam nenhuma ligação entre si, como se estivessem “em relação de homonímia uns com os outros” (ILARI *et al.*, 2015, p. 164, In. ILARI, 2015). A perspectiva cognitivista adota outra posição, situando no centro de suas preocupações o problema da identidade semântica dos marcadores preposicionais.

Entre os resultados trazidos por Franchi, destacamos um, que diz respeito à frequência de uso das preposições. Segundos os dados levantados, das dezessete

⁷ Essa definição é muito comum em textos de divulgação gramatical, como se pode ver no site *Brasil Escola* (cf. <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/preposicao.htm>): “Preposição é a classe de palavras que liga palavras entre si; é invariável; e estabelece relação de vários sentidos entre as palavras que liga.”; ou ainda no site *Recanto das letras* (cf.: <https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3938063>): “Conceito de preposição: palavra invariável que liga dois vocábulos numa oração”. Acesso em 12/06/2016.

unidades que compõem essa classe, na lista de Cunha e Cintra (2003), apenas quatro delas – *de* (31%), *em* (27 %), *para* (12%) e *a* (10%) – respondem por 80% do total de ocorrências. ILARI *et al.* (2015) afirmam que a maior frequência de uso está relacionada à maior variedade de empregos (ILARI *et al.*, 2015, p. 164, In. ILARI, 2015). O marcador EM, do qual tratamos aqui, é, portanto, o segundo item preposicional mais frequentemente usado, o que revela a dificuldade de descrever tanto sua variação cotextual, quanto determinar sua identidade semântica.

A semântica conhecida por cognitiva apresenta uma abordagem menos heterogênea das formas linguísticas, em particular da preposição, e isso por buscar o que dê conta de sua unidade de sentido. Como afirmam os autores:

Uma das falhas das abordagens tradicionais da preposição é a dificuldade de fornecer um tratamento abrangente para cada uma delas, que não se traduza em uma enumeração interminável dos “sentidos” que a preposição assume em seus diferentes usos e contextos. (ILARI *et al.*, 2015, p. 165, In. ILARI, 2015)

É o que vimos acontecer nos trabalhos gramaticais já analisados, quando seus autores, ao tratar do semantismo da preposição, extraem seu sentido dos diversos valores dos termos por ela colocados em relação ou apresentam uma lista de valores, sem efetivamente avançar uma explicação do porquê de tais valores.

Em seu tratamento da preposição, a semântica cognitiva baseia-se em princípios bem diferentes dos princípios da teoria gramatical tradicional. Na esteira de teóricos como Lakoff e Jonhson (2003), estabelecem-se como postulados, de um lado, a existência de mecanismos cognitivos gerais que regem a atividade da linguagem, notadamente a percepção visual ou a experiência sensório-motora; e, de outro, a centralidade da semântica concebida como uma atividade de construção de estruturas simbólicas complexas a partir de unidades lexicais e gramaticais. Esses princípios levam os linguistas cognitivos a dar grande importância ao fenômeno da metáfora, considerada como um dispositivo geral do pensamento, massivamente presente nas línguas, e que permite apreender conceitos abstratos através da experiência sensório-motora. Nesse contexto, os autores afirmam em *Metaphors we live by*:

Pensamos que a metáfora é persuasiva todos os dias, não apenas na linguagem, mas no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual comum, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico em sua natureza. (LAKOFF,

JOHNSON, 2003, p. 4)

A metáfora estrutura nossa cognição, na medida em que, para conhecermos um conceito, o estruturamos em termos de outro ou organizamos um sistema conceitual com relação a outro sistema. Dentre os conceitos metafóricos, os ditos orientacionais, na terminologia de Lakoff e Johnson, têm um funcionamento específico, assim exposto pelos autores:

(...) há outro tipo de conceito metafórico, que não estrutura um conceito em termos de outro, mas, em vez disso, organiza todo um sistema de conceitos com relação a outro sistema. Vamos chamar essas metáforas de orientação, uma vez que a maioria deles tem a ver com a orientação espacial: cima/baixo, dentro/fora, frente/trás, profundo/raso, centro-periferia. Estas orientações espaciais surgem do fato de termos o corpo que temos, e que mantém uma relação específica com o entorno físico. (LAKOFF, JOHNSON, 2003, p. 15)

A organização de um sistema conceitual efetuado por meio de metáforas de conteúdo orientacional ocorre muitas vezes segundo uma teia de representações espaciais, e esse tipo de organização metafórica nasce, afirmam ainda os autores, de nossa experiência cultural e física (*a felicidade está no alto, a tristeza embaixo*). Portanto, a maior parte de nossos conceitos fundamentais seria estruturada por metáforas de orientação espacial.

Esses princípios da teoria cognitivista regem as pesquisas reunidas em Ilari *et al.* (2015) sobre as preposições. Os autores criticam diretamente o problema semântico da polissemia preposicional – tradicionalmente descrito como uma proliferação, sem critério, de sentidos – propondo-se a “compreender de forma unificada os vários usos de uma mesma proposição” (ILARI *et al.*, 2015, p. 166, In. ILARI, 2015)), firmados na hipótese de que as extensões polissêmicas manifestam processos cognitivos básicos da mente humana. Na visão teórica da obra *Palavras de classes fechadas*, a linguagem é formatada pela cognição humana, que por sua vez remete fundamentalmente à percepção e às experiências motoras básicas.

Os esquemas imagéticos que fundam a construção do sentido linguístico das preposições são manifestadamente de natureza espacial porque, segundo afirmam os autores, “o espaço é uma experiência humana primordial, na qual convergem a percepção da capacidade de movimento corporal e a percepção das coisas que rodeiam o ser humano como entidades únicas” (ILARI *et al.*, 2015, p. 186, In. ILARI, 2015). Assim, relativamente à preposição, seu significado de base é

propriamente espacial, já que tem por função primária “indicar, localizar objetos e eventos” (ILARI *et al.*, 2015, p. 170, In. ILARI, 2015).

Para organizar e unificar os diversos usos das preposições, os autores mobilizam quatro esquemas espaciais, que conceitualmente servem para situar um objeto em relação a outro (ILARI *et al.*, 2015, p. 186, In. ILARI, 2015): 1) o esquema do trajeto; 2) o esquema de em cima/embaixo; 3) o esquema da caixa; 4) o esquema da ligação (ou presença simultânea no mesmo espaço). A análise dos sentidos preposicionais, conforme os princípios de Lakoff e Johnson expostos acima, implica a transposição desses esquemas, num movimento metafórico tal que a organização espacial se presta à organização de outros domínios em que se observa o uso da preposição, como é o caso das representações temporais. Relativamente a esses esquemas, a preposição EM só não remete ao esquema de ligação e é a única a evocar o esquema da caixa.

Na obra, propõe-se um modelo de representação espacial na língua, que se concretiza por meio do uso das preposições (ILARI *et al.*, 2015, p. 202-206, In. ILARI, 2015), em que o espaço é desdobrado conceitualmente em três grandes categorias cognitivas de relação espacial (posição, abrangência, proximidade), que, por sua vez, se desdobram em eixos diversos. A categoria *posição* remete aos eixos horizontal, vertical e transversal; a categoria *abrangência*, ao eixo continente/conteúdo; e a terceira categoria, a de *proximidade*, reporta-se ao eixo próximo/distal.

A preposição EM está ausente apenas da representação do espaço em termos de *proximidade* (eixo próximo/distal). Quanto às outras categorias de relação espacial, EM, na categoria *posição*, serve à representação final do percurso (meta), segundo o eixo horizontal; no caso, afirmam os autores, “coocorre um verbo de movimento (ou um verbo suporte), cujo sujeito é controlador do estado de coisas” (ILARI *et al.*, 2015, p. 211, In. ILARI, 2015): *Quem manda entradas para a gente e a gente não pode às vezes se negar então a gente vai no chá né?* Ainda com respeito à *posição*, a preposição EM serve à representação do espaço vertical, ao situar, em forma de locução prepositiva (*em cima de*), a figura num plano mais elevado que o ponto de referência [...] *depois põe em cima da carne e põe os legumes em cima [...]* (ILARI *et al.*, 2015, p. 216, In. ILARI, 2015). O mesmo marcador é indicativo de posição inferior na locução prepositiva construída com o adjetivo *baixo*: *Colei embaixo de cada prato assim...* (ILARI *et al.*, 2015, p. 217, In.

ILARI, 2015). Relativamente ao eixo transversal da categoria *posição*, EM serve para representar o espaço anterior, em “locuções calcadas no latim *fronte* ‘frente, testa, parte anterior do rosto’ (em frente de)” (ILARI *et al.*, 2015, p. 218, In. ILARI, 2015). Por fim, com respeito à categoria cognitiva *abrangência*, EM é a preposição que por excelência expressa, no eixo continente/conteúdo, o espaço da interioridade, tendo como valor prototípico a “localização de X no interior de Y” que pode ser atenuado em favor do valor da “existência de X no lugar expresso pelo sintagma preposicional” (ILARI *et al.*, 2005, p. 231, In. ILARI, 2015) quando EM introduz expressões locativas indicadas pelo sintagma preposicional que opera uma construção existencial (ILARI *et al.*, p. 231, In. ILARI, 2015). Assim, na categoria *abrangência*, afirmam os autores (ILARI *et al.*, p. 229-232, In. ILARI, 2015) que “o ponto de referência pode ser uma localidade (*Moro em Recife*) (ILARI *et al.*, 2015, p. 229, In. ILARI, 2015), uma expressão abstrata (*Fica em dúvida?*) (ILARI *et al.*, 2015, p. 230, In. ILARI, 2015), uma expressão de tempo (*Em época de São João*) (ILARI *et al.*, 2015, p. 231, In. ILARI, 2015) ou um sintagma preposicional locativo em construção existencial: *No setor odontológico existe uma demanda muito grande* (ILARI *et al.*, 2015, p. 232, In. ILARI, 2015).

A preposição EM remete a determinados modelos cognitivos dependendo da natureza do espaço. No espaço estático, EM remete ao modelo de “contêiner”, como em *Tinham bailes em todas as localidades onde íamos* (ILARI *et al.*, 2015, p. 251, In. ILARI, 2015), espacialidade concreta da qual há derivações como em *Então sai as brigas em família* (ILARI *et al.*, 2015, p. 251, In. ILARI, 2015). Nesse último exemplo, *família* é entendida como espaço contêiner. A derivação dá-se ainda em ocorrências da relação parte-todo: *É uma das coisas mais extraordinárias num homem: um grande coração* (ILARI *et al.*, 2015, p. 251, In. ILARI, 2015). Já no espaço dinâmico, EM indica percurso, como se vê no exemplo *Entrei numa escola e só sai pra universidade* (ILARI *et al.*, 2015, p. 251, In. ILARI, 2015).

Seguindo os princípios da semântica cognitiva, Ilari *et al.* (2015, p. 252) operam a transposição metafórica desse modelo espacial para o domínio do tempo. Assim, no tempo estático, EM distingue um “período delimitado de tempo em que a ação se desenrola”, como em *Fui a Salvador na época que era solteiro* (ILARI *et al.*, 2015, p. 252, In. ILARI, 2015), ou um “ponto em que a ação é localizada na linha do tempo”, por exemplo, *Nos formamos então no dia dezenove de setembro de mil novecentos e trinta e cinco* (ILARI *et al.*, 2015, p. 252, In. ILARI, 2015).

Relativamente ao tempo dinâmico, EM distingue uma parcela de tempo a ser percorrido, o que pode ser visto em *Geraldo volta em dois meses* (ILARI *et al.*, 2015, p. 252, In. ILARI, 2015).

Por fim, os pesquisadores consideram que é possível encontrar o modelo cognitivo de ligação (existência simultânea no espaço) em exemplos como *Poderíamos pensar em outro transporte* (ILARI *et al.*, 2015, p. 253, In. ILARI, 2015), deixando claro que a ideia de ligação aí é dada pelo verbo que rege a preposição. Os autores observam que esses exemplos têm uma motivação que não é claramente derivada da noção de espaço, reconhecendo ainda os limites dos modelos cognitivos diante de casos como *preocupar-se em*, *resistir em*, *acreditar em*, *mandar em* (ILARI *et al.*, 2015, p. 253, In. ILARI, 2015). Mas lembremos justamente que, em ocorrências tais como *pensar em* e *preocupar-se em*, Lima (2003) via um sentido “diretivo” indubitável, que, remetendo à ideia de orientação, parecer relacionar-se com o sentido de espacialidade.

É notável como os autores se distanciam do quadro teórico das gramáticas descritivas analisadas nas seções anteriores. Comparando-se os trabalhos até aqui apresentados o realizado na obra Ilari *et al.* (2015) apresenta resultados mais vantajosos já que enfrenta de maneira mais satisfatória o problema do semantismo dos itens preposicionais, que se resolve por meio da redução do sentido da preposição a modelos conceituais extraídos da percepção e experiência espacial.

No caso da preposição EM, as representações espaciais essenciais são “localização dentro de” ou “esquema da caixa”, “deslocamento em direção a” ou “ponto final do percurso: /meta/, que correspondem, como deixam ver os autores, às acepções da preposição latina *in* (ILARI *et al.*, 2015, p. 250, In. ILARI, 2015), além da “anterioridade” (*em frente de*) e da posição vertical superior e inferior (*em cima*, *embaixo*). A descrição cognitivista dos valores essenciais da preposição é, portanto, muito mais fina. Ela, no entanto, parece pecar ao não atentar para as diferenças entre as preposições nos diversos eixos perceptivos avançados. Por exemplo, se é correto, por um lado, afirmar que tanto a preposição A quanto a preposição EM servem à construção da verticalidade, como bem fazem os autores, é preciso, por outro lado, esclarecer que as especificidades da posição vertical representadas por uma e outra preposição são diversas. De fato, com EM constrói-se o contato (*em cima da ponte*) ou a proximidade (*embaixo da ponte*); com A, por seu turno, constrói-se de preferência o distanciamento (*acima da/abaixo da ponte*). Essa

diferenciação, que é de grande importância para determinar o sentido próprio de cada preposição, não nos parece ter sido abordada pelos autores. Por outro lado, não nos parece correto excluir o marcador EM no eixo próximo/distal, já que um enunciado como *O carro está na sua frente* constrói, para além da anterioridade, a proximidade, algo que a comparação com *O carro está à sua frente*, em que se representa o distanciamento, deixa explícito.

A originalidade de Ilari *et al.* (2015) seria a ideia de que o modelo espacial é basilar, e que, sendo assim, esse modelo sustentaria os outros sentidos da preposição EM. Esse posicionamento não é, contudo, simples de ser defendido, pois, como explicam Franckel e Paillard (2007), a tese da primazia dos valores espaciais sobre outros valores pode ser refutada pelo fato de que:

(...) as preposições ditas “espaciais” têm empregos que não somente não têm nada de espacial como não parecem ser relacionados ao espaço por qualquer processo suscetível de gerar “empregos figurados”. Acontece que os valores espaciais não são intrínsecos à preposição, e só aparecem, de fato, na medida em que os termos que elas põem em jogo investem-nas desses valores, em condições específicas. É em realidade a projeção sobre a preposição ela mesma de propriedades do termo correspondente a Y que desencadeia esse tipo de representação. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 10).

Em conclusão, podemos observar que Ilari *et al.* não enfrentam de fato o problema de saber por que são justamente tais, e não outras representações espaciais as construídas pela preposição EM – o que a redução do sentido desse item ao “esquema da caixa” não permite entrever. Tal problema exige a descoberta e formulação de uma propriedade inerente ao item em questão e que perpassa todas as representações espaciais que com ele se opera.

1.4. A vertente da semântica lexical

O segundo trabalho derivado da semântica cognitiva que aqui abordamos é a tese intitulada *O comportamento semântico-lexical das preposições do português do Brasil* (BERG, 2005). Em seu trabalho, como indica o título, Berg propõe-se a descrever o comportamento semântico-lexical das preposições essenciais do português do Brasil, que encabeçam sintagmas preposicionais que exercem a função sintática de objeto indireto e adjunto adverbial conforme descreve a gramática

tradicional.

A pesquisa de Berg deriva da semântica lexical de cunho representacional proposta, entre outros, por Jackendoff, para quem o conceito de papel temático remete a uma estrutura conceitual profunda que inclui, de forma abstrata, as realizações linguísticas. Nesse sentido, conforme explicação de Berg (2005, p. 15) concebe-se a hipótese de uma estrutura conceitual que corresponde a um nível simples da representação mental com o qual as informações linguística, sensória e motora são compatíveis. Esse nível, que contém um conjunto de regras de boa formação conceitual, é mais profundo que o nível de estruturas sintáticas ao qual se liga por meio de regras de correspondência.

No aprimoramento teórico da Hipótese das Relações Temáticas, conforme diversas pesquisas que nela se baseiam, vão-se transformando os papéis temáticos atribuídos aos termos, como se observa nas vertentes desenvolvidas no Brasil. A linguista Cançado continua a explorar a ideia de que os determinantes semânticos da realização argumental derivam da decomposição do significado dos verbos em elementos básicos. Tais elementos básicos são referidos na atribuição de papéis temáticos, os quais, conforme a semântica cognitiva, estabelecem-se na estrutura conceitual semântica, anteriormente à estrutura sintática, já que o módulo conceitual é primeiro com relação ao módulo sintático e a ele se liga por um princípio de projeção, através de regras de correspondência⁸.

Cançado dá a seguinte definição de papel temático, conforme nos reporta Berg (2005):

O papel temático de um argumento, ou seja, a função semântica que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamento estabelecidas por toda a proposição em que esse argumento se encontra. (BERG, 2005, p. 59-60)

O objetivo central de Berg é o de descrever o conteúdo semântico dos papéis temáticos dos sintagmas preposicionais que ocorrem nos ambientes sintáticos supracitados. Excluem-se, assim, os casos em que a preposição essencial introduz complementos nominais, adjuntos nominais, predicativo, orações infinitivas e os casos em que esse item lexical compõe expressões idiomáticas. Seguindo Cançado,

⁸ Ver, nesse sentido, Berg (2005, p. 15).

Berg entende papel temático como a relação semântica entre os sentidos de um determinado item lexical, no caso, a preposição e seu argumento. Em decorrência da definição assumida de que o papel temático é uma função semântica, a autora percorre o seguinte itinerário: verificação da existência do sentido das preposições, explicitação dos sentidos das preposições e categorização das preposições em funcionais ou predadoras (BERG, 2005, p. 13).

Apoiando-se em alguns autores como Lima (2003) e Borer (1986) e em dados de sua própria pesquisa, Berg responde à primeira questão assumindo que todas as preposições têm sentido independentemente do ambiente sintático em que se encontram. Apoiada em Lima (2003), aponta a existência de dois grupos de preposições: fracas e fortes. Ao primeiro grupo, as *fracas*, pertencem as preposições que possuem um maior número de empregos, consequentemente um maior número de sentidos. Essas não teriam um sentido estabelecido de antemão, tal como as preposições fortes. A identificação do sentido das preposições fracas só ocorreria mediante o conhecimento do entorno cotextual responsável pela determinação de seu semantismo. Ao segundo grupo, as *fortes*, pertencem as preposições que teriam um sentido estabelecido de antemão. Estas veiculariam uma ideia, um conceito comum, facilmente identificável pelos falantes, uma vez que é uma noção objetiva que se tem de um item lexical (BERG, 2005, p. 26-28).

A existência desses dois grupos aponta para preposições com naturezas semânticas diferentes: uma em que o sentido é dado (forte), já que os itens lexicais são portadores de sentidos, cabendo ao falante apenas decodificá-lo, e outra em que o sentido da preposição depende do entorno contextual (fraca). Preposições como CONTRA, ENTRE e SOBRE ilustrariam o primeiro grupo. Berg explica, por exemplo, que CONTRA exprime ideia de oposição independente do contexto em que apareça. Outras, como COM, DE e A, portariam uma diversidade maior de valores e de empregos. O estabelecimento de seu sentido estaria condicionado ao seu contexto de inserção, o que significa dizer que é somente a partir da consideração de sua composição com o verbo e da sua relação com o sintagma nominal que se pode identificá-lo. Em um enunciado como *João foi para São Paulo de chinelo*, Berg diz que o sentido da preposição DE é o de expressar maneira. Valendo-se dessa mesma sentença, Berg substitui a preposição DE por outras preposições que poderiam configurar no mesmo contexto: *João foi para São Paulo sem chinelos/ com chinelos/ entre chinelos*. O objetivo é o de evidenciar que toda

preposição tem sentido, e, logo, que exerce um importante papel na construção do semantismo de uma sentença. Porém, mesmo assumindo tal prerrogativa, assim como fazem os autores das obras resenhadas anteriormente, contradiz-se quando afirma que preposições que compõem expressões idiomáticas teriam seu sentido diluído, a ponto de não se saber qual é (BERG, 2005, p. 13).

Ora, assumir que toda preposição tem sentido e, na sequência, apontar casos em que isso possa não ocorrer, evidencia no mínimo certa inconsistência, como discutido por Vilela e Rocha (2017). Além disso, a própria classificação em preposições *fracas* e *fortes* expõe uma falta de uniformização na base de critérios que suportem essa divisão. Dessa forma, não há fundamentação que sustente por que haveria preposições com sentido mais (forte) ou menos (fraca) específico.

Na seção em que se propõe a explicitar o sentido das preposições *fracas*, a autora explica:

Os sentidos são evidenciados somente a partir de toda a sentença em que a preposição se encontra. Repare que não é só o complemento da preposição que indica em que sentido ela está sendo empregada na sentença, mas, às vezes, também o verbo é necessário para explicitar o sentido específico. (BERG, 2005, p. 36)

Depreende-se dessa citação que o sentido de uma preposição pode ser estabelecido a partir da consideração de três situações: de toda a composição da sentença, do complemento da preposição ou ainda do verbo que antecede a preposição. Dentre os vários exemplos trazidos por Berg, destacamos *Maria entregou o prêmio ao vencedor* (BERG, 2005, p. 36), em que o sentido da preposição seria o de favorecimento. No entanto, parece-nos que o sentido atribuído à preposição (favorecimento) advém dos sentidos dos termos colocados em relação, no caso o antecedente (*a entrega*) e o termo conseqüente (*vencedor*). Nada se diz sobre o sentido oriundo da preposição ela mesma. Em outro exemplo, *João acredita em Deus* (BERG, 2005, p. 42), a autora afirma que o sentido da preposição diz respeito ao objeto ou fato ao qual se faz referência. Vê-se, aqui, mais uma vez, que o sentido atribuído à preposição parece estar relacionado, antes, ao termo conseqüente, ou seja, *Deus*.

Embora a autora diga que o sentido de uma preposição seja determinado a partir de sua composição com o verbo ou da sua relação com o sintagma nominal, e que esse item é fundamental para a construção do sentido final da sentença, quando

se vai para os exemplos, vê-se a dificuldade de se estabelecer o sentido da preposição. Exemplos mais flagrantes, que ilustram essa dificuldade, são *Rosa concorda com Maria*, *Bernardo carece de talento artístico* e *Rosa confia em seu namorado* (BERG, 2005, p. 55), posto que, nesses casos, a autora afirma ser o sentido da preposição o mesmo: o de objeto de referência. A justificativa, diz a autora, para a utilização de termos como “objeto ou fato ao qual se faz referência”, “tempo”, “espaço” deve-se à falta de uma terminologia precisa na literatura (BERG, 2005, p. 45).

Em suma, percebe-se que não há critérios bem definidos do que se entende por “sentido” da preposição. Ao final dos exemplos, tem-se a impressão de que os sentidos inferidos são baseados ora na intuição da pesquisadora, ora extraídos do valor lexical do termo que sucede ou precede a preposição na relação por ela estabelecida.

A partir de um enunciado como *João quebrou o vaso com um martelo*, Berg afirma que da proposição decorre que um agente desencadeia, de forma controlada, uma ação, um processo que leva a uma mudança de estado, por meio do uso de um instrumento. Estabelecem-se assim, por meio de estudos de várias classes de verbos do português brasileiro, “as quatro propriedades semânticas fundamentais” (BERG, 2005, p. 61) na análise da atribuição de papéis temáticos em proposições do português, que seriam: a) desencadeador, b) afetado, c) estativo e d) controle.

A autora esclarece que a propriedade *desencadeadora* “está relacionada à categoria de ações/causações” (BERG, 2005, p. 61); *afetado* é definida pela “mudança de estado” (BERG, 2005, p. 62); *estativo* “é aquela em que o argumento não altera suas propriedades durante um intervalo de tempo” (BERG, 2005, p. 63); e *controle* remete à possibilidade de início ou interrupção de um processo (BERG, 2005, p. 65). É importante dizer que, para a autora:

Essas propriedades foram definidas a partir de classes de verbos. Para as preposições, baseamo-nos nessa proposta. No entanto, à medida que os dados foram sendo analisados, foi necessário também determinar novas propriedades estativas para compor os papéis temáticos dos sintagmas preposicionados. (BERG, 2005, p. 65)

As propriedades semânticas atribuídas às preposições foram, portanto, inteiramente “emprestadas da classe de verbos”, o que leva a autora a propor a classificação das preposições em *funcionais* e *predicadoras* (BERG, 2005, p. 46).

As funcionais são as “que encabeçam os argumentos acarretados pelos verbos [e] não atribuem papel temático”, mas que, porém, tem que ser “compatíveis semanticamente com o papel temático dos argumentos acarretados pelo verbo predicator”. Um exemplo seria *João jogou a bola para a cesta*, em que o verbo é o predicator responsável pela atribuição de papel temático (BERG, 2005, p. 52). As preposições predicadoras são aquelas cujos “argumentos não são acarretados pelos verbos e são elas próprias que atribuem papel temático ao seu argumento” (BERG, 2005, p. 49). Um exemplo, nesse caso, seria *João viajou entre as bananas*, em que *as bananas* é um argumento não acarretado pelo verbo, mas, sim, relacionado à preposição *entre*. Isso posto, qualquer preposição, seja *forte* (com delimitação de sentidos) ou *fraca* (com maior rol de sentidos possíveis), pode ser ou funcional ou predicadora. Apenas a análise do contexto semântico determinará qual será o caso (BERG, 2005, p. 50).

A classificação das preposições em funcionais e predicadoras proposta por Berg tem suas limitações teóricas. Com efeito, a ideia de preposição funcional leva a caracterizar esse item como simples “palavra ferramenta” (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 190, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011), logo, dessemantizada, esquecendo-se do fato de que a sua função relatora essencial tem efeitos predicativos, o que significa que, do ponto de vista da TOPE, os itens preposicionais necessariamente têm uma função predicadora.

O ponto a ser considerado é que, para “os empregos funcionais [...] admite-se em geral que X corresponde ao verbo e Y, a um argumento desse verbo, [o que significa que a] relação entre X e Y não é mais uma relação de determinação de X por Y” (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 190, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011). Em outras palavras, dado o modo como X é apreendido, na relação preposicional X R(pre)Y, não tem como se conceber Y como fonte de determinação para X, *i.e.* não tem como se apreender a preposição como predicadora, o que contradiz o princípio de que, na relação preposicional X R(pre)Y, Y é um termo localizador que determina o termo localizado X.

Ainda segundo Franckel e Paillard (2007), a noção de copredicação, desenvolvida por O. Bonami – na qual a preposição é considerada como um predicado que partilha um argumento do verbo – questiona a posição teórica de dessemantização dos itens preposicionais, porém apenas parcialmente. Isso porque a noção de copredicação não permite tratar satisfatoriamente 1) dos casos em que,

“X [na relação X R(prepositional). Y] não é claramente identificável, ou não corresponde diretamente a um termo do enunciado, em particular na ausência de complemento direto”, 2) dos casos em que “a construção com um complemento preposicional está em concorrência com uma construção transitiva, ou ao menos com uma construção não preposicional”, 3) dos casos em que, “com um mesmo verbo, diferentes preposições podem introduzir o mesmo grupo nominal” e 4) dos casos em que “para um dado verbo, uma mesma preposição pode introduzir diferentes grupos nominais com efeitos muito diferentes” (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 16-17; FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 188, 190-191, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011).

Daí assumirmos que a preposição é, sim, um predicator, mas que este papel não se reduz à copredicação ora apresentada: ela é um predicator em todos os seus empregos pelo fato de ser necessariamente fonte de determinação para X (ROMERO, 2011b).

A descrição das propriedades semânticas das preposições, empreendida por Berg, leva em conta a relação entre papel temático e propriedades semânticas, na medida em que o papel temático de um argumento é definido como “o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento se encontra” (BERG, 2005, p. 59-60). Assim, as propriedades da preposição EM são de natureza estativa (“em que o argumento não altera suas propriedades”), classificadas como segue:

- Estativo-alvo (“expressa o termo final de uma ação ou processo”): *O menino jogou uma pedra na gaiola*;
- Estativo-locativo (“lugar em que se encontra o objeto referido”): *Eu moro em Recife*;
- Estativo-via (“expressa a via (o ambiente) por onde se desencadeia o processo”): *O bailarino patinava no gelo*;
- Estativo-objeto (“entidade à qual se faz algum tipo de referência”): *Maria insistiu no assunto*;
- Estativo-modo (“expressa modo de ser, estar ou atuar de algo ou alguém”): *Rosa colocou os livros da estante em ordem*;
- Estativo-tempo (“expressa tempo em que algo ocorre”): *João bacharelou-se no ano passado*;

- Estativo-valor (“definida como valor numérico que se atribui a alguma coisa ou àquilo que se pode quantificar”): *As despesas orçam em muitos reais.*

Com respeito a saber se EM é uma preposição funcional ou predicadora, isso dependerá, explica Berg, do ambiente semântico em que ocorre. Ou seja, se essa preposição introduzir um argumento requerido pela estrutura conceitual semântica do verbo, dir-se-á que é funcional: nesse caso, o verbo é atribuidor de papel temático ao seu argumento. Do contrário, se EM introduzir um argumento que não seja acarretado pelo verbo, ela própria, EM, atribuirá papel temático ao seu argumento, e dir-se-á, neste caso, que a preposição é predicadora (BERG, 2005, p. 49). Assim, no enunciado *Ela mora em Recife*, EM será funcional, já que o argumento do verbo é por ele exigido. Por outro lado, no enunciado *Roberta espera por seu marido no aeroporto de BH*, a preposição EM será predicadora, já que é ela que acarreta o argumento.

O trabalho de Berg sobre o sentido das preposições remete a um quadro conceitual que se descreve em termos de propriedades semânticas fundamentais, reduzidas ao número de quatro (*desencadeador, afetado, estativo, controle*). A propriedade *estativo*, como vimos, rege todas as variações semânticas de EM, desdobradas em *alvo, locativo, via, objeto, modo, tempo, valor*. Com isso, a autora parece querer dar conta das diversas variações de sentido da preposição, bem como de sua identidade, que seria constituída pela referida propriedade *estativo*.

A questão central é apontar o que de fato Berg quer e o que ela consegue. Relativamente aos diversos valores de EM, parece faltar a especificação, por exemplo, do valor locativo, que, como já vimos, desdobra-se em muitas representações espaciais. Por outro lado, com respeito à explicitação do sentido da preposição, a autora, na verdade, parece ficar presa à semântica dos termos colocados em relação, prejudicando assim a caracterização dos conteúdos semânticos dos papéis temáticos atribuídos pela preposição. A propriedade “estativo” – “aquela em que o argumento não altera suas propriedades durante um intervalo de tempo” (BERG, 2005, p. 63) e que é alçada à propriedade fundamental da preposição EM – parece errar de alvo e apontar mais para o semantismo dos termos relacionados pela preposição. Ora, se a preposição tem um sentido próprio, a proposição de sua identidade, para ser coerente, deve dar conta desse semantismo preposicional intrínseco que atravessa os sentidos cotextuais e explicar, de forma

abstrata, o tipo de relação estabelecida entre os termos que a preposição liga, algo que a autora não logra alcançar.

Enfim, o exame dos diferentes trabalhos sobre a preposição deixou-se guiar por uma questão fundamental, que diz respeito à descrição das múltiplas representações cotextuais construídas pela preposição, bem como à natureza do seu semantismo próprio, quando se assume que ela evoca um sentido unitário que se encontra no fundamento de suas variações. Nesse exame, verificamos, de diferentes maneiras, que não há resposta satisfatória para essa questão nos trabalhos recenseados, pelo menos não no caso de EM, que nos interessa mais diretamente. Na continuidade do trabalho, apresentamos o posicionamento teórico-metodológico por nós adotado, centrando nossas reflexões, de um lado, em princípios gerais que fundamentam o referencial da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de outro, em conceitos que são mais diretamente mobilizados nas análises efetuadas por nós no terceiro capítulo. Só então podemos avançar nossa hipótese de formulação da identidade semântica do marcador EM.

II – Referencial teórico-metodológico do estudo

Este capítulo apresenta o referencial teórico-metodológico que fundamenta nosso trabalho, a saber, a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), tal como ela é exposta pela obra de Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2018) e por linguistas cujas pesquisas estão centradas na semântica da preposição em língua francesa, expostas nas obras de Franckel e Paillard (2007) e Ashino, Franckel e Paillard (2017), e na semântica da preposição em língua portuguesa, expostas nos trabalhos de Romero (2011b, 2013a) e de Vilela (2016).

A apresentação da teoria não é exaustiva e seleciona os pontos que diretamente guiaram esta tese em sua metodologia e em seus princípios conceituais. O pano de fundo dessa exposição é, portanto, fundamentalmente, o conjunto de questões que cercam a identidade semântica das unidades linguísticas, em especial, das preposições. O que a TOPE nos ensina, como veremos, é que para se compreender a identidade semântica de uma unidade linguística, deve-se, por um lado, dar conta das especificidades das representações construídas por seu emprego nos diversos enunciados por ela integrados, já que os sentidos de um item não são dados de antemão, mas variam conforme o entorno cotextual do qual este item faz parte, e, por outro lado, deve-se explicar qual esquema operatório sustenta a construção de tais representações e não de outras quaisquer.

2.1. Relações entre níveis de representação

Na obra de Culioli, encontra-se uma forte crítica ao fato de que os estudos linguísticos, por reducionismo, não se ocupam de seu objeto próprio: a *linguagem*. Como diz o autor:

(...) tinha-se, de um lado, um objeto que podia aparecer (com ou sem razão, isso é outra história) como delimitável, a saber, a *língua* (no fim das contas, todos temos o sentimento de saber o que é uma língua) e portanto (tudo está nesse *portanto*) o que são os fenômenos linguísticos e, de outro lado, a *linguagem*, espécie de mau objeto que se buscou evacuar. (CULIOLI, 1990, p. 10 *grifos do autor*)

Todo esforço do empreendimento teórico de Culioli se faz no sentido de reinserir no campo da pesquisa linguística seu objeto próprio, a linguagem, e tal esforço se encontra na definição, proposta pelo autor, desse objeto: “Eu diria

que a linguística tem por objeto a atividade da linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais (e através da diversidade dos textos, orais ou escritos)” (CULIOLI, 1990, p. 14). Nessa definição, distinguem-se três elementos que dão a ver as bases epistemológicas da TOPE: a linguagem como atividade, as línguas em sua diversidade e a primeira apreendida por meio das segundas.

As línguas, com seus enunciados ou textos, orais ou escritos, fornecem o material empírico sobre o qual o linguista trabalha, ou seja, os instrumentos de descrição linguística são forjados a partir da observação minuciosa da organização específica de cada uma das línguas. Os textos das diversas línguas são, nesse sentido, como lembram Franckel e Paillard (2011, p. 97, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011) os “únicos dados sobre os quais a análise pode se estabelecer (incluindo as manifestações prosódicas e entonacionais), com exceção de qualquer outro elemento que não fosse marcado”, o que significa dizer que o sentido das unidades não é preexistente, mas constrói-se nos enunciados. É a partir dessa atualização cotextual que os itens se deixam apreender e analisar como traços da atividade de linguagem, a qual é inacessível à observação direta. Conforme esclarece Romero, *texto*, na terminologia culioliana:

(...) lido como *enunciado*, se refere a agenciamentos de marcadores em que se estabelece um arranjo de formas não qualquer (isto é, o *agenciamento*) e traços de operações cognitivas (isto é, o *marcador*, que abarca, inclusive, mudanças na prosódia, na entonação, etc). (ROMERO, 2017a, p.124 *grifos do autor*)

Por conseguinte, dizer que se apreende a linguagem através das línguas significa que o linguista deve se debruçar analiticamente sobre os textos por meio de princípios teóricos e procedimentos metodológicos específicos a fim de proceder a uma formalização metalinguística dos esquemas operatórios subjacentes aos diversos funcionamentos cotextuais. Tal formalização tem por papel simular as operações de ordem da linguagem, definida como uma atividade constituída de um fluxo de operações que conduzem à construção de sentido, operações às quais não temos diretamente acesso, mas que podem ser reformuladas em termos de metalinguagem a partir da análise dos textos fornecidos pelas diferentes línguas como traços dessas operações.

Os elementos, assim esclarecidos, que compõem a definição, dada por Culioli, do objeto da linguística vinculam-se aos níveis de representação

constitutivos do modelo epistemológico proposto pelo autor: nível I, (atividade de linguagem); nível II, (textos das diversas línguas); nível III, metalinguístico (tratamento formal dos textos). Entre as várias apresentações desse modelo nas obras do autor, encontramos esta, que constitui uma síntese:

(...) produzir ou reconhecer um enunciado é construir, ou reconstruir, agenciamentos de marcadores, que são o traço de operações às quais nós não temos acesso. Se chamarmos nível I o nível de operações às quais nós não temos acesso, os agenciamentos de marcadores estão no nível II e são os representantes das operações de nível I. É preciso, portanto, construir, graças a um sistema de representação metalinguística, operações de nível III (teremos, assim, representantes de representantes). (CULIOLI, 1999a, p. 97)

O autor não deixou de detalhar a natureza própria de cada um desses níveis. O nível I, nível de ordem cognitiva – no sentido amplo, já que inclui o afeto – é o nível das representações mentais que organizam experiências elaboradas desde a tenra infância, a partir de nossas relações com o mundo, os objetos e os outros, e a partir de nossa pertença a uma cultura (CULIOLI, 1990, p. 21). Nesse sentido, o primeiro nível é qualificado pelo autor como “nocional”, construto teórico ligado à nossa atividade cognitiva e afetiva:

(...) quer se trate de nossa atividade sensório-motriz no mundo físico ou de nossas elaborações culturais. Na verdade, não existem noções, enquanto feixes de propriedades, que não sejam de ordem físico-cultural. Dito de outra forma, não existe separação radical entre as propriedades físicas, fora da cultura, e as propriedades oriundas de uma cultura. Esta última está, ela própria, frequentemente imbricada com práticas técnicas, onde o gesto e o instrumento combinam-se nas condutas significantes, ritualizadas ou não (...) (CULIOLI, 1999a, p. 161-162)

O nível II é o nível das formas linguísticas, que são o traço da atividade de representação a que corresponde o nível I. Como já mencionado, somente se pode aceder ao nível I mediante o nível II, e essa relação entre ambos os níveis esclarece-se nesta passagem de De Vogüé, citada por Romero:

Nada mais banal à primeira vista: as línguas (nível II) falam do saber do mundo (nível I). O que não é banal entre o nível I e o nível II é que, precisamente, não se trata de uma relação de coincidência: não se diz que o cognitivo funda o linguístico e tampouco se diz que o linguístico fabrica o cognitivo, pela simples razão de que nunca há coincidência. O nível II apenas tenta

reformular o cognitivo: a língua é uma construção do cognitivo.
(DE VOGÜÉ *apud* ROMERO, 2017a, p. 124)

Essa ausência de coincidência entre os níveis I e II apontada por De Vogüé quer dizer que a forma empírica não é uma etiqueta, uma tradução das representações de nível I. O próprio Culioli esclarece que nessa “representação de segundo grau”, que é o nível II, não existe uma relação “termo a termo” entre as operações do nível I e os representantes do nível II: “Ora, não se tem um marcador – um valor. Podemos ter duas situações: na primeira, um marcador-vários valores; na segunda, vários marcadores-um valor” (CULIOLI, 1990, p. 22). De fato, se a relação entre os níveis fosse biunívoca, não teria como se explicar a existência de mal-entendidos na medida em que a comunicação seria, com tal coincidência, uma decodificação inequívoca.

Para compreender a assimetria “um marcador – vários valores”, apontada por Culioli, considere-se, por exemplo, um enunciado como *O livro está no criado-mudo*. A partir desse enunciado, pode-se operar seja uma localização espacial com o valor interioridade, e isso de tal forma que podemos substituir essa construção por *O livro está dentro do criado-mudo*, seja uma localização espacial com o valor contato, e a mesma construção aproxima-se de *O livro está em cima do criado-mudo*. Portanto, o mesmo marcador – a preposição EM –, no mesmo cenário enunciativo, remete a operações diversas. Com respeito à segunda assimetria – “vários marcadores – um valor”, têm-se enunciados em que se agenciam diferentes marcadores realizando operações semelhantes, como é evidente se compararmos os pares de enunciados *Ficamos todos em redor do corpo* e *Ficamos todos ao redor do corpo*, em que os marcadores EM e A remetem à operação de localização de *todos* na órbita de uma zona espacial associada ao item *corpo*, termo localizador. Assim, a não coincidência entre os níveis I e II, como esclarece Romero (2017a, p. 124) “faz com que se verifiquem fenômenos que são, simultaneamente, estáveis e plásticos, dotados de uma estabilidade deformável que abarca a variação, o ajustamento intersubjetivo, o jogo em todas as suas formas”.

A assimetria entre o nível empírico dos traços textuais e o nível das operações abstratas, aos quais esses traços remetem, revela uma instabilidade e uma deformabilidade própria do fenômeno linguístico, que exige um trabalho constante de estabilização e ajustamento por parte dos enunciadores no processo de produção e reconhecimento de enunciados. Em outras palavras, não existe no fenômeno da

linguagem uma “harmonia preestabelecida” sustentadora, de antemão, da comunicação intersubjetiva, e constituída por categorias conceituais ou cognitivas independentes do que vai ser concebido como sua expressão em língua. Muito diferentemente, o sentido das unidades, longe de ser dado *a priori*, somente é estabelecido no e pelo enunciado, o que significa que os sujeitos da interlocução estão frequentemente à procura de um arranjo textual que, como construto enunciativo, realize apropriadamente a operação que se que efetuar, e, assim, instaure ou recupere a estabilidade comunicativa, evitando os mal-entendidos.

Um exemplo pode ser visto no pequeno diálogo que segue, em que se observa a proliferação das formas na busca pelo acordo intersubjetivo e transindividual na atividade de produção e reconhecimento de enunciados, que é a linguagem: – *O livro está no criado-mudo.* – *Em cima dele?* – *Não, dentro da gaveta.* A dúvida ocorre aqui porque, como já observamos, o marcador EM, a depender do estatuto dos termos da relação preposicional, opera tanto a localização de algo numa zona interior, ou seja, *dentro do criado-mudo*, quanto numa zona de contato, quer dizer, *sobre ele*.

Por fim, relativamente ainda aos três níveis do modelo linguístico da TOPE, o caráter próprio do nível III é que seja o campo teórico da construção de um sistema de representantes metalinguísticos que permita formalizar as operações do nível I de maneira explícita, estável e coerente, operações que se materializam e se deixam apreender por meio dos traços textuais do nível II. Como sintetiza Romero:

O nível III procura simular as relações existentes entre os níveis I e II. Nele se constroem “descrições teóricas de fenômenos linguísticos, por meio de procedimentos canônicos de abstração e formalização” (cf. CULIOLI, 1990, p. 22). Tais procedimentos, que põem em prática uma multiplicação do empírico de modo controlado, conduzem a uma crescente abstração, a uma construção teórica incessantemente confrontada a novos dados empíricos. (ROMERO, 2017a, p. 125)

A simulação, no nível III, das relações assimétricas entre nível I e II implica um vai-e-vem constante entre observação e teorização, entre o empírico da variação cotextual e o formal da invariância operatória. Com isso, busca-se propor, a partir do tratamento controlado dos dados, representações *meta* de esquemas abstratos que subjazem ao múltiplo cotextual. Isso remete diretamente ao problema da identidade semântica das unidades linguísticas, cuja descoberta e formulação se dão em nível

metalinguístico e pressupõem a análise dos agenciamentos desses itens como traços de esquemas operatórios.

A abordagem que fazemos aqui do marcador EM, principalmente em seu emprego preposicional, na medida em que mira seu sentido unitário a partir da observação do seu múltiplo funcionamento, insere-se nessa complexa relação entre os três níveis, que, por sua natureza, implica a determinação do material de análise e do tratamento que se deve dar a esse material. Isso nos conduz a questões de ordem metodológica, cujos procedimentos merecem uma atenção detalhada.

2.2. Procedimentos em uma teoria dos observáveis

O material de análise da TOPE são os textos orais e escritos, fornecidos pelas diversas línguas. Portanto, como afirma Culioli, em primeiro lugar, trabalha-se “com o que se tem”, ou seja, com o que é dado enquanto fenômeno linguístico observável na atividade de linguagem em seu funcionamento efetivo:

Partir-se-á, como eu já disse e redisse, ‘do que vem’, quer dizer, de observações (definições de dicionários, problemas de tradução, língua cotidiana, textos que acabamos de ler), munidas de suas condições de produção/reconhecimento (contexto explícito, prosódia). Isso suscita frequentemente textos longos, trocas verbais, em suma, tudo, menos exemplos breves e artificiais de ilustração de uma regra. (CULIOLI, 1999b, p. 22)

Em segundo lugar, esses fenômenos linguísticos devem ser tratados por meio de procedimentos metalinguísticos de paráfrase (manipulação regrada e controlada pelo observador) e glosa (prática languageira de produção de textos, seja espontaneamente ou em resposta a uma solicitação, com o intuito de comentar um texto precedente)⁹ (CULIOLI, 1999a, p. 74), a fim de se aceder a novos fenômenos:

Faremos trabalhar o texto por meio de manipulações, clássicas por sinal, mas que, por extensões sucessivas, farão surgir novas observações. (...) O importante é de fazer o texto se mexer. (...) As glosas são uma outra maneira de fazer trabalhar um texto, tornando assim perceptível o que, de outra forma, não seria acessível à observação. (CULIOLI, 1999b, p. 23)

Como já afirmamos, no referencial da TOPE, os itens constitutivos dos

⁹ Adiante, voltaremos aos procedimentos metalinguísticos de paráfrase e glosa.

textos não possuem um significado a priori; tal significação que lhes é atribuída é antes, construída por operações decorrentes das unidades que os constituem. Não há, pois, somatória de sentidos intrínsecos às unidades linguísticas que resultariam em um sentido do que se enuncia. Em outras palavras, os enunciados textuais que materializam a atividade de linguagem remetem, não a valores que lhes sejam inerentes, não à mobilização de um referente externo, mas ao que se conhece por valor referencial, um valor que não é “exterior ao enunciado, mas é engendrado pelo próprio enunciado” (FRANCKEL, 2011, p. 45, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011). Portanto, é a partir da análise controlada do sentido que nasce da interação dos itens em agenciamentos enunciativos que se buscam formalizar as operações que se efetuam na atividade de enunciação. Com isso, ao falar em “teoria dos observáveis” (CULIOLI, 1990, p. 17), pretende-se, portanto, propor:

[...] uma teorização que nos dê os meios de construir, pela coerção do empírico abundante, do qual é preciso revelar as regularidades eventuais, um sistema de representação explícito e estável. (CULIOLI, 1990, p. 16)

Nesse tratamento analítico, os enunciados constituem um material a ser manipulado e interpretado, analisado em seus detalhes, em vista de problematizações. A análise do detalhe significa que devemos nos ater a uma família restrita de enunciados, sejam orais ou escritos, por força do critério de controle da análise e da especificação dos problemas, garantia da razoabilidade das soluções propostas. Em outro texto, Culioli explica:

[Nosso] procedimento permitiu de início construir *problemas* em linguística. Construir um problema é, graças a uma teoria dos observáveis, construir conjuntos de observações de tal maneira que se coloca o problema da passagem de uma observação a uma outra. Perguntar-se-á, por exemplo, como se pode dar conta do fato de que, em um conjunto de enunciados aparentados, existam sequências impossíveis que se tornam lícitas se se faz variar um marcador categorial (modo, determinante, etc.), o entorno ou a prosódia. (...)

Poder-se-á, por meio deste procedimento, chegar em generalizações (trata-se aqui de problemas) e, portanto, em representações metalinguísticas dos fenômenos observados sobre os quais é possível raciocinar. (CULIOLI, 1999a, p. 13 *grifos do autor*)

O procedimento metodológico da teoria dos observáveis busca o levantamento de “problemas”, *i.e.* pela apresentação de uma classe de fenômenos

possíveis (ou impossíveis) para os quais se quer propor soluções razoáveis. Num primeiro momento, a problematização, portanto, implica a especificação dos sentidos cotextuais de certa classe de ocorrências manipuladas, o que leva à questão de saber se há uma razão para a boa ou má formação dos enunciados examinados. Os observáveis são avaliados e interpretados, portanto, como dissemos, pelo critério de aceitabilidade.

Ressalte-se que a (não) aceitabilidade de um enunciado nada tem a ver com sua correção ou incorreção gramatical, mas com seu “custo enunciativo” (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 89, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011). Esse custo enunciativo diz respeito à restrição do tipo de contexto com o qual uma forma enunciativa é compatível. Se tomarmos como exemplo uma sequência como *Estar no lado de*, ela tende a ser mal formada considerando-se o exemplo *Sou seu amigo, estou no seu lado*, que pediria por uma contextualização muito particular para ser enunciado, por exemplo, de *no seu* como *no lado (esquerdo ou direito) dele na foto*, mas bem formada no seguinte caso: *Essa opção está no lado esquerdo da tela*. O critério de aceitabilidade tem a ver com a atestação ou não de uma forma em determinados contextos. Nesse sentido, como afirmam Franckel e Paillard, para bem se apreender a boa ou má formação:

É preciso determinar, por um lado, os contextos que parecem ampla e nitidamente atestáveis para uma determinada forma, por outro, os ajustes ou modificações que devem ser feitos em uma forma não atestável ou dificilmente atestável em um determinado contexto para que ela assim o seja em outro. (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 89-90, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011)

Uma vez levado a cabo o levantamento de problemas, através da manipulação de enunciados conforme o critério de aceitabilidade, propõe-se uma solução (potencialmente provisória, uma vez que podem surgir outros dados que coloquem novos problemas) para o problema aventado, levantando-se hipóteses que manifestem a razão da possibilidade ou impossibilidade das ocorrências tratadas. A proposição da hipótese deve resultar na formulação das operações abstratas que regulam coerentemente o funcionamento dos itens que se agenciam nos enunciados, operações das quais os itens agenciados são justamente o traço, e que, logo, justifique a aceitabilidade ou não aceitabilidade de cada agenciamento.

Esse método analítico é fundamental para o nosso trabalho, na medida em

que, na consideração do marcador EM, também buscamos problematizações a partir da análise de uma série restrita de sequências aparentadas. Assim, para ilustrar, observamos, no capítulo III, ocorrências que instanciam os sintagmas *estar em*, que operam uma localização no espaço, o sintagma *chegar em*, que opera uma localização no tempo e o sintagma *ficar em*, que opera uma localização denominada *de estado*. Para dar um exemplo do primeiro tipo de ocorrência, atentos ao critério de (não)-aceitabilidade, destacamos sequências possíveis (*O coração está no lado esquerdo do peito*) e impossíveis (**O livro está no lado da mesa*), o que levanta um problema relacionado ao agenciamento de *estar em* com *lado*. A colocação do problema, que ocorre por meio de procedimentos de manipulações parafrásticas ou comentários em forma de glosa (o primeiro enunciado opera a localização no interior e o segundo, a localização na contiguidade), exige que se proponha uma solução que explique a boa (ou a má) formação atestada.

2.3. A glosa

O tratamento de problemas de (não)-aceitabilidade de enunciados, a partir de uma família de enunciados, na TOPE, não vai sem o recurso analítico da glosa que visa discernir a especificidade do sentido cotextual. Como afirma Culioli:

As glosas epilinguísticas formam uma boa parte do nosso discurso cotidiano e desempenham um papel importante no discurso explicativo de um informante que quer fazer com que o sentido de uma frase em uma língua estrangeira ou a significação de um enunciado mal interpretado seja captado. Mas quase sempre essas glosas epilinguísticas são negligenciadas, sendo que elas são, na verdade, uma preciosa fonte de elucidações linguísticas e constituem, à sua maneira, um sistema de representação interno à língua, quer dizer, uma metalíngua não totalmente controlável. Assim, a frase “O homem que veio ontem vestia com certeza um casaco bege” foi glosado como segue “Bem, tem alguém que veio ontem e, esse alguém, é um fato que ele efetivamente vestia um casaco bege”. (CULIOLI, 1999a, p. 74)

A glosa, portanto, diferentemente da paráfrase, tem a ver não exatamente com a reformulação do enunciado em outros termos, mas com a explicação do texto, considerando-se as relações locais estabelecidas entre as unidades do enunciado em questão. É um tipo de reformulação que constitui o papel desempenhado por uma unidade num enunciado em que ela se coloca em jogo, e

que se analisa frente ao contexto convocado. A glosa se dá pela identificação dos termos que interagem com a unidade que se visa analisar, e que “tendem a estabilizá-la semanticamente, de um lado, e das determinações por ela conferidas a esses termos, de outro” (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 242). Ela visa, assim, à elucidação de representações particulares, que “evidenciam características singulares dos termos analisados” (ROMERO, TRAUZZOLA, 2014, p. 242). Além disso, em vista da formulação da identidade semântica de uma unidade, a glosa tem a ver com a observação da concorrência dessa unidade com outra, como afirma Vilela (2016, p. 80):

Vê-se, portanto, que a glosa nem significa “dizer algo de outra maneira”, nem constitui uma simples reformulação local e conjuntural, tal como se nota em uma atividade em que se faz presente a sinonímia. A glosa busca, sim, evidenciar a regularidade dinâmica observada a cada vez que a preposição se insere enunciativamente, e isso por meio, por exemplo, da permutação da preposição com outras preposições. (VILELA, 2016, p. 80)

Assim, pode-se dar a ver a particularidade semântica da preposição EM considerando, pela glosa, a diferença entre os enunciados *O aluno ficou em dúvida* e *O aluno ficou com dúvida*. A comparação dos dois enunciados evidencia modos diferentes de determinação de X (*aluno*). No segundo, pode-se operar quantitativamente sobre Y – *O aluno ficou com duas dúvidas* –, ao passo que, no primeiro, essa operação fica interdita **O aluno ficou em duas dúvidas*. Do segundo enunciado, pode-se depreender que o *aluno* assimilou algo, ficando com *esta* ou *aquela* dúvida, já no primeiro enunciado, *aluno* é atraído para o domínio da dúvida, depreendendo-se que o aluno está na incerteza: *dúvida* qualifica um estado do aluno. Já no enunciado *O diretor chegou no fim do filme*, somente o trabalho de glosa pode discernir a diferença dos diversos sentidos da relação preposicional que são suscitados no cotexto. Conforme o interpretemos como *a pessoa do diretor* ou *o trabalho de criação*, ou seja, conforme se dê a apreensão de X, é que ocorrerá a representação da determinação temporal da *vinda do diretor* ou da determinação processual da *feitura do filme*.

Dissemos acima que a hipótese de resolução de problemas, na TOPE, é provisória, o que significa que a análise linguística tem seu fim suspenso. A glosa atesta esse fato, já que é por meio dela que se vai além de problemas restritos para

encontrar outros cotextos que ou confirmam a solução proposta ou apontam novos problemas. As glosas têm, portanto, a função de ramificar o percurso metalinguístico, recomeçando o vai-e-vem entre o empírico e o formal, seja para acenar com a validação dos resultados, seja para nos lançar em novos cotextos a serem explorados: “as glosas vão me fornecer ao mesmo tempo fenômenos que remetem a uma outra coisa, certamente, e, por outro lado, fenômenos que, ao contrário, vão convergir”. (CULIOLI, NORMAND, 2005, p.178)

2.4. O operador $\underline{\epsilon}$

Na metalinguagem da TOPE, o operador $\underline{\epsilon}$ aponta para uma característica essencial da linguagem, qual seja, a relação de orientação (ou localização ou determinação) (*répérage*). Esse operador indica que nenhum item da língua se encontra isolado, mas sempre integrado, de modo que o sentido enunciativo é o resultado de um pôr em relação de unidades da língua, de tal forma que, nessa relação, uma unidade é fonte de determinação para outra. O operador é assim explicitado pelo autor:

Dizer que x é orientado com relação a y significa que x é localizado (no sentido abstrato do termo), situado com relação a y, que este último, que serve de orientador (ponto de referência) seja ele mesmo orientado com relação a outro orientador, ou a um orientador de origem (...)

A *relação* de orientação é sempre binária, e, se se tem, por exemplo, três termos, obtém-se uma segunda relação (binária) sobre a primeira relação. Para construir uma relação binária, utiliza-se um operador unário “é orientado com relação a”, ou ainda “tem por orientador”. O operador de orientação será notado $\underline{\epsilon}$ (que se lê: “épsilon” ou em língua usual: “é orientado com relação a”). Assim, $\langle x \underline{\epsilon} () \rangle$ significa que x é o termo orientado em uma relação que se está constituindo. (CULIOLI, 1999a, p. 97-98)

Ainda com respeito à relação de orientação (*répérage*), segundo CULIOLI (1990, p. 116) um termo pode ser orientado relativamente a outro termo, ou relativamente a Sit(T) (ancoragem espacio-temporal) ou Sit(S) (ancoragem na subjetividade do enunciador).

O marcador preposicional é um traço notável do operador $\underline{\epsilon}$, já que o caráter próprio desse marcador é essencialmente relacional, e não referencial. Isso significa dizer que a preposição não convoca noções e tampouco remete a objetos

extralinguísticos, mas funciona no entre-dois, determinando a natureza da relação existente entre termo orientado e termo orientador.

Esse caráter relacional intrínseco à preposição é ressaltado quando as construções preposicionais são formalizadas por Franckel e Paillard (2007, p.13) segundo o esquema $X \text{ R(pre)} Y$, em que X é o termo orientado e Y , o termo orientador na relação construída com o marcador preposicional:

Pode-se dizer que ela [a preposição] relaciona dois elementos X e Y , constituindo uma relação não simétrica, na qual Y assume a função de orientador de X . Enquanto orientador, Y é fonte de determinação de X . (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p.13)

Como notam os autores – e a isso voltamos adiante – uma das mais importantes questões suscitadas pela relação de orientação construída por meio das preposições é identificar o termo correspondente a X , o mesmo não acontecendo com Y , que geralmente corresponde ao termo que segue a preposição. Isso fica claro em um exemplo como *Atirou no coelho*, em que X , como já exposto, certamente não é o termo que antecede a preposição, como diriam os gramáticos tradicionais, mas sim *a bala*, que não aparece no enunciado.

Como relator, a preposição modula a orientação (relação de determinação) de X por Y , materializada no sintagma preposicionado, e aponta para operações de orientação específicas, de tal forma que a determinação de X por Y instaurada pela relação de orientação se transforma inteiramente segundo se use esta ou aquela preposição. Nesse sentido, comparemos os enunciados *A lâmpada está na mesa* e *A lâmpada está sobre a mesa*. Numa certa interpretação, os dois enunciados são próximos semanticamente na medida em que operam a localização de X (*lâmpada*) em contato com a superfície de Y (*mesa*). No entanto, em outra interpretação ambos são assimétricos, já que o segundo pode implicar um afastamento entre X e Y impossível no primeiro enunciado. Com efeito, X (*lâmpada*) no segundo enunciado, pode se localizar num distanciamento vertical relativamente a Y (*mesa*): *A lâmpada (instalada no teto) está sobre a mesa*. É aceitável, aliás, substituir esse segundo enunciado por *A lâmpada está acima da mesa*, o que é impossível no caso do primeiro enunciado – *A lâmpada está na mesa* –, o qual se deixa substituir, antes, por *A lâmpada está em cima da mesa*.

Essas breves análises, que apontam para a concorrência (e diferença de sentido) entre as preposições EM, SOBRE e A mostram que cada preposição tem

uma natureza relacional própria e que, portanto, a ideia de relação deve ser retida necessariamente se se quer propor uma formulação razoável da identidade dos marcadores preposicionais, e, assim, evitar ver neles propriedades que, no fundo, pertencem aos termos que ela põe em relação.

2.5. Noção e domínio nocional

Se o marcador preposicional, enquanto relator, não tem o semantismo determinado por noções, o semantismo dos termos que põem em relação, por sua vez, sim, o que implica que o conceito de noção deve ser exposto claramente.

A TOPE estabelece que uma ocorrência somente é passível de conter uma representação aceitável, na atividade de produção e reconhecimento de enunciados, se ela se localiza em um domínio nocional delineado toda vez que se associa os termos do enunciado a noções. O conceito de noção, central na teoria, assim se explicita nos textos de Culioli:

[é uma] forma de representação não linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de todos. Nesse nível, há lugar para cadeias de associações semânticas nas quais se têm “aglomerados” de propriedades estabelecidas pela experiência, estocadas e elaboradas sob formas diversas (em ligação notadamente com processos de memorização: imagens, atividade onírica ou emblemática etc.). É uma propriedade essencial da atividade simbólica, sobre a qual se funda em particular o trabalho metafórico e o trabalho de ajustamento intersubjetivo que supõe ao mesmo tempo estabilidade e deformabilidade (...) É uma representação sem materialidade, ou, antes, cuja materialidade é inacessível ao linguista. As noções não correspondem diretamente aos itens lexicais. (CULIOLI, 1999b, p. 10)

Como afirma a passagem, é sobre as noções, representações de nível I, que se funda a própria teleologia da atividade de linguagem, a qual tem como escopo o ajustamento transindividual – nem sempre alcançado – na produção e reconhecimento de enunciados. Isso porque, entre outras explicações, a possibilidade ou impossibilidade da ocorrência linguística de um termo dá-se com a atribuição de uma propriedade de natureza típica a esse termo. Se não houver correspondência da propriedade atribuída com o tipo, a ocorrência pode ser impossível.

Nesse sentido, uma pergunta como “um cão de cinco patas continuaria sendo

um cão?”¹⁰ é aqui cabível, pois a “cão” são conferidas certas características (como “quadrúpede”), que permitem sua representação comum, e, logo, remetem à noção partilhada de “cão”. Temos, nesse caso, o primeiro dos polos organizadores do domínio nocional, o *tipo*, o qual é um “padrão de conformidade, que permite identificar uma ocorrência como um exemplar da noção” (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 93, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011), nas palavras de Franckel e Paillard, que assim continuam a descrever esse polo tipificador:

Este [polo, o tipo,] permite estabelecer tudo o que um livro é, por exemplo, na medida em que – desde o instante em que – é livro. O tipo permite estabelecer a pertença de um exemplar de livro à classe dos livros. Enquanto pertencentes à classe, as ocorrências estão conforme ao tipo, sendo, portanto, **exemplares intercambiáveis**. Um exemplar está conforme à propriedade que ele identifica e da qual constitui uma amostra. (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 93, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011 *grifos dos autores*)

Por outro lado, o domínio nocional pode se organizar em torno de outro polo designado como *atrator*. Isso significa que o domínio não é fechado, mas se estrutura por uma abertura que faz com que tudo se organize em torno de um centro, dele se aproximando ou se distanciando de tal maneira que se possa decidir se isso ou aquilo pertence ou não ao domínio dos objetos dotados de tal ou qual propriedade. Nesse caso, desempenha papel fundamental o conceito de *gradiente* que se expressa em termos de “mais ou menos”, havendo, portanto, um alto grau (*verdadeiramente pintura, pintura-pintura*). Pode-se assim sair do interior do domínio (*é o caso*), para o exterior (*não é o caso*) passando por uma fronteira (*pode ser o caso, no entanto...*) (CULIOLI, 1990, p. 91-113).

Tomando um exemplo inspirado em Culioli (1990, p. 60), se partimos de *X escreve literatura*, caso alguém aceite que tal juízo é sustentável, então qualquer ocorrência que o afirme é válida. Mas se alguém afirma *Você chama isso de literatura?*, está-se fora do domínio de validação. Neste exemplo, pode-se ter a passagem de *Trata-se ainda de literatura* – em que *ainda* é um ponto que não poderia ser validado, mas, sendo-o, nos mantém no interior do domínio – para *É preciso ver se se trata de literatura* – em que o ponto de validação é suspenso pelo

¹⁰ Trata-se da adaptação de um exemplo dado por Antoine Culioli (1990, p. 87).

imperativo não cumprido, e estamos na fronteira do domínio – e para *Não se trata mais de literatura* – em que *mais* remete a um ponto que poderia ser validado, mas não o sendo nos remete para o exterior do domínio. Franckel e Paillard caracterizam como segue este segundo polo organizador do domínio nocional:

(...) A noção fornece um segundo polo organizador que é o **atrator**. A ocorrência é herdeira da noção apenas sob certos aspectos, o que estabelece sua singularidade. O atrator permite determinar em que e em qual medida uma ocorrência tem a ver com a noção. A ocorrência divide a noção em aspectos de noção, tem-se uma forma de divisão da noção em zonas que correspondem a várias formas de ser *livro*, a do mais ou menos *livro*. O atrator estabelece uma dupla singularidade: a singularidade da noção, enquanto indizível; a singularidade dos indivíduos que somente são herdeiros da noção sob este ou aquele aspecto e que a dividem. (...) Uma ocorrência é, portanto, um indivíduo singular que corresponde a um aspecto ou ponto de vista particular de uma noção, e, ao mesmo tempo, uma realização que é conforme à noção. (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 93-94, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011 *grifos dos autores*)

Em suma, os enunciados podem ser ou não validados, a depender de sua ocorrência dentro de um domínio nocional apropriado. Isso porque toda ocorrência delimita uma noção, seja com respeito ao tipo (protótipo, cujas ocorrências são representativas), seja com respeito ao atrator (valor absoluto, cujas ocorrências suportam um gradiente). A regulação do sentido relativamente à noção é, pois, essencial para a atividade de linguagem, já que sem estabilidade nocional o ajuste intersubjetivo e transindividual, ou seja, a comunicação, seria fortemente perturbada.

A noção e o domínio nocional são conceitos fundamentais para o nosso trabalho, já que o agenciamento de EM abre o interior do domínio, para o qual se vê atraído Y, ao mesmo tempo em que estabelece um exterior, ao qual o interior se opõe. Essa questão será retomada em detalhes no próximo capítulo.

2.6. Identidade semântica e forma esquemática

A operação de orientação (*répérage*) revela que nenhum item da língua se encontra isolado, e que sua relação com o entorno cotextual é determinante para a constituição de seu sentido. A consequência disso é que todo item linguístico de uma língua qualquer possui uma variação própria que não pode ser reduzida a um

“dizer a mesma coisa”, de modo que não se pode falar em sinonímia perfeita em que os itens remeteriam a uma mesma significação, qualquer que seja a sua natureza. Nenhum texto é substituível por outro de forma equivalente, há sempre, na série parafrástica, uma diferença de modulação. Dessa forma, a TOPE avança uma semântica “construtivista” em oposição à abordagem “mentalista”:

A abordagem mentalista demonstra que existem várias maneiras de dizer a mesma coisa, ou de dizer pelo menos a mesma coisa de maneira próxima. Há a ideia de que essa mesma coisa existe, que ela é dizível por si mesma. O construtivismo postula, ao contrário, que “a mesma coisa” não existe, têm-se apenas modos diferentes de se dizer coisas diferentes, mesmo que a diferença se revele mais ou menos solúvel, nos processos de aproximação e ajustamento. (FRANCKEL, 2011, p. 20-21. In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011)

Que o sentido seja variável, uma vez que está ancorado nos valores referenciais suscitados pela integração de cotextos singulares, não leva a concluir que não exista, do ponto de vista da TOPE, invariância semântica, ou seja, uma representação comum que reúna, abstratamente, as representações possíveis de serem construídas por um marcador linguístico. Pelo contrário, essa invariância existe e uma das principais tarefas do linguista é descobri-la e formulá-la por meio do tratamento de valores referenciais construídos e observáveis em meios textuais definidos:

A análise de um marcador (entendido não no sentido de uma etiqueta, mas de um marcador de operação ou eventualmente de polioperação) deve chegar a uma representação formal tendo características estáveis e controláveis. A partir dessa representação formal, que chamo de forma esquemática, constituem-se as formas complementares que são, de fato, as deformações da forma de base. (CULIOLI, 1990, p. 115-116)

Enquanto representação estável e controlável (ou “forma das formas”, “forma de base”) (CULIOLI, 1990, p. 116) colhida da análise dos traços empíricos de operações abstratas, o conceito de forma esquemática ilustra a relação entre os três níveis do modelo linguístico da TOPE, acima abordados. De fato, a forma esquemática é fruto de uma formalização metalinguística (nível III) que representa a relação assimétrica que existe entre a proliferação própria ao nível II e a estabilidade invariante e operativa de nível I. Só se chega à formulação da configuração abstrata da forma esquemática pela observação dos diferentes tipos de

interação que se dá com o cotexto:

O trabalho metalinguístico consistirá em reconstruir as operações e as cadeias de operações da qual tal forma empírica é o marcador. Chamaremos de forma esquemática a representação metalinguística associada, por construção, a uma forma empírica. Essa forma esquemática nos fornece, portanto, uma configuração abstrata que, segundo as transformações que fazemo-la sofrer (...), vai modificar sua forma (marcador), seu valor, sua latitude de co-ocorrência. (CULIOLI, 1990, p. 129-130)

Assim enquanto *forma das formas*, a forma esquemática não é a redução do múltiplo semantismo de um item à unidade de um sentido “próprio”, mas a representação homogênea constitutiva, de um lado, da significância abstrata de um item e, de outro lado, da plasticidade desse mesmo item, de tal maneira que se pode subsumir a diversidade concreta dos usos a parâmetros operatórios que regulam e explicam esses usos. Em outras palavras, a forma esquemática consiste na identidade do item lexical, a qual é constituída pela variação mesma desse item e cuja formulação não corresponde ao elenco dos sentidos variantes, mas ao que subjaz à multiplicidade cotextual.

(...) trata-se [na TOPE] de reconstituir as propriedades que fundam a identidade de um item, de tal forma que elas podem se manifestar em seus diferentes empregos aos quais esse item pode se prestar. Isso supõe não somente, como é classicamente assentado, que tal identidade é apreendida através da variação à qual ela pode ser submetida, de um enunciado a outro, e de um emprego a outro, mas também que ela seja concebida como caracterizada por essa variação mesma. (DE VOGÜÉ, 1999, p. 18)

É nesse sentido, pois, que tal conceito se designa como forma esquemática, como ainda nos esclarece De Vogüé (1999, p. 19): “esquema, porque implica ou esquematiza o entorno cotextual que o item mobiliza e no qual pode se inscrever, e forma na medida em que é ela suscetível de se realizar diversamente na concretude da linguagem, em função precisamente do entorno no qual se encontra inscrita”.

Com o conceito de forma esquemática, a TOPE evita tanto a mera listagem de valores dos sentidos de um item, presente nas gramáticas tradicionais, quanto à redução do sentido de um item a um valor espacial de base, presente na linguística cognitiva. Isso ocorre porque a forma esquemática exige a consideração da variância cotextual como condição para a determinação da identidade do item. A variância dos cotextos construídos com um mesmo marcador – ou a aceitabilidade

ou não de ocorrências de uma mesma série parafrástica – acontece por uma razão, e o problema está justamente em responder por que isso acontece. Essa variação é regrada por um conjunto de restrições vindas justamente da forma abstrata do item em questão.

De fato, referindo-se aos marcadores preposicionais, Franckel e Paillard (2007) formulam essa configuração abstrata (identidade semântica) com a apresentação dos parâmetros essenciais e da forma operatória que constituem a relação entre X e Y estabelecida por cada preposição, a partir da análise abrangente das singularidades das ocorrências. A consideração de qualquer ocorrência construída com o item deve verificar a manifestação, no cotexto singular, desses parâmetros e sua combinatória, que permitem reconhecer a operação em jogo na realização textual da forma abstrata.

É importante esclarecer que, com o desenvolvimento da TOPE, o conceito de forma esquemática ficou restrito a nomes e verbos, e não a marcadores como a preposição “porque não são mobilizadas contextualizações” neste último caso (VILELA, 2016, p. 63). Ou seja, se um verbo como *quebrar* evoca uma série de argumentos (*quebrar o vaso, a rotina, a palavra etc*), uma preposição como EM não convoca um conjunto de termos.

Ora, a descoberta da identidade semântica da preposição EM é o principal resultado de nosso trabalho. Entendêmo-la como um conjunto de propriedades responsável pelo fato de que tal marcador é propício a assumir determinados valores e não outros, os quais descrevemos em nosso trabalho de análise. Essas propriedades, ou propriedade, tem a virtude de explicar a boa ou má formação de enunciados construídos com EM, bem como a diferença de sentido observada na concorrência entre ela e outras preposições.

Dessa perspectiva, a propriedade identificatória é uma característica própria do item já que se verifica no conjunto de suas ocorrências e torna claro por que tal item é apto a construir determinadas representações, não podendo, portanto, ser substituído por outro, correndo o risco de se construir um enunciado impossível ou de modular, ainda que sutilmente, o sentido do enunciado. A formulação dessa identidade é apresentada no próximo capítulo, no qual são detalhadas as análises dos enunciados levando-se em consideração a própria variação cotextual descrita.

2.7. Uma teoria aberta

A TOPE é uma teoria aberta devido à natureza de seu objeto, a linguagem. De fato, a variação e o ajustamento intrínseco ao fenômeno linguístico são questões de ordem para o referencial culioliano, ao qual se vincula uma concepção de linguagem como atividade de produção e reconhecimento de enunciados. O esforço de Culioli é o de restituir, por meio de conceitos como atividade, traço, agenciamento, operação, a dinâmica constitutiva do objeto da Linguística – a linguagem. Esta, pelo fato de acontecer por meio da deformação de formas e ajustamentos exigidos pela relação intersubjetiva e transindividual de produção e reconhecimento de enunciados, é sempre direcionada a um *escopo* – a estabilidade comunicativa – que, no entanto, pode ou não ser atingido. A atividade linguística é, nesse sentido e nas palavras de Culioli, *teleonômica*:

Procura-se o apropriado de tal maneira que, no fundo, isso nos leva a duas coisas: há o que é e o que não é, o que chamo, às vezes, de “bom” e “mau”, no sentido mais primitivo do termo; e, ao mesmo tempo, procura-se uma sequência. Porque, quando você faz um gesto, se você quer que ele seja apropriado, é preciso que seja apropriado a alguma coisa, é preciso que haja o que se chama às vezes de um “efeito”, mas é uma sequência, simplesmente. Nada me diz que o que vai se seguir seja forçosamente a boa coisa, mas eu terei feito, num momento dado, o que eu devia ter feito. (...)

(...) eu disse que com o *telos* etc. havia o apropriado, o bem, o mal, o êxito, que havia a bifurcação que faz que possamos passar de “Em boa hora! Mas o fato é que...” [O que é] uma chacoalhada, ora! Quer dizer: “Você tem perfeitamente razão, mas o fato é que... você está errado”; que se possa encadear com “Por quê? – Ora, porque sim. – E por que porque sim? – Ora, porque sim.” todo esse tipo de coisas. (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 265 e 280)

A teleonomia linguística pressupõe a instabilidade própria à atividade de produção e reconhecimento de enunciados, já que a linguagem tende para – *telos* – o estável, o ajuste – *escopo* (*skopos*) (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 264) –, cujo alcance não é assegurado antecipadamente, mas modulado pelo *stokhos* (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 280), ou seja, por um índice de probabilidade.

Assumindo um objeto com esse caráter proliferativo e instável, atividade em busca constante de ajustamento – teleonomia –, pode-se dizer a TOPE constitui-se como uma teoria aberta visto que seus resultados são provisórios, havendo uma produção contínua de novas formas textuais que podem requerer reparos nos

resultados metalinguísticos obtidos. Além disso, impondo-se o vasto programa de apreender “a linguagem através da diversidade das línguas”, a TOPE implica uma colaboração em grande escala de vários pesquisadores, abrindo-se, assim, a inovações ou aprimoramento metodológicos, como temos oportunidade de conferir a seguir com a apresentação dos trabalhos sobre as preposições realizados por Franckel e Paillard (2007) e Ashino, Franckel e Paillard (2017).

Privilegiamos os resultados obtidos nas análises das preposições francesas DANS e EN, que são, em alguns contextos, os termos correspondentes em língua francesa à preposição portuguesa EM, objeto desta tese. Muito embora evitemos o decalque do procedimento analítico desses autores, várias das suas intuições foram de grande utilidade para o nosso próprio trabalho de descrição da variação cotextual e formulação da identidade semântica de EM, como temos oportunidade de indicar.

2.8. Os marcadores preposicionais na TOPE

O programa de pesquisa concebido por Culioli, que inclui pesquisadores de diversas línguas, em vários países, já produziu um número considerável de pesquisas, em especial sobre os itens preposicionais, como ilustram a obra *Grammaire des prépositions* tomos 1 e 2 (FRANCKEL, PAILLARD, 2007; ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, respectivamente). A obra é o resultado de uma pesquisa, que, de forma abrangente, estuda as preposições francesas a partir do quadro teórico da TOPE, tendo como foco, principalmente, o jogo entre variação cotextual e invariância semântica.

É sobre essa obra que nos debruçamos, atentando particularmente para as análises das preposições DANS e EN, visto que tais trabalhos contribuem para a ampliação de nossas reflexões em torno de fenômenos observados no emprego da preposição EM, cuja identidade buscamos determinar.

Na *Grammaire des prépositions*, a preposição é definida como um relator, cuja materialização enunciativa se deixa formular conforme o esquema de relação **X R(prepos.) Y**. Esse esquema relacional retoma o operador básico de orientação (*répérage*) acima exposto, já que Y assume a função de orientador (*repère*) e X, a de termo orientado (*repéré*), ou seja, o esquema constitui uma relação não simétrica em que Y assume a função de orientador de X, de modo que Y é fonte de determinação de X (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 13). Assim esquematizada,

a análise da preposição implica saber o que ela põe em relação (identificação de X e Y) e que tipo de relação é estabelecida.

Quanto ao primeiro ponto, os autores não deixam de notar que se a identificação de Y não traz problema, correspondendo geralmente ao termo que segue a preposição, o mesmo não se pode afirmar de X, em, por exemplo, um enunciado como *Atirou no coelho*. Neste caso, X não corresponde ao termo que antecede a preposição, mas a um termo não presente no enunciado, que seria *a bala* lançada em direção ao alvo, o que se torna visível no exemplo *Mesmo depois de ter matado o coelho, atirou duas balas nele* (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 30).

Quanto ao tipo de relação estabelecida pela preposição, os autores distinguem preposições de *zonagem* e de *discernimento*.

Preposições de *zonagem* recobrem o conjunto das preposições *entre, sur, sous, dans, avant* e *après*, que são o mais das vezes apreendidas intuitivamente como tendo a ver, de maneira mais ou menos direta ou central, com o espaço:

Zonagem significa que a preposição associa ao termo que a segue (doravante notado Y) um domínio no qual ela distingue uma ou mais “zonas”. Cada uma dessas preposições estrutura e “divide” à sua maneira o domínio no qual ela configura uma zona particular. É essa estruturação própria a cada preposição que, na perspectiva que vamos explorar, constitui sua identidade. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 7-8)

Embora as preposições desse tipo possam remeter intuitivamente a representações do espaço, o conceito de zonagem ultrapassa a ordem espacial, já que a relação estabelecida pode dizer respeito à atualização de um processo (*Cette histoire donne dans le macabre [Essa história vai dar em nada]*)¹¹ (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 49) ou nada ter a ver com representações espaciais ou temporais (*Dans sa fureur, il brise le vase [Na sua fúria, quebra o vaso]*) (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 8).

Preposições de *discernimento*, por sua vez, recobrem o conjunto de preposições *par, pour, en, avec* e *contre*, as quais não se apresentam como “espacializantes”, sem deixar, no entanto, de ter uma coloração semântica, a qual diz respeito ao fato de Y convocar uma classe de propriedades acidentais que indicam determinações possíveis de X. Quer dizer, diferentemente das anteriores,

¹¹ O enunciado entre parênteses é antes uma adaptação do que uma tradução do enunciado em francês, a fim de se preservar a ocorrência de EM.

essas preposições não mobilizam, à primeira vista, configurações do espaço. Seu funcionamento semântico diz respeito ao fato de Y, introduzido pela preposição, constituir um modo de apreensão de X:

Discernimento significa que Y atribui propriedades não definitórias ao termo X, posto em relação com Y pela preposição, e, mais precisamente, constitui um modo de apreensão de X. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 8)

A diferença, portanto, entre as duas ordens de preposição – zonagem e discernimento – tem a ver com a natureza do funcionamento de Y como termo orientador. De fato, as preposições de zonagem orientam a localização de X em zonas quantitativas e/ou qualitativas associadas a Y sem que, com isso, Y redefina o estatuto de X. Por seu turno, nas preposições de discernimento, a propriedade externa (não definitiva) que Y designa redefine o estatuto de X conforme se vê nos respectivos exemplos trazidos pelos autores.

A caracterização da preposição como relator $X R(\text{prep.}) Y$ e a descrição da forma relacional preposicional em termos de zonagem e discernimento é muito importante, pois resolve certas imprecisões da teoria linguística. Vimos no primeiro capítulo que as gramáticas tradicionais definem a preposição como um termo de ligação (relação), em que o conseqüente (que vem depois da preposição) completa ou explica o sentido do antecedente (que precede a preposição). A esquematização e descrição de Franckel e Paillard evita a ideia de complemento, que não resiste aos contraexemplos de textos em que a preposição liga sequências completas. No esquema relacional e nos conceitos de zonagem e discernimento não há nenhuma restrição desse tipo. Por outro lado, mostra como a ideia de relação, por suportar uma multiplicidade de representações, não pode ser reduzida à mera localização espacial como fazem os linguistas cognitivistas.

Cada preposição, segundo Franckel e Paillard, tem uma identidade semântica que se manifesta em todos os seus empregos. Tais empregos são múltiplos, mas os parâmetros constituintes da identidade semântica, que expressam a interação entre X e Y estabelecida pela preposição, são únicos. De fato, considerando a multiplicidade de usos, há um sentido local do relator preposicional que somente é apreendido por meio da associação desse item com os outros itens do entorno cotextual. Mas aquém dessa multiplicidade, o trabalho de abstração metalinguístico faz surgir a identidade própria de cada preposição que se formula a

partir do jogo entre seu papel próprio e os assumidos pelos termos que ela relaciona:

[propõe-se] uma caracterização da identidade da unidade que permita engajar um trabalho razoável de desintricamento entre o papel próprio dessa unidade e aquele dos termos que ela põe em relação (tratando-se de uma preposição), na organização das variações observáveis. Descobre-se que a interação da preposição com seu cotexto remete, por meio dessas variações, a princípios regulares. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 13)

Como esclarecem os autores (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 26), essa identidade põe em jogo parâmetros semânticos abstratos, no sentido de se situarem aquém de uma materialização lexical e de serem suscetíveis de se tornar objeto de múltiplas especificações. Os parâmetros são, pois, independentes das formas textuais explícitas. Formular a identidade semântica de uma preposição, segundo esses critérios, significa determinar os parâmetros essenciais e seus modos de associação, que condicionam e caracterizam a relação própria instaurada por cada preposição, nas suas inúmeras ocorrências particulares. Com esses princípios, evitam-se, assim, certas imprecisões teóricas das gramáticas tradicionais, as quais, ao definirem a preposição como uma palavra que liga um antecedente e um consequente, pensam determinar o antecedente como o termo que precede a preposição.

Ora, como já observado, se a determinação de Y não traz problemas, a de X não é tão evidente, já que o parâmetro ao qual corresponde pode simplesmente estar ausente do enunciado. É o que se vê em *O diretor chegou no meio do filme* em que X pode ser tanto *a pessoa do diretor* quanto *o processo de criação do filme*.

Portanto, a formulação da identidade semântica pressupõe e implica a consideração da multiplicidade cotextual, na qual os autores distinguem duas ordens de variação, interna e externa. A primeira variação, chamada *interna* (específica de cada preposição) se formaliza, de um lado, em termos de estruturação do domínio nocional, pondo em jogo, portanto, a dinâmica entre E(xterior) e I(nterior). Assim, em *Le chasseur a tiré sur le lapin* (*O caçador atirou no coelho*), percebe-se que entre *a bala* (E) e *o alvo* (I) se estabelece uma zona intermediária instável (I-E), uma vez que um erro é possível, a bala podendo ou não atingir seu alvo (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 23). Por outro lado, a variação interna pode se formalizar em termos de determinação Qnt, Qlt e Qnt/Qlt. Em outras palavras, há seja uma

localização espacial ou temporal, logo quantitativa (Qnt), de X por Y (*Le livre est sur la table*) (*O livro está sobre a mesa*), seja uma determinação de ordem qualitativa (QLT) em que X é especificado qualitativamente pela orientação que lhe dá Y (*Les chars arrivent dans un grand fracas*) (*Os carros chegam num grande barulho*), seja, ainda e por fim, uma determinação ao mesmo tempo de ordem quantitativa e qualitativa (Qnt/Qlt) (*Sous Luis XV*) (*Na época de Luis XV*), exemplo que define tanto uma localização temporal quanto um tipo de regime (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 22-23).

A segunda ordem de variação, designada *externa*, remete, em primeiro lugar, às propriedades das unidades lexicais que correspondem a X e a Y. Nesse caso, a comparação de *Un devoir sur Freud* (*Um trabalho sobre Freud*) com *Un devoir sur la table* (*Um trabalho sobre a mesa*), mostra que devido ao estatuto de Y (*Freud e table*), a natureza da relação estabelecida num e outro enunciado é diversa. Em segundo lugar, remete aos modos possíveis de intrincação do verbo com o sintagma preposicional, por meio da análise da combinatória que existe entre os parâmetros da forma esquemática verbal e os elementos da identidade semântica preposicional (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 23-24). Esse tipo de abordagem pretende dar conta do problema de identificação de X nas construções do tipo *SV prep. SN*, e põe em jogo diversas configurações possíveis de intrincamento entre o verbo e a preposição.

Com essas considerações, os autores trazem importantes contribuições ao quadro conceitual da TOPE. Primeiramente, ao tornar mais claro o conceito de identidade semântica, associando sua formulação possível à determinação de parâmetros abstratos que a constituem. Em segundo lugar, com a distinção das variações interna e externa, os autores propõem um procedimento regrado de análise da variação cotextual que discrimina os efeitos semânticos provenientes da natureza própria da preposição em foco, e os efeitos provenientes da natureza dos termos do cotexto e seus modos de interação.

As considerações dos autores são fundamentais para nosso trabalho de descrição da identidade semântica do marcador EM. Ao insistirem na natureza abstrata desta identidade, subjacente aos diversos usos, os autores nos autorizam a ir além dos trabalhos já efetuados sobre a preposição EM, os quais se restringem aos sentidos manifestos nos enunciados e se limitam a uma catalogação desses sentidos

sem propor satisfatoriamente uma formulação da identidade semântica. Para explicar o que condiciona tais sentidos construídos com o marcador EM, foi-nos preciso, tendo-os analisados, abstrair dos dados sensíveis e isolar os elementos que constituem a identidade semântica de EM, na medida em que permanecem invariáveis nos diversos empregos e explicam a possibilidade e a não possibilidade das representações implicadas em tais empregos. Por outro lado, a distinção entre variação interna e externa nos será útil, entre outras coisas, para delimitar o campo de ocorrência do intercâmbio entre as formas *chegar a* e *chegar em* – levando em conta sua operacionalidade –, as quais tradicionalmente são caracterizadas por critério de normatividade.

2.8.1. A preposição DANS

No tomo 1 de *Grammaire de prépositions* (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 149), os autores posicionam-se contra determinadas vertentes teóricas ao observarem que diversos empregos de DANS escapam à representação espacial (que privilegia o valor de interioridade), sendo dificilmente redutíveis a esse valor (*Cette histoire donne dans le macabre*) (*Essa história vai dar em nada*). Segundo os autores, a espacialidade é cotextual e os valores espaciais provêm, antes, do valor semântico do termo corresponde a Y. É para escapar dessa redução que ambos os teóricos avançam a noção de zona ou divisão, a qual não é em si mesma espacial, mas mobiliza configurações espacializantes, e é constitutiva da identidade semântica de DANS, assim formulada pelos autores:

Dans marca que a localização de X por Y corresponde a um vínculo entre X e Y tal que a zona de vinculação de X a Y é indiferenciada. O domínio associado a Y é indiferenciado relativamente à zona a que X se vincula. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 151)

A característica de DANS como preposição de zonagem está em constituir Y como indiferenciado (ou homogêneo), o que significa dizer que Y não é o suporte de nenhuma delimitação que o separe de um exterior:

A homogeneização de Y corresponde a um espaço que se envolve a si mesmo, a um interior constitutivo de um exterior que ele absorve [...] Pode-se mesmo considerar Y como o que ocupa o lugar de universo de X. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 152)

A partir dessa formulação, os autores distinguem, relativamente à variação interna de DANS, três tipos de casos:

1. “O ponto de vinculação de X a Y não é singularizável pelo fato de haver por toda parte uma vizinhança” (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 153). Ou seja, o ponto de vinculação que liga X a Y é indiscernível, não localizável. Com respeito à determinação de ordem quantitativa, sobressaem os valores de envolvimento de X por Y e as relações de conteúdo-contidente: *Il y a des belles fleurs dans le jardin* (Há belas flores no jardim), ou ainda *Le trésor a été enterré dans la forêt* (O tesouro foi enterrado na floresta). Com respeito à determinação de ordem qualitativa, sobressaem o valor de emergência indissociável, em que X somente surge na medida em que é “velado” por Y. Exemplos: *On peut voir dans un comportement un geste de bonne volonté* (Pode-se ver num comportamento um gesto de boa vontade), em que Y é ao mesmo tempo o que encerra e o que permite ver X. Além disso, Y, neste caso, pode ser um modo de percepção de X, como no exemplo *Remontée dans les sondages* (Subida nas pesquisas). Ou ainda, Y pode ser uma extensão de X que se define, então, simplesmente pelo fato de que a extensão de Y o excede *Entrée dans la limite de places disponibles* (Entradas no limite dos lugares disponíveis). Já com respeito à determinação Qnt-Qlt, sobressai o valor de alienação, com diversas modalidades: privação de autonomia, por ex. *Pris dans les embouteillages* (Preso no engarrafamento); saída problemática, por ex. *Etre dans l’erreur* (Estar em erro); ausência de escapatória, por ex. *Foncer dans le mur* (O carro entrou no muro) e atualização recíproca, por ex. *Dans sa fureur, il brise le vase* (Na sua fúria, quebra o vaso).
2. “O ponto de vinculação é um ponto qualquer de Y, indiscernível relativamente a todo outro: todo outro ponto é da mesma forma um ponto de vinculação” (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 153). Neste caso, relativamente à determinação Qnt, salienta-se o valor impacto, por ex. *Donner un coup dans la tibia* (Dar uma batida/um soco na tibia). Quanto à determinação Qlt, o valor ressaltado é o de aproximação: *Il doit être dans les 5 heures* (Ele vai chegar em cinco horas). Por fim, com respeito à determinação Qnt-Qlt, “Y se apresenta como uma classe de ocorrências à

qual pertence toda ocorrência de X”. Exemplo: *Dans la plupart de cas* (Na maior parte dos casos).

3. “Y se reduz ao ponto de vinculação com X” (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 154). Neste caso, opera-se a redução de Y ao ponto preciso ao qual corresponde o evento marcado por X: *Il part dans combien de temps? Dans 10 minutes* (Ele parte em quanto tempo? Em 10 minutos). Neste exemplo, os autores veem uma quantidade precisa (nem mais nem menos que 10) que se torna zona homogênea à qual se relaciona a partida: “Fora de 10 minutos, não há nada”. O momento de partida é localizado por uma quantidade de tempo que é homogeneizada por redução a uma estrita pontualidade”.

Quanto à variação externa (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 165-167), em que se consideram as propriedades lexicais do termo que corresponde a Y, os autores distinguem três casos: a) a homogeneização de Y é devida a *dans*: *Il y a de belles fleurs dans le jardin* (Há belas flores no jardim); b) Y é, independentemente de *dans*, objeto de um processo de homogeneização: *J’aime travailler dans le calme* (Adoro trabalhar na tranquilidade); c) Y corresponde a um termo que remete a um domínio homogêneo, definindo-se todo ponto de Y com tendo uma vizinhança: *Le peintre s’inscrit dans continuité d’une tradition* (O pintor se encontra na continuidade de uma tradição).

Ainda com respeito à variação externa, agora levando-se em conta os modos de intrincamento entre o verbo e o sintagma preposicional, os autores diferenciam três configurações possíveis (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 167-171). Na primeira configuração, os termos X e Y postos em relação pela preposição não correspondem aos parâmetros da forma esquemática do verbo, por exemplo, *Jean lit um livre dans la bibliothèque* (João lê um livro na biblioteca), em que existe, independentemente da preposição, uma relação autônoma entre X e Y que o item preposicional apenas especifica, havendo, neste caso, possibilidade de se usar outra preposição como alternativa na construção do enunciado (*Jean lit un livre à la bibliothèque*). Na segunda configuração, os termos X e Y postos em relação pela preposição correspondem ambos aos dois parâmetros da forma esquemática do verbo: *Jean a placé les affaires dans la valise* (João colocou os papéis na mala) em que X corresponde a *les affaires* (os papéis) e Y a *valise* (mala), sendo ambos os termos os elementos da forma esquemática do verbo *placer* (colocar) que integra o

lugar de destinação de algum objeto. Por último, a terceira configuração, em que um dos elementos da forma esquemática do verbo corresponde a X: *Il m'a donné un coup dans la tibia* (*Ele me deu um soco na tibia*), no qual *coup* (*soco*) é um elemento da forma esquemática de *donner* (*dar*) e esse elemento corresponde a X localizado por Y (*tibia*), na relação preposicional.

O comentário dos resultados dessa análise relativamente à sua riqueza descritiva e à sua importância para nosso trabalho somente poderá ser feito depois de exposto o tratamento dado pelos autores à preposição EN. Ambas as preposições, se se diferenciam em francês, ao serem adaptadas para o português, em alguns casos, se deixam traduzir por um só item, exatamente, a preposição EM. As análises dessas duas preposições devem ser tomadas em conjunto, segundo nossa perspectiva, no próximo capítulo.

2.8.2. A preposição EN

A diferença entre preposição de zonagem e de discernimento diz respeito, principalmente, à natureza da relação estabelecida pela preposição entre X e Y, como transparece se se toma como exemplos as preposições DANS (zonagem) e EN (discernimento), correspondentes em alguns casos à portuguesa EM. A primeira opera antes uma localização de X relativamente a uma zona homogênea distinguida em Y, à qual X se vincula: *Il y a des belles fleurs dans le jardin* (*Há belas flores no jardim*), cuja glosa expressa que há belas flores, localizadas pelo *jardin* que, enquanto extensão indiferenciada, envolve-as (entorno) (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 155), ou seja, Y é interpretado como designativo de uma propriedade não definitiva que se atribui a X. Na preposição EN, por sua vez, a determinação de X por Y na relação preposicional não é da ordem da localização, como se vê em *Paul habite en ville* (*Paulo habita na cidade*), no qual *En ville* (*Na cidade*) dá uma representação de Paul como investido da vida citadina mobilizando plenamente todos os componentes físico-culturais associáveis a essa noção (modo de vida, conjunto de atividades e comportamentos etc) (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 198). É por isso que, nas relações construídas pelas preposições de discernimento, Y é interpretado como designativo de uma propriedade não definitiva que se atribui a X. Tal propriedade é de natureza externa (não é intrínseca a X) e redefine seu estatuto, na medida em que dele oferece um

modo de apreensão particular, ou seja, de caráter circunstancial e não essencial. Em *Paul est en prison* (*Paulo está na prisão*), *Paul* é visto como um prisioneiro, característica não necessária para a definição de Paul, mas que, no enunciado em questão, é representação de Paul correspondente à noção de *prison*.

Isso significa que a preposição EN constitui Y como uma noção, um feixe de propriedades físico-culturais que toma o valor de representação de X. Ou seja, Y, introduzido por EN, não fragmenta a noção de X, não sendo, pois, uma qualidade própria de X, que revelaria uma propriedade típica que faz com que X seja visto como X e não como outra coisa. Isso fica claro comparando-se a construção direta *Il parle anglais* (*Ele fala inglês*), que expressa o hábito de *Il* (*Ele*) falar inglês – ele é anglófono – e a construção preposicionada *Il parle en anglais* (*Ele fala em inglês*), a qual suscita uma circunstância precisa. Assim sendo, os autores propõem definir como segue a identidade semântica da preposição EN:

No quadro de localização de X por Y, EN constitui Y como uma noção que tem valor de representação de X. Essa localização [*repérage*] não desencadeia nenhuma individuação/configuração/fragmentação da noção Y. (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 197)

Antes de abordarmos a descrição dada pelos autores da variação externa e interna de EN, notemos que, segundo os autores, nas preposições de discernimento, Y concerne não somente X, mas também o verbo e seus complementos, que é notado p (tendo-se, portanto, X-p). Isso leva a três tipos de incidência de Y: sobre X-p, sobre X-(p) e sobre X-p. Além disso, ainda segundo os autores, o fato de com as preposições de discernimento se operar uma caracterização de Y como designativo de uma propriedade não definitiva, que revela um modo de apreensão de X, implica uma dupla determinação (*repérage*), do tipo construção, de um lado, e do tipo especificação, de outro (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 14). No primeiro caso, ocorre a atualização de uma classe de propriedades não definitórias de X, as quais são apresentadas como tendo a ver com X, e, no segundo, a relação de X com um dos Y da classe de propriedades, e, nesse caso, Y é o suporte de uma especificação de X. Essa dupla determinação leva à distinção de três tipos de ponderação sobre \exists , ponderação sobre ε e equiponderação ε e \exists . No primeiro tipo, X convoca um termo Y cujo estatuto enquanto orientador (*repère*) de X é definido pela preposição. O termo correspondente a Y não tem estatuto

independentemente da relação construída pela preposição. No segundo tipo, a preposição confere a um termo o estatuto de orientador (*repère*) Y que X convoca. No terceiro tipo de ponderação, X convoca um Y cujo estatuto é definido pela preposição que define esse Y como o orientador (*repère*) que X convoca. A descrição da variação interna e externa de EN leva em conta os três modos de incidência de Y sobre X-p e os três tipos de ponderação relativa à dupla orientação (*repérage*) – que afeta tanto a semântica de X quanto a de Y – operada pela preposição

A primeira variação interna diz respeito à dupla operação de orientação (*repérage*) entre X e Y e sobre as diferentes maneiras pelas quais se constrói a relação entre X e Y, com os três tipos de ponderação que figuram essa relação: ponderação sobre \exists , ponderação sobre $\underline{\epsilon}$ e equiponderação $\underline{\epsilon}$ e \exists . A primeira ponderação corresponde ao caso em que a relação predicativa que atualiza **X-p** (correspondente a X) convoca, no quadro dessa atualização, uma determinação qualitativa que concerne sua implicação na relação predicativa **p**. Y colabora com a atualização de X e lhe confere uma representação: *Paul est en ville, en prison* (Paulo está na cidade, na prisão). O segundo tipo de ponderação – ponderação sobre $\underline{\epsilon}$ – corresponde ao caso em que a atualização de X-p é autônoma com relação a sua localização por Y. Y é, então, uma noção que se acresce num segundo momento: *Le ministre s'est exprimé en anglais* (O ministro expressou-se em inglês). Esse exemplo corresponde à enunciação da aptidão do ministro para falar inglês, revelando uma circunstância precisa. Por último, a equiponderação $\underline{\epsilon}$ e \exists que corresponde ao caso em que X e Y são solidários com respeito à atualização de p. Sobressaem-se, neste caso, os verbos com valor de transformação ou troca: *Se transformer en prince charmant* (Virar um príncipe encantado). Neste caso X (*alguém*) e Y (*príncipe*) correspondem aos termos da predicação em jogo (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 204-205).

Ainda sobre a variação interna, mas agora relativamente ao ponto de incidência de Y sobre X-p, os autores distinguem três casos (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 211):

1. O ponto de incidência principal é p, que se nota X-p: *Paul est en ville* (Paul está na cidade). No exemplo, *ville* (cidade) dá uma representação não de *Paul*, mas de lá onde ele está e de suas atividades, representação investida de todo o valor nocional de *ville* (cidade).

2. O ponto de incidência é X, o que se nota X-(p): *Paul est en colère* (*Paul está em cólera*). No exemplo, *colère* (*coléra*) dá uma representação do estado de *Paul* tal como ele se apresenta circunstancialmente.
3. O ponto de incidência é ao mesmo tempo X e p, o que se nota X-p: *Paul est en prison*. No exemplo, *prison* é uma representação de onde *Paul* está e de *Paul* como *prisioneiro*.

No que diz respeito à variação externa da preposição EN, os autores esclarecem que a relação *X EN Y* deve ser considerada não somente do ponto de vista de EN, mas também do ponto de vista das propriedades dos N correspondentes a X e à Y em ligação com a forma esquemática do verbo (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 215-216). Sendo X sempre um elemento da forma esquemática do verbo, detectam-se dois casos possíveis. No primeiro, X e Y correspondem ambos aos elementos da forma esquemática do verbo. Por exemplo, *Changer le plomb en or* (*Mudar chumbo em ouro*), em que X (*chumbo*) corresponde a p' e Y (*ouro*) a p'', fazendo os dois elementos, X e Y, objeto de uma dupla relação: como parâmetros de p' e p'' da forma esquemática de *changer*, de uma parte, e elementos da relação estabelecida pela preposição EN, de outra parte. No segundo caso de variação externa, somente X é um elemento da forma esquemática do verbo: *Il est passé en premier* (*Passou em primeiro lugar*).

Em suma, a identidade semântica da preposição EN está fundada sobre o valor de noção com valor de representação que ela confere a Y na sua relação com X-p. Ela, desse modo, marca que o atributo que especifica X vale apenas para uma atualização contingente do modo de ser presente na relação predicativa X-p. Distinguem-se, por fim, três modos de relação entre X-p e Y, assim resumidos pelos autores:

- 1) A relação predicativa que atualiza X-p convoca, no âmbito dessa atualização, uma determinação qualitativa concernindo sua implicação na relação predicativa p. Y é parte pregnante da atualização de X e vem de retorno especificar a atualização de X (ou seu modo de presença), conferindo-lhe uma representação nocional. X-p convoca Y que é uma representação da relação predicativa tal como ela se apresenta.
- 2) A atualização de X-p é autônoma relativamente sua orientação (*repérage*) por Y. O termo Y é então uma noção que acresce, em um segundo tempo, uma determinação relativa à atualização de X-p.
- 3) A atualização (presentação) de X-p e a representação nocional que lhe confere Y são solidárias e construídas ao mesmo tempo.

Esse caso põe em jogo verbos que reenviam a valores de transformação (no sentido amplo) ou de troca. (ASHINO, FRANCKEL, PAILLARD, 2017, p. 224-225)

Procedemos a uma apresentação dos trabalhos de Franckel e Paillard (2007) e Ashino, Franckel e Paillard (2017) sobre as preposições DANS e EN não porque aplicamos sua metodologia na nossa análise da preposição portuguesa correspondente em alguns casos a EM, o que seria infrutífero dadas as peculiaridades desse marcador, que em alguns cotextos pode ser a tradução para ambas as preposições francesas, tais como nos enunciados *Il y a de belles fleurs dans le jardin* (*Tem flores bonitas no jardim*) e *Il s'est exprimé en anglais* (*Ele falou em inglês*). Assim procedemos porque alguns dos resultados desses trabalhos podem ser úteis para a descrição da variação cotextual de EM, como veremos no próximo capítulo. Além disso, observe-se que, consideradas em conjunto, as abordagens propostas por Franckel e Paillard e Ashino, Franckel e Paillard ressaltam duas vantagens com respeito às análises preposicionais em português. Em primeiro lugar, os autores tentam dar conta da identidade semântica dos itens em questão, ao proporem a formulação dos parâmetros que constituem a identidade semântica de DANS e EN. Essa formulação não implica nenhuma redução a um valor primordial (o espaço, por exemplo). Ao contrário, evita qualquer reducionismo ao se elevar a um alto grau de abstração, que permite, depois das análises dos enunciados, tratar, isolados das ocorrências particulares, os elementos constitutivos da identidade semântica. A ideia, no caso de DANS, de uma localização de X por Y que remete a modos de vinculação entre um e outro, modos esses descritíveis pela distinção de zonas de vinculação, exemplifica esse procedimento de abstração, já que se aplica a toda variação enunciativa desse item preposicional. No caso de EN, temos a proposta de que o sintagma EN Y marca que o atributo que especifica X não é um atributo inerente (não é uma propriedade definitiva), mas um atributo que somente vale para a atualização particular (contingente, circunstancial, acidental) do modo de ser ou do modo de presença de X-p no presente de sua apresentação. É justamente a ausência desse trabalho de abstração que explica por que vários dos estudos linguísticos não conseguiram propor uma identidade semântica satisfatória da preposição. É esse grau de abstração que buscamos na nossa proposta de formulação da identidade semântica do marcador EM.

Em segundo lugar, os autores dão conta de maneira abrangente, da

multiplicidade cotextual dessas preposições, regrando a análise ao recortar tal multiplicidade como variação interna e externa. A vantagem é um controle analítico da proliferação, diferenciando um nível de variação próprio da preposição e um nível de variação relativo aos termos do entorno cotextual. O resultado, no caso da variação interna de DANS, é uma detalhada apresentação dos diversos sentidos da relação instaurada por esse marcador, descrevendo-se os modos de distinção de zonas que ligam X a Y (envolvimento, visibilidade, absorção, extensão de X por Y etc). No caso da variação externa, a vantagem é a apreensão do estatuto próprio de Y relativamente à homogeneização da zona à qual DANS o associa, além da descrição precisa das possibilidades de intrincamento entre o verbo e sintagma preposicional. Os resultados, no caso de EN, guardam proporções semelhantes. A finura desse procedimento descritivo está no horizonte do nosso empreendimento.

2.9. Algumas considerações sobre o estudo das preposições francesas

Este capítulo apresentou os princípios fundamentais, colhidos na TOPE, que sustentam a pertinência teórica de nosso trabalho. A mais importante contribuição de TOPE, acreditamos, é a apresentação de instrumentos conceituais e metodológicos que dão conta do jogo entre multiplicidade cotextual e unidade de sentido de um item linguístico. A teoria dos observáveis, bem como as ordens de variação interna e externa, além da ideia de identidade semântica, são exemplares nesse sentido, pois a primeira lança procedimentos regrados e princípios de interpretação essenciais para uma análise dos enunciados, e a segunda aponta para a atitude teórica adequada se se quer apreender o sentido unitário de um item.

No nosso trabalho, estamos atentos às exigências de abstração, na formulação da identidade semântica, e de precisão, na descrição da multiplicidade das ocorrências. Daí a proposta de, por meio de uma problematização controlada, que seleciona certas famílias de enunciados, mostrar as diversas variações de sentido implicadas pelo emprego do marcador EM nas representações de tempo, de espaço e de estado. Assim procedendo, esforçamo-nos, a partir dessas análises, por propor a identidade semântica de EM, preservando a esquematização formulativa, ao avançar as propriedades do marcador EM com os parâmetros operatórios que levam esse marcador a construir as representações descritas no trabalho de análise e não outras quaisquer. O capítulo que segue é a ilustração desse esforço de determinação da

identidade semântica e de descrição da variação cotextual do marcador em questão nas representações de espaço, de tempo e de estado.

III – Estudos analíticos: representações espaciais, temporais e de estado

Neste capítulo, começamos o trabalho de análise do marcador EM, concentrando-nos no papel de tal marcador relativamente à construção de representações espaciais, temporais e de estado. Trata-se, portanto, de detalhar, entre esses tipos representações, as passíveis de serem elaboradas por esse item, e de avançar uma hipótese de formulação da sua invariância de sentido, ao estabelecer os princípios formais que explicam a (im)possibilidade das representações manifestadas na multiplicidade das ocorrências nesses três domínios.

Para a descrição da variação cotextual, esforçamo-nos por apresentar uma abordagem a mais controlada e precisa possível, sempre em diálogo com empreendimentos levados a termo por trabalhos gramaticais e linguísticos, já apresentados no primeiro capítulo e aqui retomados. A metodologia utilizada já está exposta no segundo capítulo, sem que, neste passo, valha a pena retomá-la. Ressaltemos apenas, de forma rápida, que a TOPE busca constituir, como dado empírico, uma classe restrita de fenômenos linguísticos, por meio de famílias de enunciados em relação parafrástica, submetidas a um tratamento de manipulação que evidencie a concorrência de construções sintagmáticas e a boa e má formação de enunciados, a fim de formular problemas locais e construir hipóteses explicativas razoáveis, cujos resultados deverão, num momento posterior, ser elevados ao nível do generalizável.

Na medida em que temos em vista a operação epilinguística que determina, por meio do marcador EM, um objeto ou um evento no espaço, no tempo e em um estado, partimos de um conjunto de enunciados em que se observam a sequência *estar em*, no caso do espaço, e a sequência *chegar em*, no caso do tempo, e a sequência *ficar em*, no caso do estado, e que servem de resposta, respectivamente, à pergunta elaborada por *onde?*, por *quando?* e por *como?*. De fato, enunciados que determinam um objeto ou um evento no espaço, no tempo e em um estado produzem contextos de resposta a perguntas do tipo *onde está?* (espaço), *quando chega?* (tempo) e *como fica?* (estado). Trata-se de interrogativas em que a existência do objeto ou a possibilidade do evento, em contextos específicos, não são postas em questão. Com as formas interrogativas *onde*, *quando* e *como*, empregadas em determinados contextos, temos que o objeto ou evento a ser determinado no

espaço devem estar em algum lugar, sem que se saiba qual é esse “algum lugar”, ou, a ser determinado no tempo, devem acontecer em algum momento, sem que se saiba precisar esse momento, ou que, por fim, determinado em um estado, devem se apresentar de algum modo, sem que se saiba qual é esse modo. *Onde, quando* e como são, assim, traços da operação de percurso, a qual consiste em “percorrer todos os valores ou operações possíveis em um dos lugares numa relação com n lugares, sem que se queira ou se possa distinguir algum” (CULIOLI, 1999b, p. 119).

Dessa forma, considerando-se as sequências *O livro está em* (), representação espacial, *Ele chega em* (), representação temporal, e *O aluno ficou em* (), representação de estado, não há critério de escolha que preencha o espaço vazio da localização, qualquer que seja o elemento selecionado, no percurso do domínio virtual, que especifique esse espaço. É dessa forma que se caracterizam os enunciados interrogativos, através dos quais se delimita, por abstração, o conjunto dos possíveis. Nesse cenário, certos enunciados podem ser dados como resposta, dos quais selecionamos alguns para análise. Nessas análises, estaremos atentos à concorrência do marcador EM com outros marcadores e com as construções diretas (não preposicionadas), uma vez que esta concorrência é fundamental para apreensão da modulação semântica particular produzida por cada preposição quando a substituímos por outra ou por uma construção sem preposição, e também atentos à possibilidade ou impossibilidade de uso da preposição EM em certos contextos, o que, tal como a concorrência, manifesta seus contornos semânticos.

Ressalte-se, ainda, que nas análises tecemos algumas considerações sobre o emprego do marcador EM como prefixo EN-, tal como em *encaixotado, entardecer, enferrujado* etc.. A abordagem conjunta da preposição e do prefixo se insere numa perspectiva transcategorial que ultrapassa os limites da classificação gramatical, já que esta, ao usar critérios sintáticos e morfológicos na elaboração de sua taxionomia, separa EM preposição e EN- prefixo, sem atentar para as prováveis semelhanças de família entre ambas as formas.

3.1. Elaboração das representações espaciais

No primeiro capítulo, pudemos, através da leitura crítica de alguns trabalhos teóricos, apresentar as diversas descrições de EM na construção do espaço

linguístico. Desses, apenas a classificação proposta por Ilari (2015) e por Neves (2011) abre a um diálogo frutífero, já que alcança uma precisão descritiva considerável, e é por isso que aqui são retomadas rápida e criticamente. Neves (2011, p. 675-676) indica, no uso da preposição EM, por um lado, **1**) uma relação espacial sem movimento, subdividida em **a**) localização na superfície (sobre, em cima): *João lia na cama obras pornográficas*; **b**) interioridade (no interior de, dentro de): *Deixamos Curitiba num cargueiro da FAB*; **c**) situação medial (no meio de, entre): *Com a bem querida nos braços [...]*. E, por outro lado **2**) uma relação espacial com movimento, subdividida em: **a**) localização na superfície (em cima, sobre): *Um engraxate batuca na caixa*; **b**) ponto de contato (num ponto de): *Um deles me tocou no ombro*; **c**) contiguidade: *Passei a mão em suas coxas*.

Muito embora esse trabalho apresente um criterioso trabalho descritivo, é possível avançar algumas considerações que, pensamos, podem contribuir para maior exatidão na apreensão da variação da preposição EM. Em primeiro lugar, pensamos ser dispensável a separação dos valores “localização na superfície” e “ponto de contato”, que nos parecem próximos, podendo ambos serem reunidos sob a mesma rubrica. De fato, os exemplos dados pela autora (*Um engraxate batuca na caixa* e *Um deles me tocou no ombro*) parecem remeter a uma relação que se estabelece através de contato direto, ainda que se possa distinguir o ponto de contato ou que esse ponto seja qualquer. Em segundo lugar, pensamos que o valor “situação medial”, proposto por Neves, se deixa englobar pelo valor interioridade. Com efeito, observe-se que o exemplo listado por Neves, *Com a bem querida nos braços [...]*, considerando-se “querida” tratar-se de uma criança, pode ser substituído por *Com a bem querida dentro dos braços*. Isso acontece porque “em meio de” remete a uma zona de profundidade constituída por limites, e no interior da qual algo se deixa localizar, ou, de outra forma, “em meio” deixa-se interpretar como uma extensão que envolve o termo que nele se localiza, tal como acontece em “no interior de”. Por fim, acreditamos, como buscamos mostrar adiante, que EM não serve à construção da representação espacial contiguidade, papel que parece caber às preposições DE e A. De fato, diz-se *O livro está do lado da caixa* ou ainda *O livro está ao lado da caixa*, e não **O livro está no lado da caixa*. Aliás, o exemplo de contiguidade, dado por Neves (*Passei a mão em suas coxas*), remete, de preferência, à ideia de contato.

Também a obra de ILARI *et al.* (2015, p. 202-206) propõe uma descrição virtuosa das diversas representações espaciais construídas pela preposição EM. Na

obra, o espaço é desdobrado conceitualmente em três grandes categorias cognitivas de relação espacial (posição, abrangência, proximidade), que, por sua vez, se desdobram em eixos diversos. A categoria *posição* remete aos eixos horizontal, vertical e transversal; a categoria *abrangência*, ao eixo continente/conteúdo; e a terceira categoria, a de *proximidade*, reporta-se ao eixo próximo/distal. A preposição EM está ausente apenas da representação do espaço em termos de *proximidade* (eixo próximo/distal). Quanto às outras categorias de relação espacial, EM, na categoria *posição*, serve à representação final do percurso (meta), segundo o eixo horizontal; no caso, afirmam os autores que “coocorre um verbo de movimento (ou um verbo suporte), cujo sujeito é controlador do estado de coisas” (ILARI *et al.*, 2015, p. 211, In. ILARI, 2015): *Quem manda entradas para a gente e a gente não pode às vezes se negar então a gente vai no chá né?* Ainda com respeito à *posição*, a preposição EM serve à representação do espaço vertical, ao situar, em forma de locução prepositiva (*em cima de*), a figura num plano mais elevado que o ponto de referência: [...] *depois põe em cima da carne e põe os legumes em cima...* (ILARI *et al.*, 2015, p. 216, In. ILARI, 2015). O mesmo marcador é indicativo de posição inferior na locução prepositiva construída com o adjetivo *baixo*: *Colei embaixo de cada prato assim...* (ILARI *et al.*, 2015, p. 217, In. ILARI, 2015). Relativamente ao eixo transversal da categoria *posição*, EM serve para representar o espaço anterior, em “locuções calcadas no latim *fronte* ‘fronte, testa, parte anterior do rosto’ (em frente de)” (ILARI *et al.*, 2015, p. 218, In. ILARI, 2015). Por fim, com respeito à categoria cognitiva *abrangência*, EM é a preposição que por excelência expressa, no eixo continente/conteúdo, o espaço da interioridade, tendo como valor prototípico a “localização de X no interior de Y” (ILARI *et al.*, 2015, p. 222, In. ILARI, 2015).

Também relativamente ao trabalho de Ilari (2015) talvez caibam algumas observações críticas e construtivas. De fato, se, por um lado, os autores indicam acertadamente que a preposição EM serve à construção da posição inferior (*embaixo*) e superior (*em cima*) no eixo vertical, por outro, deixam de distinguir os valores contato (*embaixo do pé, em cima da mesa*) e proximidade vertical (*O barco estacionou embaixo da ponte, O sino badalava em cima de nós*). A ausência dessas especificações deve-se ao fato dos autores não abordarem analiticamente as consequências semânticas da concorrência de EM com outras preposições, em especial a preposição A, no sentido de mostrar que, comparados com *abaixo* e *acima*, *embaixo* e *em cima* implicam o contato e a proximidade, ao passo que as duas

primeiras formas se prestam à construção do distanciamento. Da mesma forma, no eixo transversal, os autores, apesar de indicarem, também acertadamente, a frontalidade (*em frente de*), não vinculam essa representação ao valor proximidade, que parece ser evidente no uso de EM, e que a diferença da preposição A, a qual, por sua vez, também indica frontalidade, mas vinculada ao valor distância (comparem-se, nesse sentido, *O carro está na sua frente* e *O carro está à sua frente*).

Apesar dos trabalhos de Neves (2011) e Ilari (2015), relativamente à variação cotextual de EM na elaboração das representações espaciais, serem preciosos, o mesmo não se pode afirmar sobre a questão da invariância de sentido desse marcador, que os autores não resolvem. De fato, embora se refira ao problema, NEVES (2011, p. 18) não se engaja em resolvê-lo. No caso de Ilari (2015), os autores não se perguntam por que a preposição EM constrói as representações espaciais que eles elencam. Que afirmem que essa preposição é a única a evocar o “esquema de caixa”, logo, a interioridade, não responde satisfatoriamente ao problema. Com efeito, como já dito, a determinação da unidade de sentido, ou identidade semântica, de um item preposicional deve satisfazer a duas exigências: primeiro, remeter à natureza própria da preposição, que é relacional, e, segundo, subsumir em princípios formais invariáveis a multiplicidade representacional que os diversos cotextos revelam. Essas exigências são satisfeitas apenas parcialmente pela representação “esquema de caixa”, a qual, se por um lado preserva a natureza relacional da preposição EM (X dentro de Y), por outro, não pode regular as diversas representações espaciais que se constroem com EM, já que os valores espaciais de EM extrapolam a mera localização de algo no interior de um espaço. Isso posto, as análises a seguir intencionam ir além das soluções encontradas, ao tentar propor uma classificação mais precisa da variação cotextual do marcador em questão, na qual se operam localizações diversas de um objeto no espaço, e, ao tentar, além disso, uma conjectura razoável que formule a identidade semântica desse marcador, formulada a partir da multiplicidade cotextual descrita, da qual ela é a razão suficiente.

Análises GRUPO 1

Nas análises desenvolvidas a seguir, a maior parte dos exemplos é de próprio cunho, outros são provenientes de Neves (2011) e há também exemplos oriundos da

web e que são identificados em nota conforme a sua origem.

(01) O livro que você procura está encaixotado.

O enunciado acima preenche o vazio do localizador – *O livro está em ()* – por meio de uma forma prefixada (*encaixotado*). Observa-se que, no termo *encaixotado*, o prefixo EN- é traço da mesma operação de localização no espaço realizada em agenciamentos com a preposição EM. *Está encaixotado* aproxima-se, portanto, de *Está na caixa*, ambos podendo ser parafraseados por *Está dentro da caixa*. EN- prefixo é, dessa maneira, o marcador por excelência de uma zona de interioridade ao situar o localizado no interior do localizador. A ideia de interioridade é aqui privilegiada porque com *encaixotado* entra em jogo o pôr na caixa e o tirar da caixa. Ou seja, o interior do domínio de validação é o *pôr na caixa*, que se opõe a *tirar da caixa* como exterior (o que não pode ser o caso). Assim, entra em jogo não apenas o termo *caixa*, mas o prefixo/sufixo, já que o verbo é *encaixotar*.

Notemos, contudo, que *Está encaixotado* não se reduz necessariamente à mera assinalação de “algum lugar”, podendo significar algo mais que “no interior da caixa”. Isso fica claro se simularmos um contexto em que não se parte da pergunta *Onde?*, mas, sim, da pergunta *Como?*, tal como se observa na simulação de um diálogo em que alguém pergunta: *E os livros, como estão? Ainda tem que tirar da estante?*, e outro responde *Não, estão encaixotados*.

Nesse contexto, *encaixotados*, para além de uma localização espacial, remete a uma representação de estado como espécie de ordenação, o que mostra, por exemplo, a possibilidade de se empregar um advérbio que indica o grau de ordem, como *perfeitamente* (*Estão perfeitamente encaixotados*). Se se pretendesse indicar apenas a localização do objeto, sua utilização não seria necessariamente admitida. Por conseguinte, *encaixotado* pode tanto situar o localizado no interior do localizador como remeter a certo grau de arranjo, o que leva a pensar que a zona de interioridade distinguida com EN- remete tanto a relações de localização espacial, quanto a especificações qualitativas. Essas diversas especificações qualitativas operadas com o prefixo EN- serão retomadas adiante, quando abordamos as representações de estado construídas pelo marcador EM.

O valor de interioridade espacial no uso de EN- prefixo discrimina uma zona interior que estabelece a relação de *continente/conteúdo* – *encaixotado* – ou de

*invólucro*¹² – *embrulhado*, o que é possível graças ao estatuto de termos como *caixa* ou *embrulho* (pacote, carga, fardo). Nesse sentido, uma forma tal como **emesado* não é atestável, pois *mesa* não remete a zonas de contenção ou envolvimento, mas a uma superfície plana que exclui a localização no interior. Devido a essa característica nocional, a unidade *mesa*, em seus empregos, somente se deixa combinar com a localização em que há contato (*O livro está em cima da mesa*), com a localização no espaço próximo, inferior e superior (*O livro está embaixo da mesa*, *A lâmpada está em cima da mesa*) e com localização no espaço frontal próximo (*O livro está na frente da mesa*). Assim, a possibilidade do uso do prefixo EN- tem a ver, necessariamente, com as propriedades lexicais do termo localizador.

(02) O livro que você procura está na caixa.

O enunciado acima, como já apontamos, pode ser interpretado como próximo daquele em que se emprega *encaixotado*, já que também pode realizar a operação de localização no espaço interior, podendo ser parafraseado por *O livro que você procura está dentro da caixa*. Nesse sentido, EM preposição, tal como EN- prefixo remete à relação de conteúdo/continente, e tal relação pode reenviar, se a semântica do termo Y permitir, à ideia de envolvimento, como em, por exemplo, *O livro está no embrulho* (Y, *embrulho*).

Porém, a análise mostra que EM preposição extrapola os limites da interioridade (contêiner ou invólucro), à qual EN- prefixo parece se reduzir. De fato, *O livro está na caixa* pode perfeitamente remeter a uma relação de contato, significando *O livro está sobre a caixa*, interpretação impossível no caso de *O livro está encaixotado*. Essa dupla possibilidade interpretativa (*interioridade* e *contato*) se deve à noção atribuída a *caixa*. Devido às propriedades nocionais desse termo, EM considera *caixa*, em (02), sem especificar diferentes zonas, ou seja, pode-se dizer que, no enunciado em questão, tudo é CAIXA no interior do domínio de validação, o qual se opõe, assim, ao exterior NÃO-CAIXA. Esse tipo de estruturação da zona de localização vale para o caso de *O livro está no baú*: X, *livro*, pode estar colocado em cima do baú. A não especificação de zonas, a depender do estatuto de Y, na operação de localização espacial realizada por EM, fica ainda mais evidente se considerado o

¹² O estudo desenvolvido por Franckel e Paillard (2007) sobre *dans* guarda importantes considerações sobre a distinção dessas zonas.

enunciado seguinte:

(03) O livro está no criado-mudo.

Em (3), Y, *criado-mudo*, é compreendido como uma zona de localização de X, *livro*, de tal maneira que X se encontra em Y sem que se diga onde especificamente está. Se está em cima ou dentro do criado-mudo, não vem ao caso, desde que o livro se localize na zona delimitada por *criado-mudo*. Relativamente a essa zona que corresponde ao interior do domínio de localização, o restante (o exterior do domínio) é desconsiderado como impossível de ser o caso de determinação espacial de X.

(04) O livro está em cima/embaixo da caixa.

Com o enunciado (4), alargam-se as representações espaciais em jogo no uso do marcador EM, já que, por meio de *em cima* e *embaixo*, é possível construir o contato, seja superior seja inferior. De fato, *O livro está em cima/embaixo da caixa* significa ou que *o livro* apoia-se sobre a caixa (*em cima*) ou que esta se apoia sobre *o livro*, cuja localização seria embaixo, havendo, na relação entre localizado e localizador, um contato de superfícies. Mas o enunciado constituído com tais marcadores (*em cima* e *embaixo*) também pode significar que o localizado se destaca do localizador, representando-se a distância próxima tanto superior quanto inferior (vertical), dependendo da natureza do localizador e do localizado. É o que se verifica no seguinte par de enunciados:

(05) O livro está embaixo da mesa.

(06) A lâmpada está em cima da mesa.

As representações espaciais construídas em (05) e (06) não implicam necessariamente contato, porém exigem que haja proximidade entre os termos postos em relação, devido ao estatuto de *mesa*, localizador em (5), e *lâmpada*, localizado em (6), e as propriedades que implica. De fato, em (05) o objeto evocado por *livro* pode se localizar seja sob uma mesa que tombou (contato), seja no vão existente entre o tampo de uma mesa e o solo (proximidade). E em (06), aquele evocado por

lâmpada pode se localizar seja na superfície da mesa, à qual ele se cola (contato), seja sobre a mesa, da qual ele se destaca (proximidade vertical), já que se deixa destacar instalado no teto. A representação espacial “proximidade” (no eixo vertical) liga-se mais evidentemente à preposição EM, se nos debruçarmos sobre a diferença entre *em cima/embaixo* com *acima/abaixo*. Comparados, EM e A constroem representações espaciais bem diferentes no eixo vertical, já que o primeiro remete aos valores de contato e proximidade e o segundo ao valor de distanciamento. Basta considerar a diferença que existe entre *O apartamento de João está em cima do nosso* e *O apartamento de João está acima do nosso*. Em ambos os casos, o termo localizado (*apartamento*) se destaca verticalmente do termo localizador (*nosso apartamento*), mas, no primeiro, mantém-se uma vizinhança próxima (o apartamento localizado é o imediatamente superior) e, no segundo, instaura-se um afastamento.

Até aqui vimos que, nas localizações espaciais construídas pelo marcador EM, transita-se da interioridade (encaixotado, na caixa) para o contato (em cima da mesa) e a proximidade vertical, dependendo do estatuto do termo localizado (*A lâmpada está instalada em cima da mesa*). Consideremos agora exemplos de localização no eixo horizontal.

(07a) O livro está do lado da caixa.

(07b) O livro está ao lado da caixa.

(07c) *O livro está no lado da caixa.

O conjunto de enunciados acima mostra que apenas EM, comparado aos marcadores A e DE, não serve à construção da relação lateral próxima, ou seja, da relação de contiguidade. Observa-se que *Ao lado da caixa* e *do lado da caixa* podem, ambos, ser parafraseados por *junto à caixa*, sem que, porém, essa localização implique, necessariamente, contato. A má formação de um enunciado como **O livro está no lado da caixa*, mais uma vez, diz respeito às propriedades do espaço localizador. *Lado* é uma espacialidade absolutamente relativa (o lado é sempre lado de alguma coisa), de tal forma que tanto *ao lado de* quanto *do lado de*, remetem a uma vinculação de mera vizinhança (sem tendência ao contato) entre os termos envolvidos. Ora, o marcador EM exclui a relação de contiguidade sem contato necessário, constituída por *ao lado de* ou *do lado de*, daí a impossibilidade do

enunciado **O livro está no lado da caixa*¹³.

Essas observações vão de encontro à classificação proposta por Neves, a qual descreve a preposição EM como própria para a construção do valor “contiguidade”. A imprecisão da descrição efetuada pela autora se manifesta não somente se considerarmos a impossibilidade de **O livro está no lado da caixa*, mas também se atentarmos que seu exemplo de contiguidade (*Passei a mão nas suas coxas*) serve, mais precisamente, como ilustração de localização espacial que implica contato direto. Passemos agora para o eixo transversal do espaço:

(08a) O carro está na sua frente.

(08b) O carro está à sua frente.

Os enunciados acima produzem, de forma evidente, efeitos bem diversos, se não contrários. Assim como se pôde observar na comparação entre EM e A relativamente à localização vertical (*em cima* e *acima*), também na comparação entre os dois marcadores, agora relativamente à localização transversal (*na sua frente*, *à sua frente*), observa-se que EM constrói, de preferência, a proximidade e A, mais propriamente, o distanciamento.

Em suma, as análises empreendidas até aqui mostraram que a preposição EM se presta a operar a localização espacial de um objeto, na qual distingue a relação do termo localizado com uma zona interior (*encaixotado*, *na caixa*), uma zona de contato (*na mesa*, *em cima da mesa*), uma zona de proximidade tanto vertical quanto transversal (*A lâmpada instalada em cima da mesa*, *O carro posicionado na sua frente*). Por outro lado, deixam evidente que, com EM, não se constrói o valor contiguidade (**O livro está no lado da caixa*), cabendo esse papel, antes, às preposições DE e A (*O livro está do/ao lado da caixa*). Além disso, segundo nossas análises, EM tampouco serve à representação do distanciamento, função efetuada pela preposição A (**O bar está em muitos metros daqui*, *O bar está a muitos metros daqui*, *Os astros estão acima de nossas cabeças*). Além desses, podemos observar ainda outro valor espacial construído com EM que se manifesta no enunciado seguinte:

¹³ Interessante notar que em um enunciado como *O coração está no lado esquerdo do peito* é admitido, já que nele desaparece o valor de contiguidade do termo *lado*, o qual se transforma em espaço vazado, já que, enquanto “lado esquerdo do peito”, é parte da caixa torácica dentro da qual se localiza o coração.

(9) Os livros estão em torno da caixa.

Em torno e seus similares (*em redor*, *em volta* etc.) combinam-se somente com o contínuo, o que, por um lado, inclui seu agenciamento com nomes que indicam objetos passíveis de partição¹⁴, como os líquidos, por exemplo, (*O leite espalhou-se em torno do prato*), e, por outro lado, exclui seu agenciamento com nomes que indicam objetos discretizáveis¹⁵ quando singulares (**O livro está em torno da mesa*), exigindo, neste último caso, o plural (*Os livros estavam em torno da mesa*). No caso de *em torno* e similares, portanto, constrói-se a representação espacial *gravitação*, que remete à localização de um objeto (termo localizado, *os livros*) nas imediações de uma zona espacial distinguida pelo termo localizador (*caixa*), que se configura como um núcleo que exerce força de atração. Essa operação de localização de algo na circunvizinhança de uma zona central se acresce às outras descritas acima. Ora, é notável que o valor *gravitação* não é absolutamente considerado pelos trabalhos de Neves (2011) e Ilari (2015) com os quais vimos dialogando até aqui.

Isso posto, considerando as análises até agora levadas a cabo, que partem de um conjunto de enunciados em que se observa a sequência *estar em*, e que servem de resposta à pergunta elaborada com *onde?*, podemos distinguir, num tratamento conjunto de EM preposição e EN prefixo, os seguintes valores de localização espacial.

- 1: Interioridade: Ex. *Na caixa, encaixotado*.
- 2: Contato: Ex. *Em cima, embaixo*.
3. Proximidade (vertical e transversal): Ex. *Em cima/embaixo, Na nossa frente*.
4. Gravitação: Ex. *Em torno*.

Acrescente-se que se, por um lado, EM serve à construção de tais representações, por outro, está excluída da elaboração do valor contiguidade (não se diz **no lado*, mas *ao/do lado*) e do valor distanciamento (Comparem-se *em cima/embaixo* com *acima/abaixo* e *na frente* com *à frente*). Ora, a abordagem da

¹⁴ Nomes que admitem mais facilmente expressões que designam parte do todo, como *um pouco de*, por exemplo.

¹⁵ Nomes que admitem mais facilmente o determinante *um(a)*.

identidade semântica do marcador EM passa necessariamente pelo questionamento de saber por que são essas e não outras representações implicadas pelo uso de tal marcador, já que tal identidade revela o esquema operatório que regula os diversos empregos cotextuais. Como já indicamos, nenhuma das obras citadas aponta uma solução razoável para tal questão. Isso ou porque sequer enfrentam a problemática do sentido unitário de EM (Neves, 2011), ou porque a formulação desse sentido mostra-se insatisfatória (Ilari, 2015) quando exposta em termos de “esquema de caixa”, já que este esquema não engloba as várias outras representações espaciais elaboradas com EM.

De nossa parte, acreditamos que o problema de saber qual razão suficiente que explica a construção, pelo marcador EM, das representações espaciais elencadas, com exclusão de outras – ou, de outra maneira, qual o esquema operatório que subjaz à multiplicidade cotextual – pode receber uma solução razoável se considerarmos que a preposição EM é dotada de uma propriedade que, por nossa conta, denominamos propriedade “ímã”. Essa hipótese mostra-se aceitável se se observa a gradação regrada que atravessa os diversos valores descritos (interioridade, contato, proximidade, gravitação), a qual aponta para um vetor tendencial, propriamente relacional, expresso pela preposição, que faz com que o termo localizador Y exerça uma atração sobre o termo localizado X, conforme o esquema $X R(\text{prep.}) Y$.

A propriedade ímã revela os princípios organizadores que regulam a variação cotextual de EM no domínio espacial, na medida em que ela significa que esse marcador funciona num entre-dois (X e Y) de tal maneira que Y, introduzido por EM, exerce uma força sobre X, puxando-o para seu domínio de zonagem, que se estrutura de forma a se coadunar com a relação atrativa instaurada. Que a propriedade ímã dê a conhecer a identidade da preposição EM fica claro se se atenta que ela só se manifesta considerando-se a totalidade das representações espaciais elaborada com EM e acima descritas. Isso porque, tomando-se cada um dos valores isoladamente, o emprego de EM não é necessário, já que esse marcador concorre com SOBRE (*em cima da mesa* = *sobre a mesa*) e com A (*em redor* = *ao redor*). Agora, para a instauração de *todos* os valores locativos listados na nossa análise, tomados simultaneamente, EM é o único marcador empregável. Ademais, é notável que o marcador EM não se preste a construir localizações espaciais, como a contiguidade e o distanciamento, as quais ou são estranhas (contiguidade) ou se opõem (distanciamento) ao vetor tendencial (atração X por Y) justamente expresso

pela propriedade ímã.

Com efeito, a contiguidade construída com A ou DE (*ao lado, do lado*) não implica necessariamente o contato (como é o caso de *encostado*), e o distanciamento, construído, entre outros, com A (*acima, à sua frente*) configura uma inversão da orientação vetorial que inclui a proximidade, como é o caso de *em cima e na sua frente*. Observe-se que se a lista das representações espaciais elaboradas com sintagma *estar em* é aqui mais precisa, o mesmo não se afirma da lista das representações que esse sintagma não serve a construir, na medida em que o que contém – contiguidade e distanciamento – emerge da concorrência de EM com outras preposições e é exemplarmente ilustrativo da identidade semântica de tal item.

3.1.1. Considerações sobre o papel do marcador EM na elaboração das representações espaciais

O estudo até aqui empreendido levantou algumas questões relacionadas à variação cotextual e à invariância semântica do marcador EM no domínio espacial. De início, o aporte transcategorial deste trabalho afasta-se da rígida classificação das formas linguísticas em categorias. As formas preposicional EM e prefixal EN-, abordadas de maneira separada pelos trabalhos acima apresentados como preposição e prefixo, são consideradas aqui unitariamente, já que remetem a operações semelhantes de localização espacial. Em segundo lugar, a metodologia da TOPE levou-nos a uma tentativa de descrição mais precisa das diversas representações espaciais implicadas pelo uso de EM, dentre as quais distinguimos as de interioridade, contato, proximidade e gravitação.

Comparada nossa descrição com os trabalhos mais satisfatórios dentre os aqui apresentados, quais sejam, o de Neves (2011) e o de Ilari (2015), a diferença está em termos atentados para o valor gravitação, ausente nos autores citados, e distinguido a proximidade vertical e transversal. Em terceiro lugar, diferentemente dos autores aqui referidos, propusemo-nos a explicar a razão pela qual o marcador EM implica as representações espaciais apontadas e não outras quaisquer, o que significa determinar os princípios organizadores que presidem a elaboração de tais representações, e, logo, a propriedade que configura a identidade semântica de EM.

Como já afirmamos, a descoberta da identidade de um item preposicional decorre do jogo observado no próprio modo com que esse item se integra ao vários

cotextos enunciativos, e a formulação dessa identidade implica a retenção da natureza relacional própria da preposição. Ora, a hipótese de que há uma propriedade, denominada ímã, intrínseca ao marcador EM mostrou ser pertinente na medida em que, por ela, pôde-se explicar, a (im)possibilidade de alguns enunciados formados com tal marcador e sua concorrência com outros marcadores, sem deixar de dar conta de sua natureza relatora. De fato, a propriedade ímã de EM acarreta a instauração de uma orientação do termo localizado X pelo termo localizador Y, o que leva a configurações não quaisquer de Y, posto que são motivadas pela força de atração exercida por Y sobre X, patenteadas na série interioridade, contato, proximidade e gravitação, valores que, reunidos, mostram que Y puxa X para seu domínio. A propriedade ímã de EM deixa-se reforçar se se atenta que tal item exclui a contiguidade e o distanciamento entre X e Y, valores estranhos à operação que lhe é constitutiva.

Assim sendo, podemos avançar a seguinte formalização da identidade semântica do marcador EM no domínio em que se opera a localização espacial efetuada com o sintagma *estar em*.

O domínio, neste caso, divide-se nas zonas **I**(nterior) e **E**(xterior), cabendo, na primeira, o conjunto de representações espaciais construídas por EM (interioridade, contato, proximidade e gravitação), e, na segunda, o conjunto das representações que este marcador não serve a construir (contiguidade e distanciamento). Essa divisão ocorre graças à propriedade ímã, constitutiva da identidade semântica do marcador EM, a qual expressa uma dinâmica relacional que faz com que X seja atraído por Y. Isso explica por que são tais as representações espaciais operadas com EM e não outras.

O quadro abaixo ilustra essa formalização. Nele, a seta indica que existe uma gradação nas diversas representações espaciais no interior do domínio, que vai da localização no interior à localização no entorno, o qual pode ser tanto próximo quanto distante, mas sempre gravitacional. A seta e o afastamento da margem esquerda, no interior do domínio, são representativos da operação constitutiva de EM já especificada, numa gradação que vai desde a gravitação até a localização no interior, passando pela proximidade e o contato.

O quadro 1, abaixo, ilustra tais relações.

Quadro 1: domínio da localização espacial operada com *estar em*

Interior do domínio	Exterior do domínio
<p>Interioridade (<i>encaixotado, na caixa</i>)</p> <p>Contato (<i>em cima, embaixo</i>)</p> <p>Proximidade vertical transversal (<i>em cima, na sua frente</i>)</p> <p>Gravitação (<i>em torno</i>)</p> <p style="text-align: center;">←</p>	<p>Contiguidade (* <i>no lado, ao/do lado</i>)</p> <p>Distanciamento (*<i>em muitos metros, a muitos metros</i>)</p>

Fonte: produção do autor

No quadro 1, a seta e o afastamento da margem esquerda, no interior do domínio, indicam o vetor tendencial operado por EM, que faz com que Y atraia para si X, numa gradação que vai da gravitação à localização no interior, passando pela proximidade e pelo contato. No exterior do domínio, encontram-se valores que ou barram (contiguidade) ou invertem (distanciamento) o vetor tendencial da propriedade ímã.

3.2. Elaboração das representações temporais

Tal como ocorre relativamente ao espaço, as descrições semânticas da preposição EM no domínio temporal, que se leem na literatura gramatical e linguística aqui expostas, deixam a desejar na medida em que ou se limitam a meramente indicar o valor *tempo* (LIMA, 2003, p. 343; BERG, 2005, p. 110), ou a reduzir as representações temporais ao valor espacial de interioridade (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 570-571), o que parece não dar conta da multiplicidade dos usos. Dentre os trabalhos consultados, apenas em Neves (2011) e em Oliveira (2009) encontra-se o esforço de dar conta de uma descrição mais precisa da variação semântica de EM no domínio temporal, propondo-se, em ambas as obras, uma classificação mais precisa dos diversos valores observados.

Em Neves, distinguem-se quatro tipos de representação temporal construídas com EM:

- a) Ponto no tempo (unidade de tempo, evento com certa duração). *Na mesma tarde ele acolheu a mediação da cunhada. Na primeira semana chamara a irmã viúva em sua companhia. Discursos na Academia em sessão realizada a 1 de outubro de 1974.*

- b) Duração (período de tempo, determinado por quantificador, ou ordenador, ou dêitico = durante). *Nos primeiros dias tudo eram delícias.*
- c) Limite temporal (no prazo de, dentro de). *Sentou-se no sofá do Tablado e em cinco minutos tinha rabiscado o novo epílogo.*
- d) Espaço de tempo dentro do qual algo ocorre. *Jogue um níquel e em dois minutos aparece seu retrato.* (NEVES, 2011, p. 677 grifos do autor)

Muito embora o cuidado descritivo de Neves mereça ser reconhecido, algumas considerações críticas podem ser tecidas. Apesar de distinguir quatro representações temporais, na classificação de Neves parece não haver diferença entre os valores (c) e (d), podendo ambos (limite temporal e espaço de tempo) serem assimilados no valor “dentro de”, entendido como “tempo em que algo deve acontecer”, como, aliás, parece indicar a própria autora: “c) Limite temporal (no prazo de, *dentro de*” [...] d) Espaço de tempo *dentro do qual* algo ocorre” (grifos nossos). Observe-se, ainda, que em ambos os casos a preposição EM pode ser substituída pelo sintagma “no prazo de”, que indica o tempo em que algo deve ser feito. Assim sendo, a classificação proposta por Neves parece deixar-se reduzir a três valores: ponto no tempo – item (a) –, em que a unidade de tempo não é considerada em sua extensão temporal; duração (=durante) – item (b) –, em que se indica a permanência de algo em um tempo determinado; e limite temporal – itens (c) e (d) – em que se indica intervalo de tempo dentro do qual, ou no prazo do qual, algo ocorre.

Já no trabalho de linguística cognitiva de Oliveira (2009), encontra-se o mesmo procedimento de transposição metafórica dos valores espaciais ao domínio temporal adotado em Ilari (2015). Neste, distinguem-se três representações temporais: (a) um “período delimitado de tempo em que a ação se desenrola”, conforme o exemplo *Fui a Salvador na época que era solteiro*; (b) um “ponto em que a ação é localizada na linha do tempo” (ILARI *et al.*, 2015, p. 252, In. ILARI, 2015): *Nos formamos então no dia dezenove de setembro de mil novecentos e trinta e cinco*; e (c) “parcela de tempo a ser percorrido”: *Geraldo volta em dois meses* (ILARI *et al.*, 2015, p. 252, In. ILARI, 2015). Em Oliveira, a transposição metafórica resulta na seguinte classificação dos valores temporais do marcador EM que é em tudo semelhante à proposta por Ilari (2015):

(1) Localização no interior de um intervalo de tempo. [...] *Trabalhei nesses 15 anos de pesquisa sem parar.* [...] Nesses [...] casos, a construção com *em* evoca uma região temporal delimitada, ao longo da qual atividades durativas ocorrem. Poder-se-iam

distinguir, ainda, como marcos temporais, a natureza pontual de uma ação ou acontecimento, no sentido de este não se desenvolver ao longo do período de tempo. *Trata-se do quinto banco a falir neste ano no país.* A falência do banco [é um] evento que não ocupa toda a duração do período do tempo [...].

(2) Localização em um marco pontual do tempo.

Diferentemente das situações acima, a ocorrência de certos processos considerados pontuais coincide com um ponto delimitado no tempo. *O Overmundo completou um ano no último dia 7.*

(3) Localização no final de um intervalo de tempo. Em um terceiro caso de localização no tempo, é possível que apenas o final da região representada pelo marco temporal esteja realmente em destaque, e não o período todo. *A delegada pretende concluir o inquérito em 10 dias.* [No] exemplo, embora a delegada deva passar os próximos dias trabalhando na investigação, a conclusão propriamente dita ocupará apenas o final desse prazo. (OLIVEIRA, 2009, p. 115-117 *grifos do autor*)

A autora distingue em seu trabalho dois tipos de localização em um intervalo de tempo, (1) que localiza o evento no interior de um intervalo temporal, diferenciando-se os eventos que ocorrem durante todo o período daqueles que não ocorrem durante todo o período, e (3) que localiza o evento no limiar do período temporal. A essas duas representações, acresce-se (2), que localiza o evento em um ponto delimitado do tempo. Essa descrição pode ser comparada à de Neves (2011). De fato, (1), em Oliveira, corresponde ao item (b) em Neves (localização no interior de um intervalo de tempo = duração (período de tempo, durante), (2), em Oliveira, corresponde ao item (a) em Neves (2011) (localização em um marco pontual do tempo = ponto no tempo), e, por fim, (3), em Oliveira, corresponde aos itens (c) e (d), em Neves (localização no final de um intervalo de tempo = limite temporal = espaço de tempo dentro do qual algo ocorre).

Ao dialogarmos criticamente com as descrições de Neves (2011) e Oliveira (2009), as mais finas das que pudemos consultar, pretendemos, por um lado, propor uma classificação mais precisa da variação cotextual de EM no domínio temporal. Mas, além disso, intencionamos dar conta da invariância que subjaz a tal variação, ou seja, formular os princípios organizadores que estão na base da multiplicidade das representações temporais, e que, logo, explicam por que EM implica tais e tais representações e não outras, objetivo não alcançado por nenhuma das duas autoras em seus respectivos trabalhos.

Retomamos, dessa maneira, o problema da identidade semântica da preposição, cuja primeira formulação pudemos avançar no estudo da localização

espacial, levado a cabo na seção anterior, identidade que se deixou exprimir em termos de *propriedade ímã*.

Antes de darmos início às análises no domínio temporal, observemos que, tal como no domínio espacial, também aqui buscamos levantar problemas locais, efetuando, para maior controle analítico, a redução dos enunciados a uma família restrita, constituída pela integração do sintagma *chegar em* com marcas temporais que respondem à pergunta formulada com *Quando?*. Pretendemos que as soluções avançadas para os problemas aí surgidos possam ser alçadas ao nível do generalizável, isto é, que possam se estender a outros grupos de enunciados.

Análises GRUPO 2

(10a) Torcedores ansiavam pelo gol tricolor que só chegou no segundo tempo.¹⁶

(10b) O gol chegou aos 16 minutos quando um dos laterais resolveu aparecer como elemento surpresa no ataque.¹⁷

Nos dois enunciados, localiza-se o evento da marcação do gol em um ponto de tempo determinado (respectivamente, *segundo tempo* e *16 minutos*) de uma partida de futebol, introduzidos, respectivamente, pelas preposições EM e A, de tal forma que a permutação das preposições parece improvável (**O gol chegou ao segundo tempo* e **O gol chegou nos 16 minutos*).

A impossibilidade da concorrência entre as preposições parece ter a ver com o estatuto de ambas as marcas temporais introduzidas, e que se deixa apreender pela relação que guardam com os outros pontos temporais da classe em que se inserem. No caso de (10a), EM faz com que *segundo tempo* se oponha a *primeiro tempo* (constitutivos os dois da duração de uma partida de futebol) ao puxar para período *segundo tempo* a realização do gol. *Primeiro tempo*, portanto, está presente *in absentia*, na construção que tem *segundo tempo* como centro da localização temporal, ou seja, configura-se como alteridade mantida ou classe de instantes convocada, mas repelida, em favor do marco temporal introduzido enquanto

¹⁶ Extraído de: <https://jornalibia.com.br/destaque/libertadores-gremio-vai-com-vantagem-ao-segundo-jogo-da-final/>. Acesso em 17/04/2019.

¹⁷ Extraído de: <http://globoesporte.globo.com/jogo/brasileirao2010/.../ceara-goias.html>. Acesso em 17/04/2019.

momento próprio de validação da localização do evento. A introdução de um localizador temporal pelo marcador EM, portanto, implica uma diferenciação desse localizador relativamente aos outros instantes da sucessão da qual faz parte. No enunciado (10a), o marcador EM parece constituir *segundo tempo* como um intervalo de tempo fechado, para cujo interior a realização do gol é atraída e localizada, intervalo construído na exclusão de outro intervalo (*primeiro tempo*), que não é, mas poderia ser o caso. Por outro lado, o uso do marcador A parece “pinçar” e destacar um dos pontos (*16 minutos*) que constituem a sucessão temporal de 90 minutos correspondente a uma partida de futebol. Nesse caso, o uso do marcador A não implica a apreensão de *16 minutos* como um intervalo, e sim como um instante entre outros da classe.

A operação efetuada com EM – atração para um intervalo de tempo que tem um outro intervalo como seu exterior – não se permite realizar com o A, e a operação que este marcador efetua – pinçamento e destaque de uma unidade, com anulação de outras unidades da classe de instantes – não se realiza com EM, como mostra a impossibilidade da concorrência entre as preposições.

A distinção que acabamos de apontar é muito importante para determinar a identidade semântica do marcador EM, uma vez que não basta dizer, como o fazem Neves (2011) e Oliveira (2009), que EM indica ponto no tempo (Neves) ou opera a localização em um marco pontual do tempo (Oliveira), já que outras preposições como A, conforme visto, também constroem o valor de pontualidade temporal.

Essa distinção só foi possível graças ao confronto de ambas as marcas preposicionais, para cuja concorrência (ou falta de) as autoras não atentam, e para a qual a TOPE não deixa de chamar a atenção.

Para dar mais uma ilustração, examinemos o exemplo abaixo, presente em Neves (2011, p. 677).

(11) Discursos na Academia em sessão realizada a 1 de outubro de 1974.

Nele, há dois sintagmas temporais – *em sessão realizada* e *1 de outubro de 1974* – introduzidos pelos marcadores EM e A respectivamente. Ora, o primeiro representa o tempo como um período coeso (*sessão*) compreendido entre dois marcos (início e fim), dentro do qual o termo determinado (*proferimento de discursos*) se localiza. EM, dessa maneira, introduz a marca temporal (*sessão*) em

forma de intervalo fechado, cujos outros intervalos adjacentes (sessões anteriores ou posteriores) são convocados para serem rejeitados em prol daquele introduzido, o qual é diferenciado pelo marcador como centro de atração da localização do evento. Portanto, no primeiro sintagma preposicional de (11), indica-se que os discursos foram proferidos na sessão especificada em comparação subentendida com outras sessões. Já no segundo sintagma, construído com A (*a 1 de outubro*), parece clara a ideia de singularização e destaque exclusivo de uma unidade de tempo – o primeiro dia do mês de outubro –, apagando-se, sem que sejam levadas em conta, aquelas outras que compõem o período mensal, que, como se sabe, se divide em 31 unidades de dias. O marcador A, portanto, pontua o tempo, selecionando e isolando um dos itens de uma sucessão temporal (ou da classe que essa sucessão constitui).

A análise dos próximos enunciados leva-nos a conclusões semelhantes, mas aponta para outra característica da operação de localização temporal efetuada por EM.

(12a) A mercadoria chega em quatro horas.

(12b) A mercadoria chega às quatro horas.

O enunciado (12a) não deve ser interpretado como se a homogeneização de Y (*quatro horas*) fosse operada pela sua redução ao ponto preciso ao qual corresponde o evento que marca X (*a chegada da mercadoria*). Ou seja, o enunciado não necessariamente significa que uma quantidade exata de tempo (nem mais, nem menos) se torna uma zona homogênea à qual se reporta a chegada da mercadoria, como se para além de quatro horas não houvesse nada¹⁸. Muito embora X (*a chegada da mercadoria*) possa ocorrer exatamente em quatro horas, não se exclui que também possa ocorrer um pouco antes ou um pouco depois, mas não muito antes nem muito depois, de quatro horas: um pequeno adiantamento ou um pequeno atraso são, aqui, admissíveis. Sendo assim, o enunciado deve ser analisado como se Y (*quatro horas*) fosse uma zona cujos pontos são redutíveis a quatro horas considerado parâmetro da localização temporal, de maneira que, qualquer que seja o tempo da chegada da mercadoria, ela é relativa a essa quantidade de tempo. A

¹⁸ Essa é a análise feita por Franckel e Paillard (2007, p. 164) do enunciado *Il part dans combien de temps ? Dans 10 minutes. (Ele parte em quanto tempo? Em dez minutos).*

duração, portanto, é envolvida pela órbita do intervalo central *quatro horas*¹⁹. Dessa maneira, no enunciado (12a), o marcador EM, obrigatoriamente, faz de *quatro horas* um instante central, para o qual é atraída a realização do evento, e em cuja órbita cabem instantes próximos (quatro horas e quinze minutos, por exemplo), que constituem ocorrências passíveis de atualizar a localização temporal. Dessa órbita, são repelidos os instantes longínquos (dez horas, por exemplo) e que, logo, não se afiguram como ocorrências em que se possa operar a localização. Ou seja, (12a) significa que X (*a chegada da mercadoria*) deve acontecer *em torno* do intervalo de quatro horas.

A redução de Y (*quatro horas*) a um ponto preciso ao qual corresponde o evento que marca X cabe, antes, ao enunciado (12b). De fato, neste, Y – *quatro horas* – assinala um momento distinguido, que desconsidera os outros momentos que perfazem o período cronológico de vinte e quatro horas. Em outras palavras, a preposição A, fazendo de *quatro horas* um instante pontual, separa-o em relação a outros instantes da sucessão: *a mercadoria chega às quatro horas, e não às três, nem às cinco*. Dessa forma, em (12b), falar *às 4 horas* é fazer referência a esse instante sem convocar nenhum outro instante da classe. Observe-se, nesse sentido, que (12b) se deixa combinar com a expressão “em ponto” – marca por excelência da representação pontual exclusiva do tempo – (*A mercadoria chega às quatro horas em ponto*), o mesmo não sendo possível com (12a) (**A mercadoria chega em quatro horas em ponto*).

A comparação do enunciado (10a) – *O gol só chegou no segundo tempo* – com o enunciado (12a) – *A mercadoria chega em quatro horas* –, parece, agora, bastante instrutiva relativamente ao funcionamento de EM. É possível caracterizar o intervalo de tempo introduzido no primeiro como um intervalo fechado, que se constitui de limites precisos (início e fim), dentro do qual se localiza o evento determinado. Isso quer dizer que a realização do gol não aconteceu 1) nem antes do segundo tempo, ou seja, no primeiro tempo (mas poderia ter acontecido, e, aqui, *primeiro tempo* configura-se como alteridade mantida para a diferenciação de segundo tempo enquanto marco temporal próprio da localização do evento); 2) nem depois do segundo tempo, ou seja, finda a partida (nem poderia ter acontecido, e

¹⁹ Essa é análise feita por Franckel e Paillard (2007, p. 164) do enunciado *Ça doit durer dans les 10mn* (*Isso deve durar 10 minutos*).

aqui, *depois do segundo tempo*, configura-se como complementar²⁰). Por outro lado, o intervalo de tempo introduzido no enunciado *A mercadoria chega em quatro horas* pode ser descrito como um intervalo aberto, ou seja, constituído de limites não completamente definidos, mas que também não são quaisquer, já que não se exclui que a *chegada da mercadoria* aconteça em intervalo menor ou maior que quatro horas, porém, necessariamente, pouco menor ou maior (a variação para mais ou para menos deve ter como parâmetro o intervalo central), jamais muito menor ou muito maior, que, neste caso, constituem-se em zonas de ocorrências inaceitáveis como validação da localização temporal.

(13a) Seu filho chega segunda-feira.

(13b) Seu filho chega na segunda-feira.

O enunciado (13a) exprime um raciocínio que identifica um instante (*segunda-feira*) como localizador do evento, sem que esse instante seja necessariamente apreendido como um intervalo temporal. O termo *segunda-feira* é apreendido, assim, como um instante distinto de outros instantes da classe (terça, quarta, etc.). Abre-se a classe de instantes relativa aos dias da semana e seleciona-se um para a localização do evento.

Por sua vez, no enunciado (13b) – *Seu filho chega na segunda-feira* –, o agenciamento do marcador EM com *segunda-feira* constrói uma determinação temporal que localiza o evento (*a chegada do filho*) no interior de certo dia da semana (*segunda-feira*), por oposição a outro dia da semana que, assim, é relegado a um exterior que se anula como vazio da propriedade de validação da ocorrência. Nesse último caso, o marcador EM atrai para o interior do intervalo temporal introduzido (*segunda-feira*, no caso) a localização do evento, ao mesmo tempo em que repele, como alteridade desconsiderada, outro possível intervalo constitutivo da classe de dias da semana.

EM, constrói, portanto, não uma diferenciação relativa do instante localizador, com relação a uma alteridade subtendida (a classe de instantes), como parece ocorrer nas construções diretas, mas uma identificação exclusiva desse instante, compreendido como intervalo temporal, domínio de localização cujo

²⁰ “Quer dizer, aquelas [zonas] de ocorrências que não podem ser identificadas com um centro, em qualquer medida ou de qualquer maneira que seja” (CULIOLI, 1990, p. 97).

exterior é varrido de toda ocorrência validável. Isso conduz à ideia de seriação em (13a) – *Ele chega segunda, e não terça ou quarta* –, uma vez que *segunda-feira* é entendido como instante entre outros da classe, e não como um intervalo dotado de um exterior.

O confronto entre construção direta e preposicionada (com EM) se esclarece ainda mais com os seguintes exemplos:

(14a) Em um dia, chegaram todos os membros da família.

(14b) Um dia, chegaram todos os membros da família.

Os enunciados não dizem a mesma coisa. Com efeito, em (14a), *um dia* é representado como período de vinte quatro horas, para o interior do qual EM atrai e localiza o evento expresso (*a chegada dos membros da família*). Isso ocorre pela colocação entre parênteses de outros períodos menores (*Em uma hora*, por exemplo) ou maiores (*Em dois dias*, por exemplo) para marcar melhor a força de atração exercida pelo período introduzido como marco de localização temporal. Já em (14b), *um dia* é representado como um dia qualquer e a falta de especificação (*qualquer*) implica a convocação de outros períodos semelhantes como passíveis de validação pelo raciocínio de indiscernibilidade (um dia como todos os outros).

As análises até aqui efetuadas, que comparam o marcador EM com o marcador A e com as construções não preposicionadas, parecem justificar a hipótese de que EM, ao operar a localização temporal, estrutura Y como intervalo (aberto ou fechado) ao mesmo tempo em que constrói uma alteridade a ser repelida ou desconsiderada.

A consideração dos seguintes enunciados nos leva uma vez mais à proposição dessa hipótese.

(15a) A encomenda chega no dia combinado.

(15b) *A encomenda chega dia combinado.

O termo *combinado* remete a uma ideia de comparação entre duas ou mais coisas. Nesse caso, a comparação se dá entre o marco temporal agenciado no enunciado e outros marcos possíveis, os quais comparecem no raciocínio como um *inteiramente outro*, ou seja, são rejeitados na medida em que pertencem a uma zona

de ocorrências impossíveis de validação (exterior do domínio excluído como inexistente), a fim de reforçar o termo que se acordou para localizar o evento (cf. a glosa: *é no dia combinado, não pode ser em outro dia*). O enunciado pressupõe que a chegada da encomenda ocorrerá em determinado dia, estabelecido por consenso, para o qual EM atrai a realização do evento. Portanto, EM identifica de maneira exclusiva e como intervalo fechado o marco temporal localizador, e parece ser por causa dessa operação que o enunciado se deixa construir com o marcador em questão, mas não sem preposição.

Retomemos, agora, algumas conclusões tiradas da análise do enunciado (12a) *A mercadoria chega em quatro horas*, nas quais afirmávamos que, neste caso, EM, atraindo o evento localizado para o marco temporal introduzido, o estrutura como um intervalo aberto que serve de parâmetro para a localização. Assim, ocorre a delimitação de um complementar²¹ – os instantes distantes de *quatro horas* – e a construção de possíveis²² – os instantes próximos de *quatro horas*. Essas mesmas conclusões vêm à tona na comparação dos enunciados seguintes:

(16a) A encomenda chega em dois dias.

(16b) A encomenda chega daqui (a) dois dias.

Comparado com (16b), o enunciado (16a) exprime certa imprecisão porque coloca Y, *dois dias*, como quantidade de tempo que simplesmente norteia a localização temporal da realização de X *a chegada da encomenda*, e em relação à qual outras possibilidades são consideradas: X (*a chegada da encomenda*) pode ocorrer horas antes ou horas depois – mas não muito antes, nem muito depois – do período de quarenta e oito horas, equivalente a dois dias. O termo *dois dias* tem, no enunciado em questão, uma exatidão relativa, na medida em que constrói uma órbita de validação da localização temporal. Diferentemente, em (16b), somos levados a interpretar a quantidade de tempo (*dois dias*) como dotada de maior exatidão, ou seja, quer-se dizer que X (*a chegada da encomenda*) deve ocorrer no final do intervalo indicado, sem margem de variação. Daí o estranhamento de um enunciado como **Ele chega daqui em dois dias*.

²¹ Vide nota 22.

²² “Quer dizer, ocorrências que, em alguma medida e de alguma maneira podem ser identificadas com um centro” (CULIOLI, 1990, p. 97).

Ora, a operação efetuada com EM, que localiza o evento nas imediações de um intervalo central, descreve, de forma mais precisa, as rubricas (c) – “limite temporal (no prazo de, dentro de)” – e (d) – “espaço de tempo dentro do qual algo acontece” – da classificação avançada por Neves (2011, p. 677). De fato, considerando dois exemplos dados pela autora (NEVES, 2011, p. 677) e que ilustram, respectivamente, cada uma das rubricas – *Em cinco minutos tinha rabiscado o novo epílogo* e *Em dois minutos aparece seu retrato* – parece ser claro que tanto *em cinco minutos*, no primeiro exemplo, quanto *em dois minutos*, no segundo exemplo, expressam não necessariamente a localização exata, mas aproximada do evento, de tal maneira que os enunciados não excluem a interpretação de que o evento se realize logo antes ou logo depois da duração indicada. Dizemos *logo* antes e *logo* depois, o que significa que, com o enunciado, constroem-se possíveis – quer dizer, uma zona de ocorrências passíveis de atualizar a validação da localização – e se tira um complementar, ou uma zona de ocorrências fora da órbita de validação.

Por outro lado, essa mesma operação de localização de um evento nas proximidades (anterior e posterior) de um intervalo temporal efetuada com o marcador EM revela-se mais precisa do que a proposição “localização no final de um intervalo de tempo”, presente na classificação avançada por Oliveira (2009, p. 118). Isso porque, como vimos, o evento pode ser localizado *depois* do final do intervalo, desde que esse *depois* se aproxime ou tenha como ponto de referência o limite do intervalo.

Não se afirma aqui que uma localização no final do intervalo não seja possível, considerando-se determinadas situações enunciativas. Tome-se, por exemplo, um sistema de transporte bem regulado; nesse caso, o enunciado *O trem chega em dez minutos* parece impor a interpretação de que a localização de X (*a chegada do trem*) ocorre exatamente no final do intervalo introduzido. Pensamos que nesse caso, localiza-se X no interior de um intervalo fechado precisamente no ponto limite desse intervalo. No entanto, exemplos dados pela autora se deixem interpretar antes como intervalos abertos. Consideremos, para mostrá-lo, um exemplo dado pela própria autora (OLIVEIRA, 2009, p. 120), *O meio-campista Kaká [...] afirmou que se prepara para voltar aos gramados em 15 dias*. Parece evidente que o enunciado não exclui a volta do jogador num prazo maior do que o estipulado. Que o marcador EM localize o evento em torno ou nas proximidades anterior e posterior do intervalo,

quer dizer, um pouco antes ou um pouco depois – e não necessariamente no final –, fica ainda mais evidente se atentarmos para o próximo enunciado, também avançado por Oliveira (2009, p. 118) como exemplo de localização no final de um intervalo temporal.

(17) Em poucos segundos você já está a uns cinco metros do chão.

Perguntar-se-á qual seria o final de um intervalo de poucos segundos, já que há nele uma indeterminação quantitativa, o que faz com que tenha seus limites não claramente identificados, ainda que não sejam quaisquer. Em verdade, bem interpretado, o intervalo (*poucos segundos*), expresso no enunciado, não tem limites precisos, mas aproximativos, funcionando, mais precisamente, como interior que orienta a localização do evento. Nesse sentido, é dotado de uma órbita de possíveis em que se encontram ocorrências diversas que podem validar a localização da realização do evento, de tal maneira que este deve ocorrer em torno de um intervalo de tempo, certo indefinido, mas não arbitrário, necessariamente breve, porém nem demais nem de menos. A construção dos possíveis e a delimitação do complementar, nesses casos, vão depender do estatuto do termo determinado. Comparem-se, nesse sentido, *Em alguns minutos, o marcador de 2x0 passou para 2x2* e *Em alguns minutos, escreveu a carta*. Certas quantidades de tempo, razoáveis na determinação quantitativa da localização temporal do primeiro enunciado, não o seriam no segundo, e vice-versa.

A consideração desses últimos enunciados parece levar à hipótese de que o marcador EM, considerando-se o sintagma *chegar em*, é mais apto a introduzir temporalidades abreviadas que temporalidades alargadas. Algumas análises, de fato, apontam para isso, como vemos abaixo.

(18a) A vitória vai chegar em poucos anos.

(18b) (?) A vitória vai chegar em muitos anos.

Os enunciados manifestam que EM se combina mais comumente com marcadores que encurtam a duração temporal, como é o caso não apenas de *pouco e breve*, mas também de *alguns, algumas* ou ainda *curto*, entre outros. Ao mesmo tempo, funciona menos frequentemente com marcadores que dilatam a duração

temporal.

De fato, com uma simples pesquisa no buscador Google, faz-se notável que EM se combina de preferência com quantidades pequenas de tempo, já que tal pesquisa fornece 26.000 resultados para a expressão *Chega em segundos*, 20.800 para *Chega em minutos*. Os resultados para expressões que combinam EM com durações maiores na série cronológica (*Chega em horas, em dias, em semanas, em meses*) caem drasticamente, registrando-se em torno de 10 ocorrências. Ou seja, conforme se avança na série cronológica, os exemplos construídos com *chegar em* diminuem. Que se verifique a maior ocorrência de durações curtas introduzidas por EM e, logo, se afirme que esse marcador seja mais propício a introduzir o tempo em sua forma abreviada, não significa que EM não se combine com grandes intervalos de tempo, apenas que esta última combinação é muito menos frequente.

Essas poucas observações se harmonizam com as conclusões do trabalho de Leeman e Vaguer (2016) sobre a preposição francesa EN – traduzida, em alguns casos, por EM –, a qual, segundo as autoras, é dotada de um valor aspectual perfectivo que “mostra uma orientação para o menos” (LEEMAN, VAGUER, 2016, p. 401). De maneira mais detalhada, esse aspecto da preposição francesa EN pode ser confirmado, como mostram as autoras, nas construções internas em que a preposição tem por complemento um grupo nominal dotado de um determinante. Sem retomar todo o trabalho analítico das autoras, selecionamos apenas dois tipos de casos considerados. Primeiro:

Os exemplos e os modificadores atestados (...) todos os enunciados dizem “le peu de temps”, e a maior parte dos exemplos são do tipo *en moins de (de cinq minutes) (em menos de (cinco minutos))*, mas não se encontra *en plus de (em mais de)*; (LEEMAN, VAGUER, 2016, p. 410 *grifos dos autores*)²³

Ora, vimos acima que também a preposição portuguesa EM, assim como ocorre com a preposição francesa EN relativamente aos “exemplos e modificadores atestados”, se se agencia comumente com o sintagma *menos de (em menos de cinco*

²³ As autoras afirmam que a combinação *en plus de* existe, mas que ela implica certas coerções. Por exemplo, diz-se mais naturalmente *Balthazar a fait ses devoirs en moins d'un quart d'heure* (Baltazar fez seu dever de casa em menos de 15 minutos) que *Balthazar a fait ses devoirs en plus d'un quart d'heure* (Baltazar fez seu dever de casa em mais de 15 minutos). Para que *en plus de* soe natural, é preciso que se situe o evento em questão: *Alors que d'habitude il s'en débarrassait en cinq minutes, aujourd'hui Balthazar a fait ses devoirs en plus d'un quart d'heure* (Embora habitualmente ele se livre disso em cinco minutos, hoje Baltazar fez seu dever de casa em mais de quinze minutos).

minutos) – e que traduz a expressão francesa *en moins de* – raramente se encontra em combinação com *em mais de* (equivalente à francesa *en plus de*), pelo menos no caso do sintagma *chegar em*.

Agora destacamos o segundo caso tratado por Leeman e Vaguer:

A seleção dos determinantes no sintagma; o enunciado seguinte ilustra de maneira particularmente notável a relação de *quelques* (*alguns*) com a instantaneidade, oposta à relação de *plusieurs* (*vários*) com a lentidão e a progressividade (*Le début typique d'un AVC est soudain, le tableau clinique étant complété en quelques minutes. D'ailleurs, il peut s'agir d'une installation progressive en plusieurs heures, voire jours*) (*O começo típico de um AVC se dá subitamente, o quadro clínico se completando em alguns minutos. Aliás, pode se tratar de uma instalação progressiva em várias horas, mesmo dias*). (LEEMAN, VAGUER, 2016, p. 410-411 grifos dos autores)

Neste caso – “seleção dos determinantes do sintagma” – as autoras apontam para a diferença considerável, no buscador Google, do número de ocorrências da sequência *en quelques heures* e da sequência *en plusieurs heures*: 33 500 000 para a primeira – *en quelques heures* – e 6 460 000 para a segunda – *en plusieurs heures*. Levando em conta os equivalentes em português, encontramos 752.000 resultados para *em algumas horas* (equivalente de *en quelques heures*) e 117.000 resultados para *em várias horas* (equivalente de *en plusieurs heures*), o que indica, mais uma vez, que EM se combina mais comumente com períodos curtos e instantâneos do que com períodos longos e progressivos (LEEMAN, VAGUER, 2016, p. 411).

3.2.1. Considerações sobre o papel do marcador EM na elaboração das representações temporais

Levando em conta as análises acima de enunciados em que se agenciam o sintagma *chegar em* com determinações temporais, podemos avançar ao menos duas conclusões. Primeiro, o marcador EM opera a determinação temporal de um evento X atraindo-o para o interior do intervalo fechado Y – onde é localizado –, e que EM introduz. Com a operação de atração de X para Y e da localização do primeiro dentro dos limites do segundo, o marcador EM ou diferencia de maneira relativa o intervalo Y, ao convocar a série temporal da qual faz parte (*O gol chegou no segundo tempo*), ou identifica o intervalo Y de forma excludente, ao fazer com que outros intervalos

possíveis não sejam considerados (*A família chega na segunda-feira*). Segundo, o marcador EM opera a determinação temporal de um evento X atraindo-o para o domínio do intervalo aberto Y, em torno do qual (na proximidade anterior e posterior, não muito antes, nem muito depois) X é localizado, e cuja duração pode ser especificada ou indefinida – mas não qualquer –, a qual, no caso da indefinição, remete frequentemente a uma forma abreviada de tempo. Assim, o marcador EM estrutura o marco temporal que introduz Y como parâmetro ou centro (interior), cuja órbita envolve as ocorrências passíveis de atualizar a localização temporal de X, situando-se as ocorrências inválidas em um exterior que corresponde ao além dessa órbita.

Ora, pode-se afirmar que a construção dessas representações do tempo é regida por princípios organizadores apreensíveis e descritíveis por meio do que já podemos nomear de propriedade ímã do marcador EM. Como já tivemos a ocasião de observar com respeito às representações espaciais, a propriedade ímã opera um vetor tendencial que instaura uma relação especial entre o termo orientado X e o termo orientador Y, de tal forma que Y, estruturado como zona, atrai o termo X, para localizá-lo no interior, em contato, na proximidade (vertical e transversal) ou em torno (gravitação) da zona espacial Y.

Semelhantemente, pelas análises efetuadas acima, observa-se o mesmo vetor tendencial, que se opera pelo marcador EM, no domínio das representações temporais, construindo-se uma relação tal entre X e Y: Y puxa X para localizá-lo seja dentro de Y (intervalo fechado), convocando-se (para se eliminar) ou desconsiderando-se outro intervalo, seja na órbita ou em torno de Y (intervalo aberto), a qual contém os valores validáveis, e para além da qual se estrutura o exterior vazio da propriedade de validação.

Isso posto, pode-se propor uma formalização topológica do domínio nocional em que se opera a localização temporal de um evento efetuada com o sintagma *chegar em*.

O domínio, neste caso, divide-se em zonas I(nterior) e E(xterior). No I(nterior) do domínio cabe o conjunto de representações temporais construídas por EM, quais sejam, (1) intervalo fechado Y para o qual EM atrai o evento X e dentro do qual o localiza, e (2) intervalo aberto quantificado ou indeterminado (geralmente breve) Y, estruturado como centro em torno do qual EM localiza o evento orientado X.

No E(xterior) de (1), ou zona que conjuga as ocorrências não passíveis de validar a localização temporal de X, cabem intervalos que o marcador EM convoca enquanto alteridade do que poderia ser o caso, mas não é, e intervalos desconsiderados como alteridade inexistente (não pode ser o caso). No E(xterior) de (2), cabe intervalos que se distanciam da órbita de validação (intervalo central Y), também tidos como inexistentes (impossível de ser o caso).

Essa divisão ocorre graças à propriedade ímã, constitutiva da identidade semântica do marcador EM, a qual expressa uma dinâmica relacional que faz com que Y puxe para si X, ao mesmo tempo em que diferencia Y relativamente a outro intervalo subentendido e/ou o identifica com respeito a intervalos desconsiderados. O quadro abaixo ilustra essa formalização.

Quadro 2: domínio da localização temporal operada com *chegar em*

Interior do domínio	Exterior do domínio
Intervalo fechado (= dentro dos limites de): (<i>O gol chegou no segundo tempo, Chegou no dia 10</i>).	Intervalo enquanto alteridade convocada (outro período) ou desconsiderada (outro dia).
Intervalo aberto (= em torno de, pouco antes ou pouco depois): (<i>Chega em dois dias, Chega em minutos</i>).	Intervalo repellido como inexistente: <i>muito antes ou muito depois</i> .

Fonte: produção do autor

3.3. Elaboração das representações de estado

Nas seções anteriores, pudemos, em diálogo com importantes trabalhos gramaticais e linguísticos, propor uma classificação mais precisa dos diversos valores provenientes das operações de localização espacial e temporal efetuadas pelo marcador EM, além de avançar uma hipótese de formulação da identidade semântica desse marcador que desse conta de sua multiplicidade cotextual, e que se expressou em termos de propriedade ímã. Nesta seção, dentro do mesmo objetivo metalinguístico de descrição da diversidade de empregos e de definição da unidade de sentido do marcador EM, tratamos de analisar os enunciados construídos com esse marcador e que remetem a representações de estado.

Para especificar e restringir o tipo de enunciado de que ora tratamos, se nas seções anteriores focalizamos os enunciados que se agenciam com o sintagma ESTAR EM e respondem à pergunta *Onde?*, e os que se agenciam com CHEGAR EM e respondem à pergunta *Quando?*, nesta seção abordamos enunciados que se agenciam com FICAR EM que respondem à pergunta *Como?*. Tal como *onde* e *quando*, *como* é também traço da operação de *percurso*, a qual consiste em “percorrer todos os valores ou operações possíveis em um dos lugares duma relação com *n* lugares, sem que se queira ou se possa distinguir algum [desses valores e operações]” (CULIOLI, 1999b, p. 119). É dessa forma que se caracterizam os enunciados interrogativos, através dos quais se delimita, por abstração, o conjunto dos possíveis que satisfazem a demanda da interrogação. No cenário da pergunta *Como?*, certos enunciados podem ser dados como resposta, e que se agenciam, por exemplo, na forma *O aluno ficou em ()*, selecionando-se um elemento no percurso do domínio virtual apto a preencher o espaço vazio da determinação do estado. Desses enunciados possíveis, selecionamos alguns para análise, e muito embora privilegiemos o sintagma FICAR EM, outros exemplos de ocorrências poderão vir à tona se forem necessários ao esclarecimento analítico.

O procedimento metodológico será o mesmo adotado nas seções anteriores, ou seja, a partir de manipulações enunciativas controladas, operadas sobre um conjunto restrito de enunciados agenciados na forma acima expressada, tentamos, por meio da análise, avançar soluções razoáveis que expliquem a (im)possibilidade de enunciados, atentos às diferenças de sentido entre preposições concorrentes (EM, COM, SOB, DE, A). O objetivo é determinar as singularidades semânticas da relação X R(pre) Y construídas por enunciados com atribuições modais e formuladas com o marcador EM, pondo à prova, dessa maneira e uma vez mais, a pertinência da propriedade ímã como esquema subjacente à variação cotextual do marcador em questão.

Concorrência entre os marcadores EM e COM

(19a) O aluno ficou em dúvida.

(19b) O aluno ficou com dúvida.

Com estes enunciados, começamos a analisar a concorrência entre os

marcadores EM e COM, tendo sempre em mente o trabalho de Vilela (2016), no qual se formula a identidade semântica de COM da seguinte maneira:

Dada uma relação predicativa (X R Y), COM, na condição de elemento co-predicador, é responsável por incorporar propriedades a X por meio da introdução de um elemento externo Y, propriedades estas que **se integram a X** e reestabelecem o seu modo de apreensão, (re)configurando-o em relação a seu estado inicial. (VILELA, 2016, p. 82 *grifos do autor*)

Na passagem, verifica-se que a relação X R(*prep*) Y, operada pela preposição COM, instaura a alteridade entre X e Y (Y é um elemento externo a X), *i.e.* a alteração de X por Y – X incorpora as propriedades do domínio associado a Y –, alteração que se traduz na modificação qualitativa de X (as propriedades de Y integradas em X “reestabelecem seu modo de apreensão”). A partir dessa formulação, e considerando o enunciado (21b), pode-se dizer, à primeira vista, que o termo introduzido pela preposição (*dúvida*), e que corresponde a Y, atribui a X (*aluno*) propriedades não definitórias – a de incerteza, no caso –, que caracteriza o sujeito momentaneamente, constituindo, nessa relação, outra representação de X. O sujeito não é visto como alguém “indeciso” nesse enunciado, mas como alguém que é detentor (provisoriamente) de *dúvida*, o que mostra que DÚVIDA se configura como uma forma de percepção do sujeito, não o caracterizando, no entanto, intrinsecamente. Daí a natureza contingente de COM.

Agora, é de outra natureza a determinação de X (*aluno*) por Y (*dúvida*), estabelecida na relação preposicional efetuada pelo marcador EM no enunciado (19a). Isso se manifesta quando, por meio de manipulações, observa-se que se pode operar, através de um quantificador como *muitas*, sobre Y em (19b) (*O aluno ficou com muitas dúvidas*), mas não em (19a) (**O aluno ficou em muitas dúvidas*). A manipulação aponta para a diferença qualitativa de Y (*dúvida*) nos dois enunciados.

De fato, a possibilidade do plural em (19b) atesta o caráter heterogêneo da *dúvida* da qual o sujeito é detentor, cuja classe de ocorrências ora não é discriminada (caso do emprego plural), ora pode ser discriminada (*fica-se com esta e aquela dúvida*). Esse caráter heterogêneo remete à alteridade de Y relativamente a X, o que significa que Y *se acresce* a X como uma propriedade externa (*ter dúvida*) por transmissão operada por COM, o que dá a vê-lo sob um novo prisma, distinto de seu estado anterior.

Já em (19a), a impossibilidade de empregar um quantificador aponta para o caráter homogêneo de Y, que, assim, se estrutura como zona para a qual X é atraído, estabelecendo-se uma relação na qual Y *envolve* X. A configuração, pelo marcador EM, de Y como uma zona homogênea para a qual o sujeito é atraído, e que vai defini-lo como alguém que se vê tomado pelo estado da DÚVIDA (ignorância, hesitação etc.), delimita, concomitantemente, o domínio oposto da NÃO-DÚVIDA, da qual o sujeito é apartado.

Pode-se afirmar, portanto, que, em (19a), X (*aluno*) é identificado como se encontrando no intervalo de um determinado estado (hesitante, incerto), na medida em que a zona Y (*dúvida*) – que o puxa para si e o engloba – se organiza como o interior do domínio de sua ocorrência; dessa forma demarca-se como exterior do domínio a NÃO-DÚVIDA. Por outro lado, em (19b), X (*aluno*) é diferenciado de seu estado anterior em outra forma de percepção, como portador, momentâneo, da propriedade *ter dúvida* Y, pela qual o marcador COM, na interação observada, é responsável.

Outras manipulações apontam para a mesma distinção entre as relações predicativas instauradas pelos marcadores EM e COM. É notável que ambos os sintagmas (*em dúvida*, *com dúvida*) se agenciam diferentemente com marcadores que remetem ao grau de vinculação entre X e Y.

Com efeito, a expressão da dúvida hiperbólica só é possível com a preposição EM, mas não com a preposição COM. Dizemos, por um lado, *Ficou completamente em dúvida*; por outro, um enunciado como **Ficou completamente com dúvida* é mal formado. A predicação operada por EM parece remeter ao primeiro dos três modos de vinculação de X a Y e de indiferenciação de Y descritos por Franckel e Paillard (2007) no estudo empreendido pelos autores sobre a preposição francesa *dans*: “O ponto de vinculação de X a Y não é singularizável pelo fato de que há, em toda parte, uma vizinhança” (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 153). Nesse sentido, pode-se afirmar que Y é o universo de X, estruturando-se, dessa maneira, como um entorno sem bordas que absorve X por toda sua extensão. Deve-se, assim, ter em mente, de maneira especial, o terceiro tipo dos modos de vinculação entre X e Y que se descreve em termos de “alienação”:

A presença de uma vizinhança indiferenciada do ponto de vinculação de X constitui a blocagem para X de toda saída possível de Y. A extensão torna-se aquilo do qual X não pode sair e que lhe

confere uma qualidade de “prisioneiro”, sendo fonte de alienação. Não existe exterior para X uma vez que ele é vinculado a uma zona que, por esse próprio vínculo, se encontra apartado de toda exterioridade. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 158)

A zona Y (*em dúvida*) adquire, nesse caso, uma natureza aporética, já que sem saída (*Ficar em dúvida* pode expressar um estado de ceticismo). Já no enunciado *O aluno ficou com dúvida*, a determinação é contingente, e o aluno pode retomar o caminho da compreensão com a eliminação da dúvida que lhe foi provisoriamente aportada.

(20a) A loja está com promoção.

(20b) A loja está em promoção.

No enunciado em que se emprega COM, nota-se que certas propriedades atualizadas por Y são atribuídas de modo contingente a X, o que faz com que o termo X (*loja*) seja apreendido sob determinado aspecto: em (20a), não é a loja toda que está em promoção, mas apenas alguns dos seus produtos, temporariamente.

Por sua vez, a presença de EM, ao mobilizar uma zona em torno de Y (*promoção*) faz com que essa zona exerça uma ação de atração sobre X, puxando-o para si, para localizá-lo integralmente. Isso se apresenta em (20b), quando da determinação de X (*loja*) por Y (*promoção*) infere-se que toda a loja está em promoção; tem-se *uma loja promocional*, se assim podemos dizer, o que implica que o I(nterior) do domínio de validação da ocorrência remete à noção de PRÁTICA IRRESTRITA de preços baixos, oposto ao E(xterior) como PRÁTICA RESTRITA. Ou seja, graças a EM, Y é investido de uma força atrativa enquanto zona de generalização, para o qual X tende e que incide por todo o X.

(21a) O homem ficou em graça.

(21b) O homem ficou com graça.

Uma vez mais, em (21a), apresenta-se a ideia de envolvimento de X por Y, já que X (*homem*) somente se singulariza fundido no estado de graça atualizado em Y. Não se vê o sujeito senão pela marca da dádiva, quer dizer, X é identificado (localizado e tornado visível) pela sua indiscernibilidade (indistinção) na zona Y, ou seja, tomado pela graça. Dito de outra forma, X (*homem*) é investido de um estado de

ânimo involuntário que dele se apossa, sendo arrebatado pela graça. Por meio do marcador EM, a zona Y (*graça*) puxa X (*homem*) para dentro de seu campo de influência (absorvência de X por Y).

Já em (21b), X (*homem*) é diferenciado de si mesmo (de seu estado anterior), por propriedades (*ser engraçado*) que se lhe tornam aderentes por meio de COM. Nesse caso, representa-se o termo *homem* como dotado de um controle no que se refere à *graça*, já que depende da vontade dele tornar-se engraçado, divertido. Em suma, modifica-se o modo de apreensão de *homem* quando tais propriedades a ele se incorporam.

Concorrência entre os marcadores EM e SOB

As características semânticas da determinação operada por EM deixam-se detalhar ainda comparando-o com outros marcadores além de COM, como, por exemplo, SOB. Vejamos.

(22a) A casa ficou toda a noite em silêncio.

(22b) A casa ficou toda a noite sob silêncio.

Considerando os enunciados acima, vê-se que, em (22b), a relação construída entre X e Y, por meio de SOB, leva a interpretar o termo correspondente a X (*modo de ser da casa*) como dotado de certa dualidade, na medida em que *ficar sob silêncio* remete a uma aparência imposta à casa por algum elemento externo (por exemplo, uma ordem do pai). Assim, é possível afirmar que, nesse caso, SOB opera uma dissimulação de X por Y.

Por outro lado, em (22a), EM evoca uma impregnação de X por Y, no sentido de X (*o modo de ser da casa*) estar completamente mergulhado no *silêncio* Y. *Ficar em silêncio* parece pertencer à casa mesma, já que, dir-se-ia, são seus móveis, portas e janelas que emanam a quietude; ou então, ela emana dos que a habitam. Nesse sentido, estrutura-se um domínio nocional pela contraposição do I(nterior) – QUIETUDE, MISTÉRIO –, provido da propriedade que possibilita a verificação da ocorrência, e do E(xterior) – TUMULTO, NORMALIDADE –, onde se torna impossível a validação.

(23a) O general ficou no controle dos soldados.

(23b) O general ficou sob o controle dos soldados.

O que foi apontado acima reaparece nos enunciados (23a) e (23b). Na verdade, em ambos os casos, os vínculos estabelecidos entre X e Y por um e outro marcador são simetricamente opostos. Em (23a), X (*modo de ser do general*) toma para si o domínio sobre *os soldados* Y, já que, imbuído do poder, o oficial emana autoridade. Mais uma vez, X (*modo de ser do general*), localizado por EM na zona Y (*controle*), é banhado pela fonte de poder. Em (23b), ocorre justamente o inverso, X (*modo de ser do general*) deixa de ser sujeito do poder e se torna assujeitado, já que Y (*controle*) se superpõe a ele, estabelecendo-se, agora, uma representação de subordinação, através da inversão da hierarquia pelos soldados.

Concorrência entre os marcadores EM e DE

(24a) Bem-aventurados os pobres no espírito.

(24b) Bem-aventurados os pobres de espírito.

Ambos os enunciados concorrem como proposta de tradução de uma famosa passagem do Evangelho, o Sermão da Montanha (Mateus, 5,3). A escolha de uma ou outra solução não é indiferente, já que as duas significam coisas distintas.

De fato, o enunciado (24b) parece significar que os bem-aventurados, ou os dignos do Reino dos Céus, são aqueles dotados de pouca ou fraca espiritualidade. É o que se deixa confirmar se olharmos para um enunciado como *Minha vida tem sido pobre de beleza, de alegria, de amor e de dinheiro*²⁴, em que “pobre de”, independentemente da natureza do termo que segue DE, significa “desprovido de”. A significação é indesejada, no contexto da tradução bíblica, já que se vê mal porque um homem de pouca espiritualidade seria merecedor da graça divina. Agora, tomando o enunciado (24a), e se considerarmos *espírito* como o âmbito das

²⁴ https://books.google.com.br/books?id=FzGUDwAAQBAJ&pg=PT76&lpg=PT76&dq=Minha+vida+tem+sido+pobre+de+beleza,+de+alegria,+de+amor+e+de+dinheiro&source=bl&ots=PtdU883ThW&sig=ACfU3U2migAMb6vLYDJWq9FO4I57K_Pusg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj4m9HUmBziAhWhHrkGHQp8CD4Q6AEwBXoECAgOAOQ#v=onepage&q=Minha%20vida%20tem%20sido%20pobre%20de%20beleza%2C%20de%20alegria%2C%20de%20amor%20e%20de%20dinheiro&f=false. Acesso em 25/05/2019.

disposições morais, e *pobre* como a virtude de conhecer suas próprias limitações, *pobre no espírito* significa, então, aquele que se guia humildemente na moralidade, renunciando, voluntariamente, à soberba. Lembre-se, nesse sentido, que o voto de pobreza é a obrigação de assumir determinada conduta, cujo fim é a elevação espiritual. Como âmbito das disposições morais, *espírito*, Y, na relação preposicional operada com o marcador EM, se estrutura como zona que atrai X, os humildes, o que conduz à interpretação na qual eles se veem envoltos das virtudes de simplicidade e moderação, dignos do Reino dos Céus.

Se nossas considerações estiverem corretas, *pobre no espírito* seria a versão mais adequada da passagem bíblica em questão, conforme, inclusive, à solução adotada pela tradução da CNBB que propõe justamente *Felizes os pobres no espírito*.

Concorrência entre os marcadores EM e A

(25a) O namorado ficou na vontade.

(25b) O namorado ficou à vontade.

A comparação entre estes dois enunciados é ilustrativa das propriedades particulares da relação predicativa construída com EM, que apontam para a ideia de atração e encerramento de X na zona Y.

Com efeito, o exemplo (25a) pode ser interpretado como a não realização de um desejo, de tal modo que o sujeito não pôde passar da potência ao ato, já que o namorado viu-se decepcionado (pela recusa da namorada ou qualquer outro impedimento de realizar o que ele gostaria). Assim, não se vislumbra no enunciado a possibilidade de transição entre a virtualidade da aspiração e a atualidade da satisfação: X (*modo de ser do namorado*) é puxado para a zona do mero querer (Y: *vontade*), de tal modo que aí é encerrado e obrigado a permanecer. Y é uma zona localizadora que constitui uma blocagem para X de toda saída possível, alienando sua autonomia. X está desprovido de toda exterioridade pelo tipo de vínculo a Y, como um prisioneiro.

Ocorre algo muito diferente em (25b), pois, neste caso, o campo da realização do desejo está inteiramente aberto, querendo-se dizer que X (*modo de ser do namorado*) encontra-se numa situação tal que fazer o que queira depende somente de

seu arbítrio. A operação de encerramento de X numa zona de alienação Y, presente em (25a), é substituída pela operação de abertura do campo do possível (Y: *vontade*), diante do qual o sujeito é posto, fazendo com que o representemos como inteiramente livre.

Relações construídas exclusivamente com o marcador EM

As análises acima parecem mostrar que o marcador EM opera a estruturação de Y em termos de zonagem. Teremos a oportunidade de retomar, abaixo, os valores específicos que descrevem este tipo de estruturação em zonas. Antes, porém, note-se que se encontram diversas construções que se agenciam exclusivamente com o marcador EM, das quais destacamos *em fuga*, *em gestação*, *em (des)uso*, *em trabalho de parto* etc. Estas construções parecem ter a peculiaridade de operar a localização de X em um domínio fronteiro entre dois domínios opostos, que remete a um valor aspecual de transição de um estado a outro, o que talvez explique a exclusividade do uso do marcador EM. Senão, vejamos.

(26) O líder do bando está em fuga.

A zona Y (*fuga*) que localiza X (*modo de ser do líder*) é de natureza fronteira, pois o enunciado quer dizer que X se situa entre os opostos APRISIONAMENTO e LIBERDADE, no meio de um processo de evasão que repele a condição de prisioneiro e busca a condição de homem livre. X, portanto, está localizado provisoriamente numa zona potencialmente efêmera, seja pela ação efetiva de captura do bando, seja pelo sucesso de sua empreitada. Mas ambos os desfechos podem não sobrevir e a determinação construída por intermédio do EM é a situação de uma fuga permanente, ou seja, em ação.

A análise pode funcionar com outros sintagmas mencionados, construídos exclusivamente com EM. Assim, *em obras* localiza X entre PLANEJAMENTO e REALIZAÇÃO, numa zona de caráter intermediário entre dois estados opostos, na qual EM opera a repulsão do primeiro domínio e a tendência para o segundo. Note-se que *em obras* não exclui a suspensão do processo, desvirtuado para o estado de inacabamento. *Em gestação*, semelhantemente, localiza X entre NÃO SER e SER, numa zona de evolução para o segundo estado, sem que a descontinuação do

processo (aborto) seja eliminada. Não mencionaremos aqui exemplos como *em processo*, *em andamento*, *em crescimento*, *em curso*, nos quais o sentido de transição entre dois estados é evidente.

O caso dessas construções é um pouco diferente dos casos analisados anteriormente. De fato, nestes, a operação de atração de X para a zona Y e sua localização nesta zona implicava a estruturação do domínio nocional pela abertura do I(nterior) de validação da ocorrência e o fechamento do E(xterior), desprovido da propriedade constitutiva da validação, que se repele como inexistente, ou seja, como zona impossível de verificação da ocorrência. Já com respeito às construções feitas exclusivamente com EM, logo acima analisadas, percebe-se que a zona Y guarda uma natureza intermediária entre dois estados contrastantes, o que leva a situar o I(nterior) do domínio de validação no entre-dois de um E(xterior) repelido como alteridade realizada (não é mais o caso) – o que está *em obras* deixou de ser PLANEJAMENTO –, e um E(xterior) repelido como alteridade virtual (poderá ser o caso) – o que está *em obras* possivelmente alcançará a REALIZAÇÃO.

3.3.1. Considerações sobre o papel do marcador EM na elaboração de representações de estado

As análises efetuadas acima tiveram por objetivo descrever as particularidades da relação X R(prep) Y agenciada pelo marcador EM em enunciados de representação de estado, considerando-se principalmente a sequência *ficar em* como resposta à pergunta *Como?*, mas sem excluir outras ocorrências, quando conveniente. Nessa família restrita de enunciados, levou-se a efeito a comparação de EM com os marcadores COM, SOB, A, DE. Dessas análises, algumas características semânticas de EM vieram à tona e que especificam o tipo de determinação predicativa realizada com esse marcador. Elas estão enumeradas a seguir, com alguns comentários:

- I. *Atração*: A preposição EM faz com que Y puxe X para o interior de seu domínio. EM, portanto, vincula X a Y, para localizar, sob formas diversas, o primeiro no segundo, que se estrutura como zona. Por sua vez, ao atrair X para a zona Y, EM faz com que X se afaste do domínio oposto a Y. Como vimos nos exemplos, *em dúvida* repele NÃO-DÚVIDA, *em silêncio* repele TUMULTO, e assim por diante.

- II. *Homogeneidade*: A zona Y caracteriza-se como o universo de X, que o puxa para si e o localiza de diversas formas: alienação (*em dúvida*), impregnação (*no controle*), encerramento (*na vontade*) etc. Nesse sentido, o E(xterior) do domínio, vazio da propriedade constitutiva da validação da ocorrência, é repellido como inexistente.

Todas essas características da relação predicativa construída com EM remetem à propriedade ímã, que identifica esse marcador, e que serve de esquema operatório subjacente a suas variações cotextuais. O esquema operatório da propriedade ímã pode ser assim formulado, considerando-se enunciados que remetem a representações de estado: dada uma relação predicativa (X Rprep Y), EM, na condição de item relator, realiza a atração de X para o domínio Y, e, assim, localiza-o na zona Y, como se esta fosse seu universo, estruturando-se o domínio de validação pela abertura do I(nterior) oposto ao E(xterior) fechado e repulsado como inexistente. Confira-se, nesse sentido, o quadro abaixo:

Quadro 3: domínio das representações de estado construídas com *ficar em*

Interior do domínio	Exterior do domínio
Envolvimento de X por Y sob forma de alienação (<i>O aluno ficou em dúvida</i>), generalização (<i>A loja ficou em promoção</i>), impregnação (<i>O general ficou no controle</i>) etc.	Zona de ocorrências repelida como inexistente (NÃO-DÚVIDA, RESTRIÇÃO, SUJEIÇÃO etc.)

Fonte: produção do autor

Evidentemente, não cabe neste quadro a topologia das construções nas quais EM estrutura Y como zona intermediária. Teremos oportunidade de apresentar uma esquematização do domínio de validação desse tipo de ocorrência na seção de análises a seguir, por razões a serem explicitadas, que trata das formas prefixais EM-/EN-.

3.4. Construções efetuadas com as formas prefixais EM-/EN-

Nesta seção, analisamos o marcador EM em sua forma prefixal (EM-/EN-), com vistas, sobretudo, a evidenciar os princípios reguladores de seu funcionamento nesse tipo de ocorrência, pondo à prova, mais uma vez, a hipótese de que a

identidade semântica desse marcador se deixa formular em termos de *propriedade ímã*.

As ocorrências consideradas formam, como nas outras seções, um conjunto restrito, para melhor controle da análise, mas os resultados obtidos devem alçar-se ao nível do generalizável e servir de orientação para a compreensão de outras ocorrências, considerada sua variação cotextual própria. Vejamos, assim, os enunciados abaixo.

(27) Precocemente envelhecido, morre o escritor Charles Dickens, aos 58 anos.²⁵

(28) A vida noturna começa ainda ao entardecer.²⁶

O marcador EM, em sua forma prefixal, que se deixa observar em verbos como *envelhecer* ou *entardecer*, parece ser próprio para operar representações de natureza processual, que remetem à passagem entre dois opostos extremos. De fato, *envelhecido* e *entardecer*, nos enunciados (27) e (28), em seu fundo, são semelhantes operacionalmente. *Envelhecer* se liga a uma temporalidade biológica, cujos marcos são *vida* e *morte*, e *entardecer*, a uma temporalidade física, cujos marcos são *dia* e *noite*. Nesses processos, opõem-se, portanto, dois domínios nocionais (*vida* e *morte*, *dia* e *noite*) que se excluem mutuamente enquanto antagônicos. Nossa hipótese é que o marcador prefixal EN-/EM- é responsável por construir, dinamicamente, uma zona intermediária entre esses domínios.

Em (27), a morte do escritor Charles Dickens é precedida pelo envelhecer precoce, o qual está em oposição a “não velho” (infância, juventude). *Envelhecer* puxa para o “velho”, deixando para trás “criança ou jovem”, logo, o viço da *vida*, fazendo adentrar na fase derradeira do viver, quer dizer, a que precede o morrer, que, por sua vez, marca o fora da existência. É esse caráter transicional entre dois domínios opostos que parece explicar por que, de todas as fases da vida (infância, adolescência, fase adulta), somente a velhice se permite construir com a forma EN-.

Comparando-se *envelhecer* com *entardecer*, é patente que ambas as temporalidades são constitutivas de processos segmentados em fases, de modo que a duração da vida se desmembra em *nascimento*, *crescimento*, *envelhecimento*,

²⁵ Extraído de <https://operamundi.uol.com.br/historia/29348/hoje-na-historia-1870-morre-o-escritor-charles-dickens>. Acesso em 19/04/2019.

²⁶ Extraído de <https://guia.melhoresdestinos.com.br>. Acesso em 19/04/2019.

falecimento, e a duração do dia em *amanhecer*, *entardecer* e *anoitecer*. Na medida em que os dois processos, vital e diurno, são redutíveis à série *surgimento*, *auge*, *declínio*, *fim*, observam-se relações entre os dois pares de noções, considerando-se a rede metafórica que leva a aproximar *vida* e *dia* (*O dia nasce*), por um lado, e *morte* e *noite* (*A morte é o anoitecer da vida*), por outro. Nesse sentido, há aproximação semântica entre *envelhecer* e *entardecer*, de tal maneira que *o envelhecimento é o entardecer da vida*, guardando ambos a mesma natureza transicional que faz com remetam à passagem entre dois domínios antagônicos (*vida* e *morte*, *dia* e *noite*). É o que se pode observar no enunciado (27), em que a morte de Charles Dickens é precedida de seu envelhecimento precoce, e o que se pode observar também no enunciado (28), em que o entardecer é o limiar da vida noturna.

Relativamente às fases *manhã* (amanhecer), *tarde* (entardecer) e *noite* (anoitecer), vê-se que o primeiro turno se demarca do terceiro pela presença dos raios solares, ausentes no último, e este se caracteriza pelo enfraquecimento dos raios de sol (presença-ausência de luminosidade), já que o sol se levanta no início da manhã e declina no fim da tarde, desaparecendo na noite. Ora, *entardecer* indica precisamente o momento do declínio do sol, portanto, a saída de um domínio temporal (*dia*) – *Está de dia* –, e entrada no domínio oposto (*noite*) – *Está de noite*.

Essa característica de passagem de um domínio extremo a outro é marcada justamente pelo prefixo EN. Nesse sentido, ele se distingue do prefixo A, presente em *amanhecer* e *anoitecer*, que indica início de um processo, demarcando, ali, o começo do período diurno, caracterizado pelo surgimento e intensificação da luminosidade solar, e, aqui, o começo do período noturno, marcado pela chegada e predominância da escuridão.

A forma *entardecer* marca uma região fronteira entre os dois períodos. A transição marcada por EN-, em *entardecer*, mostra que nos afastamos do primeiro domínio – período diurno – na medida em que *entardecer* representa o findar do dia, e que ingressamos no segundo domínio, apontando para o limiar da noite. É nessa posição fronteira entre dois domínios temporais que se manifesta a propriedade ímã do marcador prefixal EN-, uma vez que, por meio dessa propriedade, tal marcador faz com que *entardecer*, simultaneamente, repila o domínio nocional *dia*, sem deixar de fazer parte dele, e seja puxado para o domínio nocional *noite*, sem que dele faça parte. O entardecer, portanto, devido ao exercício simultâneo de duas forças contrárias – repulsão e atração – possibilitado pela propriedade ímã do marcador EN-

contraditoriamente pertence e não pertence a dois domínios extremos (*dia e noite*), estruturando-se como zona transicional. O fato de marcar essa zona limítrofe entre duas fases opostas da duração de uma rotação completa da Terra sobre si mesma, excludentes entre si, faz com que *entardecer* possua tanto características do dia, já que ainda se percebe uma certa luminosidade resultante de vestígios dos raios solares, quanto características da noite, uma vez que esses raios solares já não são tão nítidos, dando espaço para a o aparecimento da escuridão da noite. A operação realizada por EN-, graças à propriedade ímã, resulta na construção da representação do tempo como um entre-dois, ou seja, *entardecer* significa *deixar de ser dia sem ainda tornar-se noite*, operação que envolve, ao mesmo tempo, repulsão e atração.

Algo semelhante pode ser dito de *envelhecer*, considerando-se que na duração vital *nascimento, crescimento, velhice e morte*, as três primeiras fases configuram o interior de um domínio nocional temporal que se compreende por *vida*, e, última, *morte*, o exterior desse domínio. Ora, *envelhecer* marca justamente a região fronteira entre os dois limites, *vida e morte*, já que *envelhecer* significa a perda do vigor e o começo da debilidade, logo, fim da vida, operando-se a transição entre dois opostos, excludentes entre si. Essa operação efetuada com EN- só é possível graças à propriedade ímã, intrínseca a esse marcador, a qual instaura o movimento simultâneo de afastamento e aproximação de domínios temporais extremos, instaurando, dessa maneira, uma zona transicional.

Deixando de lado as ocorrências temporais em que se verifica o marcador prefixal EN-, e considerando as ocorrências modais, em que este marcador também se agencia, o esquema operatório acima descrito mantém seu valor heurístico.

(29) A panela ficou enferrujada.

Aqui, novamente, o marcador EM, em sua forma prefixal, parece ser próprio para efetuar qualificações processuais que situam o termo orientado X na passagem entre dois estados opostos. É o que se verifica neste enunciado, em que o domínio associado a Y (*enferrujada*) remete à transição de X (*panela*) entre dois domínios contrários, NOVO e VELHO ou USO e DESUSO. O processo é, no caso, detrimental, e a forma *enferrujada* remete a um estado intermediário entre os estados extremos. No caso dos objetos em metal, esse processo é o de oxidação, pelo qual esse tipo de material, deteriorando-se, perde gradualmente a consistência e, logo, a

utilização. *Enferrujada* representa, exatamente, a perda gradual de condições de uso, localizando X (*panela*) em uma zona de entre-dois, por meio da dinâmica de repulsão do estado inicial (USO) e atração para a zona intermediária (OXIDAÇÃO), com projeção do estado final (DESUSO).

(30) A porta ficou emperrada.

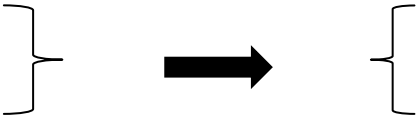
Neste enunciado, *emperrada* também opera a localização de X (*porta*) numa zona intermediária entre dois domínios, inicial (FECHADO) e final (ABERTO), que também tem caráter detrimental e se deixa expressar como TRAVAMENTO. Pode-se dizer que a porta teima em não abrir. Ao emperrar, a porta repele o domínio *estar aberta*, projetado como vir a ser não atingido, na medida em que é atraída para o domínio *estar travada*, ao mesmo tempo em que repulsa o estado inicial (FECHADO), como alteridade do que não é mais o caso.

3.4.1. Algumas considerações sobre o papel das formas prefixais EM-/EN-

Diversas outras formas poderiam levar a uma descrição semelhante dessa operação, efetuada pelo prefixo EM-/EN-, que situa X entre dois domínios extremos, e que, logo, estrutura a zona Y, em que se localiza, como zona intermediária: *embaçado* (entre NÍTIDO e OBSCURO), *engatilhado* (entre DESUSO e USO) etc. Portanto, levando em consideração o conjunto das ocorrências desse tipo, aqui analisadas, podemos avançar, com relação ao comportamento de EM-/EN- prefixo, a seguinte formulação do esquema operatório da propriedade ímã, que subjaz a esse comportamento: dada uma relação predicativa X R(*prep*)Y, o marcador EM, em sua forma prefixal (EM-/EN-), situa X numa zona Y entre dois domínios nocionais extremos, afastando X – movimento de repulsão – do primeiro domínio, e aproximando-o – movimento de atração – do segundo, numa dinâmica que revela o caráter transicional da zona localizadora Y. Assim sendo, estrutura-se o I(nterior) do domínio de validação da ocorrência na fronteira entre um E(xterior) que contém a alteridade do que não é mais o caso, e um E(xterior) que contém a alteridade do que ainda pode ser o caso.

O esquema operatório acima descrito da forma prefixal EM-/EN- pode ser ilustrado como segue, no quadro abaixo:

Quadro 4: domínio da localização operada pelas formas prefixais EM-/EN-

Exterior	Interior (Fronteira)	Exterior
Dia	fim do dia/começo da noite (<i>entardecer</i>)	Noite
Uso	Oxidação (<i>enferrujado</i>)	Desuso
Aberto	Travamento (<i>emperrado</i>)	Fechado
		

Fonte: produção do autor

As chaves à esquerda e à direita indicam que se repelem duas zonas extremas (estados inicial e final), como alteridade realizada e alteridade virtual. A seta, por sua vez, remete ao caráter intermediário e atual da zona Y na qual X é localizado, na medida em que o I(nterior) do domínio se apresenta como transição de um estado extremo a outro.

Observa-se, com isso, que as formas prefixais do marcador EM manifestam o mesmo tipo de operação efetuada por esse marcador em construções tais como *em obras*, *em gestação* etc., analisadas na seção anterior. Logo, a configuração esquemática proposta para as primeiras formas vale para as segundas.

IV – A TOPE e o ensino de língua portuguesa: *chegar em/a*

Neste último capítulo, tratamos do problema do ensino de língua portuguesa em sala de aula, a partir da perspectiva linguística adotada neste trabalho. O objetivo é o de problematizar a concepção de linguagem presente na metodologia gramatical usada na pedagogia do ensino do português, confrontando-a com a concepção construída pela TOPE.

Veremos que a ideia de norma linguística pode ser prejudicial, pois estigmatiza os usos comuns dos alunos, travando, assim, o aprendizado da língua. Defendemos que a concepção de uma linguagem normativa, que implica os critérios de “certo” e “errado”, deve ceder espaço à concepção da linguagem como atividade, cujo objetivo é o ajustamento intersubjetivo – ajustamento este relativo ao jogo observado entre o nível I, cognitivo-afetivo, e o nível II, linguístico –, e o ajustamento transindividual – *i.e.* “a parte coletiva da própria comunicação, na qual é feita a referência ao indivíduo produtor-reconhecedor de enunciados” (ROMERO *et al.*, 2019, p. 222). Assim considerada a linguagem, no ensino do português faz-se mister integrar a bagagem linguística do aluno. A necessidade dessa mudança é ilustrada pela análise da concorrência entre os sintagmas *chegar em* e *chegar a*, a qual é exemplar na medida em que opõe norma gramatical e uso comum da língua.

4.1. Ensino de língua portuguesa

O desequilíbrio existente entre os manuais de gramática, que servem de apoio bibliográfico ao professor de língua portuguesa, e a realidade linguística dos alunos já foi abordado por diversos estudiosos que se inspiram no quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. É o caso, por exemplo, de Romero e Vóvio (2011), as quais criticam a concepção de semântica presente nas várias gramáticas tradicionais, que reduz a significação das palavras a um sentido de base:

Com efeito, verificamos na própria fala do aluno quando se põe a refletir sobre o que vem a ser “o sentido da palavra”, explicações que o concebem como “literal” quando remete ao sentido “ao pé da letra”, ao sentido “básico”, ao “usual”, ao sentido “denotativo” ou ao sentido que “pode ser entendido independentemente do contexto”. São as mesmas explicações que povoam os sites educativos, bem como os livros didáticos e obras gramaticais usadas na escola, explicações que já fazem parte de um saber

cristalizado observado nas aulas de língua portuguesa e que vem sendo continuamente “repassado” pelos professores. (ROMERO, VÓVIO, 2011, p. 86)

A consequência do posicionamento teórico dos gramáticos, criticado na citação, é a exclusão dos próprios falares dos alunos, os quais acabam por ser, segundo as autoras, “desconsiderados no processo de escolarização, tidos como ‘vagos’, ‘inadequados’, ‘cifrados’ e ‘informais’”. Diante disso, as autoras advogam que as formas da língua usadas pelos jovens aprendizes, caracterizadas como “desviantes”, “marginais” ou “impróprias” pelas gramáticas, devem ser, ao invés de “corrigidas”, a matéria-prima mesma a ser explorada nas aulas de português, “implicando a criação de inteligibilidade sobre os próprios atos de produção da linguagem e, na mesma medida, a compreensão dos atravessamentos identitários que se produzem nos discursos desses jovens” (ROMERO, VÓVIO, 2011, p. 77). A TOPE, continuam ainda as autoras, é propícia à integração dos falares juvenis no ensino da língua, e, logo, a uma postura crítica frente aos postulados da gramática, uma vez que refuta “a hipótese de que a unidade linguística traz consigo qualquer tipo de conteúdo inerente (estabilidade semântica inerente, sentido próprio, sentido de base etc.)” (ROMERO, VÓVIO, 2011, p. 75). De fato, a TOPE “postula uma unidade cujo âmago é de natureza variável, maleável e dinâmico, e, o que é mais importante, definido pela função específica que lhe é atribuída nas interações das quais participa” (ROMERO, VÓVIO, 2011, p. 85).

Um dos grandes paradoxos do ensino da língua é que, nas aulas de português, o aluno emudece ao perceber que existe entre a sua forma de se expressar – tão natural e tão fácil – um distanciamento relativamente ao que o professor expõe sobre a língua – tão artificial e tão difícil –, com suas regras e nomenclaturas. Esse cenário vai aos poucos gerando o sentimento de insegurança e de medo nos alunos, que se sentem incompetentes no uso da língua, passando, muitas vezes, a se esquivar, quando solicitados, de manifestar a sua opinião, seja através de textos orais, seja através de textos escritos. Nas atividades de escrita, em especial, é relativamente comum vermos alunos reproduzindo a fala do professor ou de outrem, por se julgarem incapazes de pensar, de organizar suas ideias e escrevê-las no papel.

A dificuldade que os alunos têm de assumir a palavra e de se reconhecer como origem de seu dizer é um efeito da concepção de língua(gem) que orienta as práticas de análise linguística efetivada em sala de aula. Como observa Romero

(2013b, p. 138), mesmo quando a prática pedagógica tende a se distanciar da “clássica metodologia de definição, classificação e exercitação” (BRASIL, 1998, p. 29 *apud* ROMERO, 2013b) para se deixar influenciar pelas diretrizes então estabelecidas para o estudo do léxico²⁷, ela é ainda presa a uma concepção de sentido estagnante que deixa à margem os aspectos reflexivos e criativos da linguagem.

Com efeito, segundo Romero, ao sugerir um tratamento lexical da língua “por meio de relações consideradas sinonímicas” (2013b, p. 138), ou se explorar “um corpus que apresente palavras que tenham o mesmo afixo ou desinência, para determinar o significado de unidades inferiores a palavras” (BRASIL, 1998, p. 84 *apud* ROMERO, 2013b, p. 139), os documentos oficiais recaem na ideia de que a palavra é “portadora de um sentido absoluto”, e isso porque, de um lado, a cadeia sinonímica remete a um sema de base, de outro, se aconselha a reduzir a variação das formas linguísticas a um mesmo significado (o prefixo “re”, por exemplo, não teria como ser reduzido ao sentido de iteração que lhe é comumente atribuído).

Acreditamos que se se assume, diferentemente, que a linguagem é indeterminada, no sentido de que é no contexto verbal que o sentido é construído, “esse trabalho garante a inserção do sujeito no âmago dos processos de construção em língua e garante também a sua liberdade” (REZENDE, 2011, p. 707).

Adotar essa orientação no ensino de língua muda todo o movimento que se realiza em sala de aula. Em vez de se ter um aluno ao qual se quer “ensinar” conteúdos fragmentados abordando aspectos gramaticais de uma língua artificial e enigmática, na perspectiva pensada por Rezende, propõe-se um ensino que considere a bagagem linguística e cultural do aluno, pois é de sua atividade de linguagem que se deve partir para se refletir sobre o próprio funcionamento desta atividade. Do contrário, não se criam as condições para que o aluno fale e seja ouvido. Se é por meio da língua que o sujeito se expressa, defende seu ponto de vista, interage com o outro, tem acesso à informação, o domínio dela, portanto, guarda estreita relação com a plena participação social desse sujeito. Na prática, parece então que a escola vai na contramão daquilo que deveria garantir.

A prática de análise linguística deveria estar a serviço da expansão da capacidade dos alunos de ler e produzir textos. Partilhamos assim da mesma reflexão que já vêm sendo feita há algum tempo no Brasil por pesquisadores como Romero e

²⁷ À época do artigo, as diretrizes eram pautadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

Rezende que defendem um ensino de gramática reflexiva pautada sobre atividades epilinguísticas cujo objetivo é o de levar o aluno a “pensar sobre o seu pensar” (REZENDE, 2008, p. 96), conduzindo-o assim a se reconhecer senhor do seu dizer. Neste tipo de abordagem, como dissemos, não se concebe a língua independente dos seus usuários e de suas condições de utilização: observa-se, sim, a língua de uma forma mais construtiva, já que a significação é gerada em uma relação dinâmica entre interlocutores, e é representada por arranjos léxico-gramaticais responsáveis pela significação produzida.

A pesquisa por nós levada a cabo sobre a identidade semântica da preposição EM intercepta essa perspectiva, pois o uso desse marcador não é visto aqui como determinado por regras de regência, mas como traço de operações de construção de sentido, as quais se buscam formalizar. Ela inclui, portanto, em suas análises, os falares condenados pela norma, uma vez que estes falares realizam plenamente as operações linguísticas de ajustamento comunicativo, e são reveladores dos parâmetros subjacentes que organizam tais operações.

Vale lembrar que nosso trabalho se insere em um PPG no qual saúde e educação estão em relação, mais especificamente, em uma linha voltada para questões relativas a problemas crônicos de crianças e adolescentes no ambiente escolar. As aulas de língua portuguesa podem se tornar uma prática excludente gerando graves problemas a partir do momento em que as atividades de análise linguística se dão, por exemplo, sob uma concepção restrita de linguagem. A representação de que o ensino de língua seja a representação do ensino de um léxico associado a um conjunto de regras e valores em nada contribui para o refinamento das habilidades linguísticas do aluno. Esse tipo de prática conduz ao medo da expressão livre e autêntica dos alunos, provocando angústia e mal-estar. O indivíduo estigmatizado em sua forma de expressão esquivar-se-á de dizer o que pensa, o que sabe, o que deseja, porque tende a se julgar incapaz de ler e escrever. Dessa forma, ele (o aluno) terá dificultada não só a sua inserção no mundo da escrita, como também a sua competência de reconhecer textos que circulam socialmente, não conseguindo, pois inserir-se nas práticas sociais. No ambiente escolar (mas também fora dele), muitas vezes os alunos que não dominam as regras do português padrão são ridicularizados, sendo alvo de correções e ficando expostos a humilhações dos próprios colegas. Nesse contexto, a estes alunos não são oferecidas condições de refletir sobre o funcionamento da língua. A maior parte das vezes, oportuniza-se

apenas o exercitar da metalinguagem em que se estuda a categorização pela categorização. No ensino de língua, o professor não pode desconsiderar o fato da criança que ingressa na escola já ter se apropriado de uma complexa rede de usos que lhe permite interagir com o outro. Cabe à escola fazer com que o aluno reflita sobre o seu pensar, a partir de sua própria experiência da língua e que no ensino do léxico, por exemplo, tome consciência de que os sentidos das palavras não são dados, eles são construídos em um jogo enunciativo do qual o aluno se reconhecerá participante, apropriando-se cada vez mais da atividade linguística. Nesse sentido, concordamos com Romero e Vóvio em suas considerações sobre o papel da escola no ensino da língua:

[...] compreender os jovens é apreendê-los como sujeitos sócio-culturais, que possuem “historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos e emoções, desejos, projetos, lógicas de comportamento e hábitos que lhes são próprios”, resultantes dos processos de plurissocializações no mundo social. Todos esses elementos encontram-se materializados em seus modos de ser e estar no mundo e nos enunciados que produzem. E a escola é uma dessas agências nas quais os jovens (inter)agem no sentido de se apropriar desse espaço social, de um lado, lidando com a instituição e suas normas, e, de outro, vivenciando uma “complexa trama de relações sociais” que incluem alianças e conflitos, negociação e transgressão (ROMERO, VÓVIO, 2011, p. 76).²⁸

É a partir dessa perspectiva valorativa do saber linguístico dos alunos que a pesquisa aqui empreendida sobre o marcador EM se insere numa crítica aos princípios sobre os quais se sustentam os trabalhos gramaticais quando estigmatizam certos usos comuns da língua portuguesa, justamente, conforme Romero, por não “envolver uma reflexão constante sobre o funcionamento da linguagem e em extensão um trabalho com as possibilidades significativas dos recursos linguísticos” (Romero, 2007, p. 86).

4.2. Norma gramatical e uso da língua

Antes de aprofundarmos essa crítica abordando um fenômeno da língua portuguesa, no qual se opõe o uso comum à norma gramatical, qual seja, a

²⁸ As autoras citam, na passagem, o texto de J. Dayrel “A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil” in *Educação e Sociedade*, 28 (100), 1105-1128. Campinas. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

concorrência entre a forma *chegar a* – recomendada pela gramática normativa (*Cheguei a casa*) – e *chegar em* – frequente no trato cotidiano da língua (*Cheguei na casa*) –, vejamos de mais perto as consequências da postulação teórica do conceito de norma linguística.

No registro gramatical, condena-se o uso de *chegar em* como “errado”, ao passo que, no registro cotidiano, ocorre um apagamento da ocorrência *chegar a* em favor da ocorrência *chegar em*, conforme se pode ver, por exemplo, numa carta em que Mário de Andrade comenta os poemas do jovem Carlos Drummond de Andrade. Um dos poemas, “Nota social”, começa com os seguintes versos²⁹:

*O poeta chega na estação
do caminho de ferro.*

Mário anota: “*na estação* gostei da regência. Bravo!”³⁰ Sem dúvida, o elogio de Mário deve-se ao fato da construção *Chega na estação* ser mais fiel ao português popular do Brasil, bastante explorado pelos modernistas no intuito de renovação da dicção literária³¹, diferentemente de *Chega à estação*, uso comum em Portugal e entre as elites brasileiras. Mário, pois, vai num sentido bem diverso das lições da gramática. Nestas, há sempre menção à norma culta, que aconselha a construção *chegar a*, e ajuíza a forma *chegar em* como “incorreta” ou “inculta”, muito embora se faça referência ao uso comum de *chegar em*, como se vê em sites que tratam da gramática da língua portuguesa:

Segundo a norma culta, a forma mais correta de regência do verbo

²⁹ Damos em nota o poema por inteiro: *O poeta chega na estação/do caminho de ferro/ O poeta desembarca./ O poeta toma um auto./ O poeta vai para o hotel./ E enquanto ele realiza/esses cometimentos de todo dia,/uma ovação o persegue/como uma vaia./ Bandas de música, foguetes,/discursos, o povo de chapéu de palha,/máquinas fotográficas assestadas,/ruído de gente, fonfom dos automóveis,/os bravos.../O poeta está melancólico./Numa árvore do passeio público/ (melhoramento da última administração), /uma árvore verde prisioneira de /grades, /canta uma cigarra/. Canta uma cigarra que ninguém ouve/um hino que ninguém aplaude/ Canta, numa glória silenciosa//O poeta entra no elevador,/o poeta sobe,/o poeta fecha-se no quarto/ /O poeta está melancólico.*

³⁰ ANDRADE, Mário de. In.: ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924-1945 / Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade*; organização: Lélia Coelho Frota; apresentação e notas às cartas de Mário de Andrade: Carlos Drummond de Andrade; prefácio e notas às cartas de Carlos Drummond de Andrade: Silviano Santiago. – Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002, p. 75. *Grifos do autor*

³¹ Lembre-se, nesse sentido, o poema de Osvald de Andrade, “Pronominais”: *Dê-me um cigarro/Diz a gramática/Do professor e do aluno/E do mulato sabido/Mas o bom negro e o bom branco/Da Nação Brasileira/Dizem todos os dias/Deixa disso camarada/Me dá um cigarro”.*

chegar é *chegar a*, com a preposição *a*. Apesar disso, há uma forte tendência entre os falantes para a utilização da preposição *em*, estando essa preposição já consagrada pelo uso.³²

A concorrência das duas formas é representativa do ponto cego de tratamentos calcados no conceito de normatividade, que avançam os critérios de “certo” e “errado” na caracterização do fenômeno linguístico, sem poder dar conta, com isso, de sua operacionalidade.

Nas gramáticas tradicionais, como a de Rocha Lima, por exemplo, a organização dos elementos da língua e suas relações são descritas dentro do espírito de um empreendimento normativo que codifica o “‘uso idiomático’ dele induzindo, por classificação e sistematização, as regras que, em determinada época, representam *o ideal da expressão correta*” (LIMA, 2003, p. 5-6, *grifos nossos*). A taxionomia, ou seja, a identificação e classificação das unidades do sistema, bem como o estabelecimento de regras, está também no cerne da *Nova gramática do português contemporâneo* de Lindley Cintra e Celso Cunha (2001). Os autores acatam a existência de uma “língua padrão”, que exerce coerção normativa sobre as variações linguísticas:

A língua padrão [...] embora seja uma entre muitas variedades de um idioma, é sempre mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre sua função coercitiva sobre as outras variantes, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação. (CINTRA, CUNHA, 2001, p. 4)

Para os autores, falar correto significa falar como “a comunidade espera”, e erro “equivale aos desvios desta norma”. A codificação dessa norma se dá, ainda conforme os autores, “pela descrição minuciosa de suas variedades cultas, seja na forma falada, seja na forma escrita” (CUNHA, CINTRA, 2001, p. 8). Tanto Rocha Lima, quanto Cunha e Cintra, portanto, pressupõem a definição de língua como sistema abstrato, cuja codificação torna-se possível pela descrição e classificação do uso em sua variante culta, quer dizer, aquela que manifesta um “ideal” de “expressão correta”. Em ambos os casos, os autores recorrem aos exemplos dos “grandes” escritores como *corpus* de base sobre o qual se debruça o empreendimento descritivo.

³² Extraído de web <http://www.dúvidas.dicio.com.br/chegou-a-ou-chegou-em/>. Acesso em 12/01/2019.

A postulação de uma norma gramatical, que condena o uso comum da língua como desvio inaceitável do padrão fixado, permite-se descrever como instauração de um estado de exceção que determina, arbitrariamente, o que está dentro ou fora dos limites do dizível. As consequências políticas e sociais da ideia de norma, em vários âmbitos, inclusive linguístico, foram analisadas com finura pelo filósofo Giorgio Agamben.

4.3. Norma e poder

Na obra *Homo Sacer* (AGAMBEN, 2007), o autor reflete sobre a estrutura fundamental da soberania, e, logo, sobre o funcionamento da *norma jurídica* – com remissões a outras ordens, tais como a ordem linguística –, na medida em que é da decisão soberana que emana o critério que distingue aquilo a que se aplica a lei (normal) e aquilo a que não se aplica (delito). Essa estrutura fundamental se enuncia como um paradoxo: “o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico” (AGAMBEN, 2007, p. 23). O que define tal estrutura paradoxal é, afirma o autor, o estado de exceção. O que está fora, no estado de exceção, não é subtraído como algo estranho que se refugia, mas incluído pela suspensão da norma, que, “suspendendo-se dá lugar à exceção” (AGAMBEN, 2007, p. 26). Como afirma ainda o filósofo, “o particular ‘vigor’ da lei consiste nessa capacidade de manter-se em relação com uma exterioridade. [Essa] relação de exceção inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão” (AGAMBEN, 2007, p. 26).

Para ilustrar essa estrutura paradoxal da norma, no âmbito da linguagem, Giorgio Agamben refere a seguinte passagem de *Juízes* (4-6), que reproduzimos na tradução da CNBB:

Então Jefté reuniu todos os homens de Galaad para lutar contra Efraim. Os homens de Galaad derrotaram os de Efraim, porque disseram: “Vós, os galaaditas sois uns fugitivos de Efraim”. (Galaad fica no meio de Efraim e de Manassés.) Galaad se apoderou dos vaus do Jordão que davam acesso a Efraim. Quando algum dos efraimitas fugitivos dizia: “Deixa-me passar”, os homens de Galaad perguntavam-lhe: “És efraimita? Se respondesse “não”, mandavam-lhe dizer *xibolet*. Se ele dissesse *sibolet*, por não conseguir pronunciar certo, agarravam-no e o degolavam nos vaus do Jordão. Naquela ocasião tombaram quarenta e dois mil homens de Efraim. (BÍBLIA SAGRADA, 2010, p. 282)

Na passagem, os homens de Galaad soberanamente suspendem toda norma anterior instaurando um novo ordenamento em que uma variação fonética (*sibolet*) torna-se o “erro” capital, logo *exceção*, ocorrência estranha e exterior, que, no entanto, somente é assim caracterizada ao ser trazido para dentro da nova jurisdição gramatical. Logo, tanto a normatividade linguística – assim como a normatividade jurídica – regula o seu exterior por meio de uma *exclusão inclusiva*, quer dizer, envolvem aquilo que rejeitam desaplicando-se a ele. Por outro lado, o *exemplo*, a outra face da *exceção*, revela um paradoxo simétrico, a *inclusão exclusiva*, visto que o termo *paradigma* (que em grego e português significa *exemplo*) guarda uma ambiguidade que o torna, a um tempo, amostra, ou seja, caso empírico localizável no uso, e abstração formal, quer dizer, modelo ideal ilocalizável no campo das ocorrências (AGAMBEN, 2007, p. 29). Dessa forma, o que a passagem bíblica referida por Agamben ensina é que a decisão soberana seleciona os casos a serem considerados seja invariância exemplar (*xibolet*), seja variação exceptiva (*sibolet*).

As considerações de Agamben sobre a estrutura da norma, na medida mesma em que tomam a linguagem como comparação elucidativa, ensinam-nos muito sobre a norma gramatical. Com efeito, a mesma passagem bíblica referida pelo filósofo para ilustrar como a soberania normatiza por meio de um regime de exceção aponta para um aspecto essencial da normatização em linguagem: a recusa do uso da diversidade face à diversidade dos usos e uma utilização social da variação. Ora, tal recusa se faz por meio de uma concessão: a variação é admitida, mas como inadmissível, o que remete ao paradoxo analisado por Agamben.

Por outro lado, a utilização social da variação linguística se traduz em termos de estratégia para a manutenção do poder de classe. Essa relação entre norma gramatical e poder, apontada por Agamben, pode ser ilustrada, aqui no Brasil, pela polêmica em torno do livro *Por uma vida melhor*, de autoria de Heloisa Ramos e distribuído pelo MEC. A discussão girou em torno do exemplo “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”. A autora explica-o como segue:

O fato de haver a palavra “os” (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. [...] Reescrevendo a frase no padrão culto da língua, teremos: “Os livros ilustrados mais interessantes estão emprestados”. Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro’?” Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre

o risco de ser vítima de preconceito linguístico. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. (RAMOS, 2011, p. 15)

A posição da autora foi logo caracterizada, na imprensa nacional, como “coroamento do descaso, da omissão, da ignorância quanto à língua” e os críticos baseavam-se na necessidade do princípio de “adequação” à norma padrão do português³³. O conceito de “adequação” reverbera o aspecto prescritivo da norma, do qual se derivam os valores de certo (conforme à norma) e errado (desviante da norma). É justamente a imposição desses valores que levam ao que Ramos chamou de “preconceito linguístico” e do qual a autora desvela o fundo político ao afirmar que “o preconceito não é de razão linguística, mas social”. Portanto, a imposição de uma norma culta como única variante “correta” da língua manifesta uma posição de classe, já que tal norma está reservada aos mais escolarizados, logo aos pertencentes à classe “dominante”, e a variante “incorreta” caracterizaria a fala popular. O preconceito contra a variação é, portanto, forma de segregação linguística das classes subalternas.

4.4. Posicionamento da TOPE face à normatividade

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, que serve de referencial teórico-metodológico em nosso trabalho, afasta-se das bases epistemológicas de uma abordagem normativa e excludente. A classificação das palavras em campos semânticos e a partir de traços sintáticos, criticados por se oporem à variação e ao ajustamento linguístico, dão lugar, no referencial dessa teoria, à observação da proliferação das formas na dinâmica da atividade de linguagem, a qual se deixa apreender através de diversas línguas, ou seja, dão lugar à observação da própria linguagem em sua realidade empírica.

O esforço de Culioli, fundador da teoria, é, como já afirmamos, o de restituir ao objeto da linguística por meio de conceitos como *atividade*, *traço*, *agenciamento*, *operação* a dinâmica intrínseca à linguagem, a qual somente acontece por meio de formas deformáveis em vista de ajustamentos constitutivos da relação intersubjetiva de produção e reconhecimento de enunciados.

³³ As expressões são de Lya Luft, em artigo de 25/05/2011 publicado na revista *Veja*.

Na teoria da linguagem como atividade reguladora, tal como proposto por Culioli, não existe o critério de conformidade a um padrão normal, mas *transformação normativa* relativamente às instâncias do devir. A linguagem, assim compreendida, não remete a uma invariância normativa que codifica o padrão linguístico, mas essencialmente opera, por meio de variações, em vistas de um fim, qual seja, o ajustamento enunciativo (intersubjetivo e transindividual), que pode ou não ser alcançado. A linguagem como atividade não é redutível a um padrão, porque sua natureza é proliferativa. Diferenças entonacionais, morfológicas, sintáticas, semânticas não são desvios do bem falar, mas, ao contrário, aberturas de vias possíveis e eficientes na dinâmica de produção e reconhecimento de enunciados que é a linguagem. Ao invés de figurar a língua como um sistema modelar, ao qual se subordinam as variações, Culioli prefere a imagem da capilaridade, da bifurcação, da ramificação ilustrada pela rede de canais da circulação sanguínea (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 17).

Por outro lado, na topologia da TOPE não há espaço para uma exterioridade que, no funcionamento da norma, segundo Agamben, é paradoxalmente instaurada por meio de sua inclusão, logo em forma de exceção. De fato, para Agamben, a soberania, como zona de indiferença entre natureza e direito, pressupõe a referência jurídica na forma de sua suspensão, do mesmo modo que – a comparação é do próprio Agamben (2007, p. 28) – a *langue*, estado de pura potência, mantém-se numa relação virtual com os casos concretos ou atuais do uso da língua (*parole*), de tal maneira que dela se extrai o exemplo, o qual se exclui por inclusão, e a exceção, a qual se inclui por exclusão.

Ora, para Culioli não existe *a* língua, mas existem *as* línguas, cujos usos não se legitimam pela remissão a uma instância formal, puramente potencial que expressa um padrão. Os usos das línguas, ou melhor, as formas agenciadas nas diversas línguas, remetem não a um modelo abstrato, mas a um nível inacessível de natureza epilinguística, onde se localizam as noções e onde se realizam operações. O nível epilinguístico, apesar da sua inacessibilidade, é passível, porém, de simulação no nível da metalinguagem em que se recobram as operações e as noções em jogo na produção e interpretação de enunciados. As formas linguísticas não são, nessa teoria, avaliadas em termos de “certo” ou “errado”, ou de exceção e exemplo. Se Culioli introduz um critério ao pensar em termos de boa ou má formação de enunciados, é para referir-se em primeiro lugar a coerções nocionais, e, em segundo lugar, remeter

ao caráter teleonômico da atividade de linguagem, ou seja, ao fato de que ela tende para um *telos* – o devir proliferativo atualizado como escopo de um ajustamento – que pode ou não ser atingido. Assim, na atividade da linguagem, busca-se não a adequação à norma, mas o que convém à estabilidade comunicativa:

Busca-se o gesto... Sim, o gesto, mas o gesto... apropriado. Procura-se o apropriado de tal maneira que no fundo isso remeta a duas coisas: há o que é e o que não é, e é isso que chamo às vezes “bom” e “mau” no sentido mais primitivo do termo; e ao mesmo tempo, procura-se uma sequência. Porque, quando se faz um gesto, se se quer que ele seja apropriado, é preciso que ele seja apropriado para alguma coisa, é preciso, portanto, que haja o que se chama à vezes um “efeito”, mas é uma sequência, simplesmente! Finalmente isso remete a alguma coisa muito simples, qual seja, quando eu faço tal gesto, eu tenho em vista alguma coisa que vai se seguir. (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 265)

O gesto, apropriado ou não, em vista de uma sequência – e não o “certo” ou “errado”, a “exceção” e o “exemplo”, conforme uma norma – na perspectiva culioliana, remete, pois, à coerção nocional e à eficácia operativa, a valores que validam estruturas e performances conforme estas contribuam ou não ao sucesso do projeto essencial da atividade linguística, qual seja, o ajustamento na dinâmica intersubjetiva e transindividual, visto que a linguagem é produção e reconhecimento de enunciados. Nesse sentido, a ocorrência já mencionada, *Cheguei na estação*, é bem formada, já que nela não há inconsistência nocional, além de realizar satisfatoriamente a operação de localização de uma pessoa no espaço.

Se na teoria culioliana, a atividade languageira, em seu dinamismo, é um sistema *aberto* orientado para um escopo incerto, mas perfeitamente possível, significa que a linguagem acolhe o que é súbito. De fato, a linguagem se birfuca, busca o conveniente, conforme a solicitação da instância de uso, por meio da produção de formas deformáveis que perseguem o ajustamento comunicativo. O dinamismo proliferativo da linguagem tem como virtude escapar de toda suspensão fundadora, pois a natureza da linguagem é a multiplicação de canais comunicantes.

4.5. Campos de ocorrência de *chegar em* e *chegar a*

Voltemos ao problema da concorrência entre as formas *chegar em* e *chegar a*. Como vimos, as gramáticas tradicionais se limitam a encarar o problema a partir do

critério “certo” e “errado”, o que é improdutivo do ponto de vista pedagógico e estéril do ponto de vista analítico, por não dar conta da operacionalidade de ambas as formas. Nos trabalhos gramaticais de orientação funcionalista, por seu turno, há, diferentemente, o esforço de explicar a concorrência entre *chegar a* e *chegar em* por meio de suas diferenças semânticas, como se pode ver no *Guia de usos do português* de Neves:

1. Segundo as lições tradicionais, o complemento (de lugar) do verbo **chegar** deve iniciar-se pela preposição *a* (e não pela preposição *em*), por tratar-se de um verbo de movimento. [...] *quando Germano **CHEGOU a** Dourado encontrou a família inteira de Quinzinho.*
2. A lição é a mesma para o substantivo **chegada**. [...] *a partir da **CHEGADA ao** terraço, Lila começava a película a partir de Basílio.*
3. Entretanto, em ambos os casos, ocorrem (20%) de construções com a preposição **em**, e, na verdade, pode-se indicar uma especificidade de sentido que cada uma das duas preposições confere: a preposição **a** marca o ponto de chegada (com destaque para o movimento), enquanto a preposição **em** marca o lugar de estada, decorrente da chegada (com destaque para a permanência). (NEVES, 2003, p.179, *grifos do autor*)

No entanto, acreditamos que há algo mais a ser dito sobre a concorrência entre *chegar em* e *chegar a*, para além da oposição semântica entre movimento (A) e permanência (EM), e que dê conta de sua ampla incidência, a qual extrapola as construções com complemento de lugar, abordadas por Neves. Para perceber essa amplitude, basta atentar para as diversas acepções do verbo *chegar* avançada pelo dicionário Houaiss, versão eletrônica:

1. atingir o termo de uma trajetória, de um percurso de ida e/ou de vinda (*A flecha não chegou ao alvo*); 2. alcançar ou tocar um determinado ponto no espaço ou no tempo (*O menino chega ao ombro do pai*); 3. atingir um ponto extremo; ir ao máximo (*Chegar aos limites da paciência*); 4. alçar-se a uma posição vencendo etapas (*Chegar a embaixador*); 5. alcançar (uma quantia, um valor); elevar-se, montar, importar (*A multa chega a dois salários mínimos*); 6. igualar-se, comparar-se, ombrear (*A praia é bonita, mas não chega aos pés de Copacabana*); 7. começar a acontecer ou estar iminente (*A noite chegou sorrateira*); 8. ser suficiente; bastar (*Chega de reclamações*); 9. aparecer concretamente; vir, sobrevir, começar, dar-se (*O sucesso do ator finalmente chegou*); 10. movimentar, mudando de posição (*Chegar a cadeira para trás*); 11. levar (uma égua ou lote de éguas) para padreação.

Se o caso abordado por Neves (*chegar a/em* com complemento de lugar) parece corresponder à primeira acepção, “atingir o termo de uma trajetória, de um percurso de ida e/ou de vinda” (*A flecha chegou ao/no alvo*), observa-se que o uso tanto de EM quanto de A é possível na segunda acepção, “alcançar ou tocar um determinado ponto no espaço ou no tempo” (*João chegou na/à idade adulta*), e na terceira acepção, “atingir um ponto extremo; ir ao máximo”, (*Chegar aos/nos limites da paciência*), nas quais a preposição não introduz necessariamente complemento de lugar. As análises que se seguem tentam dar conta dessa diversidade de ocorrências que suportam ambas as preposições.

Vale lembrar que as construções preposicionadas se formulam em termos de relação entre um termo orientado X e um termo orientador Y (X R(pre) Y). Lembremos que, na TOPE, o estatuto semântico dos termos X e Y e os modos de vínculo entre preposição e verbo apontam para duas ordens diversas da variação, segundo Franckel e Paillard:

- 1) Variação da preposição em função do valor lexical das unidades lexicais correspondendo a X e Y. Trata-se de uma variação singular, que provoca coerções cuja análise supõe a consideração das propriedades das unidades lexicais correspondentes a X e Y.
- 2) Variação atuante nas construções *SV prep. SN* repousando sobre princípios regulares e fundada sobre os diferentes modos possíveis de intricação entre o verbo e o sintagma preposicional. [Nessa ordem], os princípios regulares que a regem permitem expor uma organização das interações em jogo. (FRANCKEL, PAILLARD, 2007, p. 23)

A análise da variação de um item preposicional desdobrada nas duas ordens acima tem grande potencial heurístico para a delimitação do campo de ocorrência das regências verbais, já que diz respeito aos graus de interação da preposição com o entorno do enunciado e, logo, com o termo regente verbal. O desenvolvimento analítico da variação implica certa complexidade, pois requer que se formulem os parâmetros que constituem a “forma esquemática” (FE) do verbo, os quais não estão necessariamente relacionados aos argumentos e à estrutura sintática do verbo. É ainda necessário que se explicita como esses parâmetros se articulam com os termos envolvidos na relação preposicional.

Com respeito à FE do verbo e aos parâmetros que a constituem, afirmam os autores:

- uma FE coloca em jogo parâmetros semânticos abstratos, no

sentido em que eles [não necessariamente se relacionam a] uma atribuição lexical por serem suscetíveis de ser objeto de múltiplas especificações;

- [...] um parâmetro não é necessariamente objeto de uma atribuição lexical. [...]

- determinação do papel variável que [as] unidades podem ter no nível da estruturação sintática: um verbo se inscreve em um esquema sintático implicando um sujeito sintático (C^o) e complementos (C¹, C²...). Uma unidade lexical instanciando um dos parâmetros da FE pode ter diferentes funções sintáticas segundo o caso. (FRANCKELL, PAILLARD, 2007, p. 26-27)

Com respeito à intricação entre os parâmetros do verbo e os termos da relação prepositiva, os autores concebem, de maneira geral, três configurações, possíveis.

Configuração A: esta configuração remete aos casos caracterizados por uma independência entre os elementos da forma esquemática do verbo e os da preposição.

Configuração B: Esta configuração remete aos casos de intricação máxima entre o verbo e a preposição. X e Y remetem, cada um, a um elemento da FE do verbo.

Configuração C. Esta configuração remete aos casos em que, a um mesmo tempo, confere-se um duplo estatuto: de um lado, ele instancia um elemento da FE (verbo) em relação com os outros elementos da FE (verbo); de outro, ele instancia o elemento X da FE (preposição). Quanto a Y, não há correspondência na FE (verbo): é por meio de sua relação com X, elemento este da FE (verbo), que ele é integrado no espaço do verbo. (FRANCKEL, PAILLARD, 2011, p. 194, In. DE VOGÜÉ, FRANCKEL, PAILLARD, 2011)

Nossa hipótese é que o tratamento rigoroso da concorrência entre os sintagmas *chegar a* e *chegar em* remete a um desses modos de intricação entre verbo e preposição, e implica certas propriedades lexicais inerentes a X e a Y (elementos postos em relação pela preposição). Para a verificação da hipótese, procedemos, em um primeiro momento, à descrição em termos de forma esquemática do verbo *chegar*, e, posteriormente, com a análise de enunciados em que as preposições A e EM concorrem, à identificação da configuração própria (intricação entre verbo e preposição) dessa concorrência e das propriedades lexicais dos termos postos em relação pelas preposições.

A partir das acepções elencadas no dicionário Houaiss e citadas acima e dos princípios teóricos já expostos, sugerimos a seguinte formulação para o funcionamento enunciativo do verbo *chegar*: *considerado um processo orientado de várias ordens (mobilidade, mutabilidade etc), o afetado no processo ou o próprio processo – (P) – assinala-se em um ponto terminal ou de transição (T).*

Nessa formulação, (P) e (T) são os parâmetros que constituem a FE do verbo *chegar*, os quais têm um caráter abstrato, podendo ou não ser instanciados por unidades lexicais nos enunciados, e isso com funções sintáticas muito diversas, como vemos a seguir. Além disso, o processo implicado pelo verbo *chegar* pressupõe um ponto de partida que pode estar manifesto em certos enunciados (por exemplo, *Cheguei de Paris*), mas que não configura um dos parâmetros da FE do verbo, já que o semantismo de *chegar* remete ao aspecto finalista do processo (alcance de um ponto terminal ou de transição), e não ao seu aspecto incipiente (partida do ponto inicial).

Consideremos a primeira acepção dada por Houaiss, e que parece equivaler ao caso abordado por Neves (*chegar a/em* com complemento de lugar): “atingir o termo de uma trajetória, de um percurso de ida e/ou de vinda”. O exemplo dado por Houaiss é *A flecha chegou ao alvo*. Percebe-se que o dicionário Houaiss, nessa primeira acepção, prescreve o uso da preposição A, diferentemente de Neves, como já vimos, já que *alvo* marca lugar de estada, com destaque para a permanência, sendo mais comum, segundo a autora, o uso de EM. De fato, muito embora as duas preposições sejam aceitas, no registro popular há nítida preferência por EM³⁴:

(31) A flecha chegou no/ao alvo.

Retomando a FE do verbo *chegar*, o afetado em um processo de mobilidade espacial ou deslocamento – parâmetro (P) –, instanciado pelo termo *flecha*, representa-se como projétil assinalado em um ponto terminal (T: *alvo*), o qual quebra a continuidade do movimento. Além disso, vemos que os parâmetros P (*flecha projetada*) e T (*alvo*) da forma esquemática do verbo *chegar* correspondem aos termos X e Y da relação preposicional. Analisando-se o enunciado (31) a partir do que já pudemos expor sobre a identidade semântica da preposição EM, observa-se que, graças à propriedade ímã que lhe é intrínseca, este marcador faz com que Y (*alvo*) puxe para si X (*flecha projetada*), e o situe em um dos pontos de sua superfície, estruturado-se, assim, Y como zona de localização de X. A zona de localização Y é homogênea, ou seja, quando Y puxa X para contê-lo em si, graças à preposição EM, produz-se o interior do domínio da ocorrência (onde se verifica sua

³⁴ No entanto, uma pesquisa no buscador Google indica 90 entradas para *Chegou ao alvo* contra 50 entradas para *Chegou no alvo* (excluídas as similares).

validação), que, neste caso, remete à noção de ACERTO relativamente ao ato de lançamento da flecha. Ao mesmo tempo, é produzido o complementar do domínio, ou seja, o exterior (FORA DO ALVO ou ERRO, relativamente ao ato de lançamento da flecha), repulsado como inexistente, pois vazio da propriedade de validação. Portanto, em (31), enunciado que suporta a concorrência das preposições A e EM, há intricação máxima entre o verbo e a preposição (configuração B, conforme a lista proposta por Franckel e Paillard, referida acima), e o termo Y:T (*alvo*) é estruturado por zonagem.

O exemplo da primeira acepção de *chegar*, dada por Houaiss, analisado acima, se constrói com complemento de lugar e, assim, corresponde aos casos considerados por Neves, quando explica a concorrência de *chegar a* e *chegar em*, associando a primeira ao ponto de chegada, com destaque para o movimento, e a segunda ao lugar de estada, com destaque para a permanência. Vemos que a intuição de Neves se aplica a *A flecha chegou no alvo*, já que *alvo* é ponto terminal de *flecha*, afetado em um processo de mobilidade, cuja continuidade é quebrada e, além disso, pela operação de EM, situa *flecha* em um zona de ACERTO, relativamente ao ato de lançamento, eliminando-se outras possibilidades.

No entanto, dizíamos que a possibilidade do uso de ambos os sintagmas ocorre em casos em que não há complemento de lugar. É o que se manifesta se consideramos a acepção 2 de *chegar* avançada pelo dicionarista (“Alcançar ou tocar um determinado ponto no espaço ou no tempo”). Tomando um exemplo cabível nessa segunda acepção, uma pesquisa no buscador Google mostra que a construção *Chegou na idade adulta* tem uma frequência significativa (92 entradas, excluídas as similares) comparada com a frequência de *Chegou à idade adulta* (160 entradas, excluídas as similares), o que mostra que o enunciado:

(32) João chegou na idade adulta.

é perfeitamente aceitável. Considerando a forma esquemática do verbo *chegar*, em (32), o processo de mutabilidade P (*o crescimento de João*) se faz assinalar em um ponto de transição T (*idade adulta*), que, no tempo da vida, marca o máximo de desenvolvimento das funções biológicas, sem que, com isso, se encerre a continuidade do curso da vida. Também aqui há intricação máxima entre verbo e preposição, já que os parâmetros P e T de *chegar* correspondem aos termos X e Y da

relação preposicional.

A preposição EM opera a atração de X por Y e a estruturação deste último termo como zona de localização do primeiro. Ou seja, o crescimento de João deixa-se situar numa fase compreendida nos limites de um período ou intervalo determinado de sua existência. Precisamente, a localização de X se dá no limiar desse intervalo, o qual, ao se deixar demarcar por um início e um fim passíveis de especificação, se configura como intervalo temporal fechado e, logo, como zona homogênea de localização. Com isso, abre-se o interior do domínio de validação da ocorrência, a MATURIDADE, de natureza intermediária, já que contraposto ao exterior IMATURIDADE, repelido como alteridade do que não é mais o caso, e o exterior DECREPITUDE, excluído como alteridade do que pode ser, mas ainda não é o caso.

O exemplo anterior, em que o uso tanto de A quanto de EM é possível, cabe na segunda acepção do verbo *chegar*, listada por Houaiss, na qual o verbo indica o alcance de um ponto no tempo. No entanto, vemos que essa concorrência não aparece em outros exemplos nos quais o ponto no tempo é instanciado de outra forma. De fato, uma pesquisa no buscador Google mostra que, se se encontram 20 entradas (excluídas as similares) para *Chegou aos 18 anos de idade*, não há registro nenhum de **Chegou nos 18 anos de idade*. Isso talvez se deixe explicar pelo fato de, devido ao seu estatuto lexical, Y (*18 anos*) resistir a uma estruturação por zonagem, o que não se coaduna com a identidade semântica de EM. De fato, EM, ao atrair X para Y faz com que este contenha em si aquele, como zona extensa e homogênea, configurando-se como o universo de X, caso de *João chegou na idade adulta*, em que Y (*idade adulta*) é um intervalo fechado, em oposição a outras fases da vida, dentro do qual se localiza X (*o crescimento de João*). Ora, em *Chegou aos 18 anos de idade*, Y (*18 anos*) tem uma outra natureza, já que é elemento discreto – e não grandeza contínua – de uma série que divide a sucessão temporal em unidades singulares da ordem numérica cardinal. Nesse sentido, Y (*18 anos*), enquanto unidade numérica do tempo, é inextenso, não podendo se configurar como intervalo que contenha em seus limites (zona de localização) o que quer que seja. É talvez por esse motivo que o uso de EM, nesse caso, não seja comum.

Os dois exemplos acima parecem mostrar que a concorrência de *chegar a* e *chegar em* requer a estruturação do termo orientador da relação preposicional – Y – como zona de localização. Essa concorrência não se dá muitas vezes pelo fato do

marcador A determinar Y de maneira bem diversa da estruturação por zonagem.

É o que mostra a consideração da acepção 4 do verbo *chegar*, dada por Houaiss (“alçar-se a uma posição vencendo etapas”). O dicionarista ilustra essa acepção com o seguinte exemplo:

(33) Chegou a embaixador.

É evidente que se substituirmos A por EM, não teremos a mesma significação:

(34) Chegou no embaixador.

Em ambos os casos, há intricação máxima entre verbo e preposição, mas o processo representado em um e outro tem naturezas bem diversas. Em (33), a FE de *chegar* revela que o afetado no processo de mutabilidade do progresso profissional P (*a carreira diplomática de alguém*) se faz assinalar em um ponto terminal T (*embaixador*), categoria mais alta que coroa a ascensão. Em (34), o afetado em um processo de mobilidade espacial P (*o deslocamento de alguém*) assinala-se em um ponto terminal T (*embaixador*), que, alcançado, quebra a continuidade do movimento. Neste caso, *chegar* remete, antes, à sua primeira acepção, conforme o dicionário Houaiss (“atingir o termo de uma trajetória, de um percurso de ida e/ou de vinda”).

Observa-se que, em (33), a preposição A faz de Y:T (*embaixador*) o grau de uma escala hierárquica, já que se entende *embaixador* como o título superior da carreira diplomática, a qual pressupõe estágios anteriores como a promoção a terceiro-secretário, depois segundo-secretário, e assim por diante. Assim, enquanto grau de excelência, Y se apreende menos como espaço, abstrato ou não, em cuja extensão X está contido (zona de localização), do que como uma propriedade distintiva que se adequa a X. Agora, o enunciado (34) *Chegou no embaixador*, mostra que o termo Y (*embaixador*), introduzido pelo marcador EM, representa o centro de um entorno espacial. *Chegar no embaixador* significa situar-se perto de onde o embaixador se encontra, portanto, EM estrutura Y como zona que atrai e localiza X em qualquer ponto da área circunvizinha ao embaixador. Y, assim, configura-se como a zona homogênea PROXIMIDADE, oposta à zona

DISTANCIAMENTO, repelida como exterior inexistente, enquanto validação da ocorrência.

A análise da terceira acepção de *chegar*, dada por Houaiss, (“atingir um ponto extremo; ir ao máximo”), na qual também é possível a concorrência de A e EM (*Chegar aos/nos limites da paciência*), seria desnecessária, pois nos levaria à mesma conclusão que se pode tirar das análises efetuadas. Essa conclusão sustenta a hipótese de que o uso tanto de *chegar em* quanto de *chegar a* somente é possível quando houver intrincação máxima entre verbo e preposição e quando o termo introduzido por ambas as preposições se prestar a uma estruturação por zonagem.

4.6. Algumas considerações sobre a intrincação *chegar em* e *chegar a*

Como vimos, a gramática tradicional desaconselha o emprego de *chegar em*, devendo-se, segundo a norma, empregar a preposição A, muito embora *chegar em* seja frequente no uso comum do português brasileiro. Isso tem implicações pedagógicas nocivas, pois, como consequência, excluem-se os falares dos próprios alunos, que, assim, se vêem estigmatizados no processo de aprendizado da língua.

Vimos ainda que a gramática de orientação funcionalista, quando atenta para a concorrência entre as duas preposições, opondo **movimento** (A) e **permanência** (EM), muito embora aporte uma intuição valiosa, requer o refinamento da análise para que se dê conta de casos em que não há complemento de lugar, aos quais se reduzem as considerações de Neves.

Nesse sentido, nossas análises pretenderam delimitar, de forma precisa e ampla, o campo de ocorrência de *chegar em* e *chegar a* como sintagmas concorrentes a partir da determinação do grau de intrinçamento entre os parâmetros do verbo e os termos da relação preposicional, bem como do estatuto lexical destes últimos. A hipótese formulada é que essa concorrência somente se dá quando 1) houver intrincação máxima entre verbo e preposição (correspondência entre os parâmetros da FE de *chegar* e os termos da relação preposicional); e 2) o termo orientador Y, da relação preposicional, se permitir analisar como zona de localização do termo orientado X.

Frisemos que esse tipo de abordagem considera as formas *chegar em* e *chegar a* como traços de operações de construção do sentido e não como formas desviantes ou adequadas a um padrão normal. Uma abordagem das preposições que

se afasta da formulação de prescrições de uso e da mera listagem de valores lexicais – caso das gramáticas tradicionais –, e que atenta para os princípios operativos que regem a variação cotextual dos itens linguísticos – caso de nossa pesquisa – está mais próxima de uma prática de análise linguística que trata a linguagem como atividade reflexiva e construtiva, somente a partir da qual os alunos conseguem intuir o funcionamento da língua, tanto sobre os textos que produzem como sobre os textos que escutam ou leem.

Nesse sentido, como já afirmamos, a TOPE tem muito a oferecer para o aperfeiçoamento de tais práticas pedagógicas. Enquanto atividade de produção e reconhecimento de enunciados, realizada por indivíduos em busca do ajustamento intersubjetivo e transindividual, a linguagem não teria a rigidez de uma norma coercitiva emanada de uma soberania de classe, e sim a (re)flexibilidade de uma dinâmica de bifurcações que buscam um *telos*.

Não se pode perder de vista que o uso da linguagem diz respeito à autoestima social, uma vez que a práxis humana se efetiva por meio da troca comunicativa. Ora, a autoestima só é possível, para lembrar Alex Honnet (2007), por meio do reconhecimento das formas de autorrealização individual. Uma norma criada a partir de uma soberania (de classe) suspensiva que marginaliza, como exceção ou erro, práticas languageiras, manifesta um padrão de depreciação do outro, e, portanto, se afigura como desrespeito. Esse padrão depreciativo é assim caracterizado por Alex Honnet:

[O] padrão de desvalorização dos feitos ou formas específicas de vida resulta em não permitir que os sujeitos em questão se relacionem com as habilidades adquiridas ao longo de suas vidas, em relação à estima social. (HONNETH, 2007, p. 79)

Trata-se, pois, de incluir solidariamente as habilidades languageiras dos falantes reais, por mais distantes que estejam da norma culta, para fazê-los ver que nelas, em suas habilidades, nascidas de suas experiências de vida, está a chave para a compreensão dessa atividade tão comum quanto resistente à ponderabilidade – a linguagem.

Conclusão

As páginas precedentes, no propósito de descobrir e formular a identidade semântica do marcador EM, percorrem a linha sinuosa que liga o empírico ao formal, postos em relação num movimento de vai-e-vem. De um lado, propusemo-nos a descrever parte da multiplicidade das ocorrências do marcador EM, efetuando uma restrição controlada da família de enunciados, objeto de análise, e, de outro, a abstrair, por meio dessas análises controladas, o esquema operacional subjacente a essas ocorrências, esquema sempre posto à prova na continuidade de outras análises locais. Tudo isso se fez conforme os princípios orientadores do quadro teórico e metodológico da TOPE:

A conclusão [...] é que não se pode colocar o problema dos observáveis sem se dar uma teoria da observação, em particular sem se perguntar onde se postam os observadores. [...] a configuração da superfície é o traço de operações subjacentes. Ora, estudar o processo de produção significa que se deixe o domínio de observação ilusoriamente imediata para operar abstratamente. Em seguida, será preciso encontrar pelo cálculo os enunciados possíveis. (CULIOLI, 1999b, p. 20)

A busca pela identidade semântica de um marcador – ou seja, a apreensão dos princípios operatórios que regulam a construção de sentido, sua *invariância abstrata* – somente é possível através da consideração rigorosa de sua alteridade cotextual, *i.e.* por meio das “variações de superfície de cada língua” (CULIOLI, 1999b, p. 22). Esse resultado, que se conquista por avanços paulatinos, na medida em que é obtido “por extensões sucessivas [que fazem] surgir novas observações” (CULIOLI, 1999a, p. 23), quer-se alçar ao nível do “generalizável”. Enquanto generalizável, o resultado analítico indica que “propriedades, categorias, operações [...] devem poder ser (re)construídas, com argumentos razoáveis, cada vez que for necessário” (CULIOLI, 1999a, p. 72) e até mesmo “espera-se transportar para outra língua o que se descobriu na primeira” (CULIOLI, 1999b, p. 23). Pretendemos ter chegado a um resultado dessa natureza, conforme mostramos, nos limites desta conclusão, com a retomada sintética do trabalho efetuado nas páginas precedentes.

A restrição, para efeito de uma análise controlada, do âmbito de ocorrências do marcador EM distinguiu três grandes campos, os da determinação espacial, temporal e de estado, privilegiando, em cada um deles, um sintagma específico,

respectivamente *estar em*, *chegar em* e *ficar em*. As análises avançaram as seguintes representações construídas pelo marcador em foco em cada um desses campos, e que dão conta de parte da multiplicidade de sua variação cotextual:

Espacial: O marcador EM opera **a)** a localização do termo orientado X numa zona de interioridade instanciada pelo termo orientador Y (*O livro está na caixa*); **b)** a localização de X em uma zona de contato Y (*O computador está em cima da mesa*); **c)** a localização de X numa zona de proximidade Y (*A chave está na sua frente*); e **d)** a localização de X numa zona de gravitação Y (*Os abutres estão em torno do cadáver*).

O vetor tendencial operado por EM, que faz com que Y puxe X para situá-lo em sua extensão, fica explícito se observarmos a gradação existente nas diversas representações (INTERIORIDADE, CONTATO, PROXIMIDADE, GRAVITAÇÃO) realizadas por EM, e que mostram que tais representações não são aleatórias. A atração operada por EM – de X para Y e a consequente localização do primeiro no segundo – estrutura Y como zona homogênea que constitui o interior (I) do domínio de validação da ocorrência, oposto ao exterior (E) desse domínio, vazio da propriedade que permite verificar a ocorrência, e repelido como inexistente, ou seja, como impossível de ser o caso. Nesse sentido, os valores locativos como CONTIGUIDADE (*ao lado de*, **no lado de*) e DISTANCIAMENTO (comparar, por exemplo, *acima* com *em cima*), são excluídos por pertencerem ao exterior do domínio, uma vez que ou anulam (contiguidade) ou invertem (distanciamento) o vetor tendencial operado por EM.

Temporal: O marcador EM opera **a)** a localização do termo orientado X nos limites (no interior) de uma zona estruturada como intervalo temporal fechado, instanciado pelo termo orientador Y (*O gol chegou no segundo tempo*, *A família chegou segunda-feira*); **b)** a localização de X em torno (na proximidade anterior e posterior, não muito antes, nem muito depois) da zona Y, estruturada como intervalo temporal aberto. No caso de **b)**, a duração de tempo pode ser especificada (*As crianças chegam em duas horas*), ou indefinida, remetendo frequentemente a uma forma abreviada de tempo (*O presidente chega em minutos*).

Ao operar o vetor tendencial que atrai X para Y, localizando o primeiro dentro de um intervalo temporal fechado Y ou em torno (gravitação) de um intervalo temporal aberto Y, o marcador EM estrutura o termo orientador como zona homogênea de localização. Ou seja, por um lado, no caso do intervalo fechado, o

marcador EM demarca o interior (I) do domínio de validação da ocorrência pelos limites desse intervalo, e produz o exterior (E) desse domínio, ao convocar os outros intervalos da série temporal como alteridade subtendida – poderia ser o caso, mas não é – (*O gol chegou no segundo tempo*), ou ao excluir os outros intervalos da série como alteridade desconsiderada – impossível de ser o caso – (*A família chegou na segunda-feira*). Por outro lado, no intervalo aberto, o interior do domínio de validação compreende os valores temporais próximos da duração central assinalada em Y, e o exterior compreende os valores distantes dessa duração, excluídos como inexistentes (não pode ser o caso) (*Se o presidente chega em 10 minutos, então não deve tardar*).

Estado: O marcador EM opera **a)** a localização do termo orientado X em uma zona de alienação, instanciada pelo termo orientador Y (*O aluno ficou em dúvida*); **b)** a localização de X em uma zona de generalização Y (*A loja ficou em promoção*); **c)** a localização de X em uma zona de impregnação Y (*A casa ficou em silêncio*); **d)** a localização de X em uma zona de absorvência (*O homem ficou em graça*); **e)** a localização de X em uma zona de encerramento Y (*O namorado ficou na vontade*).

Também nas representações de estado, operando um vetor tendencial que faz com que Y – estruturado como zona homogênea – puxe X para localizá-lo em si, o marcador EM produz, simultaneamente, o interior (I) e o exterior (E) do domínio de validação da ocorrência. Assim, em **a)** a alienação de X (*aluno*) por Y (*dúvida*) situa o primeiro na zona ESTADO DE DÚVIDA – (I) –, ao mesmo tempo que repele a zona NÃO-DÚVIDA, como (E) vazio da propriedade constitutiva do domínio de validação da ocorrência; em **b)** na incidência de Y (*promoção*) por todo o X (*loja*) acessa-se a zona (I) da PRÁTICA ABRANGENTE (de preços rebaixados) e repulsa-se a zona (E) da PRÁTICA RESTRITA; em **c)** a impregnação de X (*casa*) por Y (*silêncio*) opõe as zonas QUIETUDE ou MISTÉRIO (I) e as zonas AGITAÇÃO ou NORMALIDADE (E); em **d)** a absorvência de X (*homem*) por Y (*graça*) abre o domínio de validação ELEVAÇÃO ESPIRITUAL e repulsa o exterior CONDIÇÃO HUMANA; em **e)** a localização de X (*namorado*) em uma zona de encerramento Y (*vontade*) operada por EM opõe o interior do domínio de validação da ocorrência INTERDIÇÃO, ao exterior PERMISSÃO, em que tal ocorrência não pode ser verificada.

Além dessas representações construídas por EM nesses três campos de ocorrência, pudemos descrever o funcionamento de certas formas prefixais EM-/EN-

em diversos usos, como a atração de X para uma zona intermediária Y, a qual localiza X entre dois estados ou domínios opostos. Por exemplo, no enunciado *Entardece*, o termo orientado X (*a passagem do dia*) é puxado para a zona fronteira de dispersão da luz solar Y (OCASO) e situado na transição (interior do domínio de validação) das zonas exteriores e extremas DIA – alteridade daquilo que deixa de ser o caso – e NOITE – alteridade daquilo que ainda não é o caso. Em *A panela enferrujou*, X (*panela*) é atraída para a zona de degradação material Y (OXIDAÇÃO), entre USO e DESUSO. *Emperrado*, no entre-dois de FECHADO e ABERTO, localiza X na zona intermediária TRAVAMENTO, instanciada pelo termo Y, e assim por diante.

É exatamente essa operação que se manifesta, ainda, em certas construções exclusivas da preposição EM, tais como *em obras*, que localiza X na zona Y a meio caminho de PLANEJAMENTO e REALIZAÇÃO; *em gestação*, entre SER e NÃO SER; *em fuga*, entre APRISIONAMENTO e LIBERDADE, entre outras, as quais também pudemos analisar no corpo desta tese.

Vemos que o marcador EM, ao estruturar o termo orientador Y como zona homogênea que localiza o termo orientado X (Y é o universo de X, abrangendo-o de diversas maneiras), implica a construção de uma topologia de dupla ordem. A primeira é dual (oposição), na qual se acessa o interior (I) do domínio de validação da ocorrência, e se repulsa o exterior (E) do domínio como inexistente (impossibilidade da ocorrência) ou como alteridade descartada (possibilidade da ocorrência, sem que seja o caso). A segunda topologia é ternária (passagem), na qual o interior (I) do domínio de validação se configura como zona de transição, entre um exterior (E) – repellido como alteridade daquilo que já não é mais o caso – e um (E) virtualmente acessível como o que pode ser caso.

Ora, há um princípio de razão suficiente na base da teoria linguística criada por Culioli³⁵ que levanta o problema de saber por que são estas e não outras as representações que se realizam com determinado marcador, ou de maneira diversa, quais os princípios formais (abstratos) que fazem com que um marcador opere a construção de tais e tais sentidos e não diferentemente. Portanto, a determinação da identidade semântica de um item linguístico remete ao desafio de formular o

³⁵ Culioli faz referência explícita a Leibniz, filósofo criador desse princípio: “Eu me dei conta do que fazia: [...] você sabe, a questão de Leibniz ‘Por que existe alguma coisa antes do que nada?’, mas também: por que há isso e não outra coisa?” (CULIOLI, NORMAND, 2005, p. 62)

esquematismo invariante que regula seus usos tão diversos, mas não quaisquer, e que possibilitam o cálculo de enunciados possíveis e impossíveis nos quais ele se agencia, na medida em que é dessa invariância que decorrem as configurações da variação cotextual.

No caso das preposições, a formulação da identidade semântica deve levar em consideração a natureza relatora desse tipo de marcador, evitando, assim, confundir sua identidade com a dos termos que ela põe em relação. Essas exigências de uma razão suficiente que fundamente o múltiplo não aleatório das ocorrências das formas linguísticas, além do rigor no tratamento dos dados empíricos e a intuição heurística, possibilitou-nos a apreensão da identidade semântica do marcador EM e sua formulação em termos de *propriedade ímã*.

A propriedade ímã revela-se de grande valor explicativo e somente deixa-se manifestar considerado o conjunto das ocorrências objeto de análise. De fato, é somente na medida em que manifesta tal propriedade que o marcador EM estrutura o termo introduzido – Y – como zona de localização. Isso porque, graças à propriedade ímã, o marcador EM opera um vetor tendencial que faz com que o termo orientado X seja atraído para Y e nele contido. Ou de outra forma, por virtude da propriedade ímã, EM investe Y de uma força “magnética” que puxa X para o seu domínio, configurando-o, então, como extensão abstrata – ou não – (zona homogênea), na qual X se situa. Que Y se estruture como zona homogênea, significa que a propriedade ímã do marcador EM gera não somente uma força de atração, mas também uma força de repulsão. De fato, ao mesmo tempo em que opera a tendência de X para a – e sua consequente localização na – zona Y, o marcador EM produz o interior do domínio no qual as ocorrências podem ser identificadas, e produz o exterior do domínio, repelindo-o como campo vazio das propriedades que tornam impossível verificar as ocorrências.

Isso posto, é possível formular a identidade de EM como o marcador de:

uma relação entre o termo orientado X e o termo orientador Y, na qual, por virtude de uma propriedade – aqui chamada de propriedade ímã –, opera-se a atração do primeiro termo para o segundo, estruturando-se Y como zona de localização de X. Com essa operação, EM situa a ocorrência no interior do domínio de validação, oposto ao exterior do que não pode ser o caso, ou do que poderia ser o caso, mas não é.

Seria preciso modificar ligeiramente essa formulação para dar conta de diversos usos das formas prefixais EM-/EN- e da preposição EM, já apontados,

afirmando-se que se trata do marcador de:

uma relação entre o termo orientado X e o termo orientador Y, na qual, por virtude de uma propriedade – aqui chamada de propriedade ímã –, opera-se a atração do primeiro termo para o segundo, estruturando-se Y como zona de localização de X, de natureza intermediária. Com essa operação, EM situa a ocorrência no interior do domínio de validação, configurado como o entre-dois da zona exterior do que deixou de ser o caso e da zona exterior do que ainda não é o caso.

Com esta proposição, pretendemos apreender a identidade semântica do marcador EM, ou ao menos lhe propor uma primeira formulação.

Além disso, fazendo funcionar a identidade semântica de EM, assim formulada, na descrição do campo de ocorrência em que concorrem os sintagmas *chegar em* e *chegar a*, pretendemos também propiciar novos instrumentos para o ensino do uso de tal marcador em sala de aula, que se afaste das meras prescrições normativas do “certo” e do “errado”. Foi o que se empreendeu no último capítulo, em que a concorrência entre as formas *chegar em* e *chegar a* foi analisada considerando-se ambas como marcas de operações de construção de sentido, o que permite explorar, criativa e reflexivamente, a atividade de linguagem realizada pelos alunos em sua prática linguageira diária.

O resultado desse trabalho coloca-se modestamente como contribuição nesse vasto programa de pesquisa projetado por Antoine Culioli, ao qual já nos referimos, e que está contido na própria definição de linguística dada pelo autor: “a linguística tem por objeto a atividade de linguagem apreendida através da diversidade das línguas” (CULIOLI, 1990, p. 14). Como já indicamos no início dessa conclusão, o autor não deixa de lembrar que somente “apreendemos os universais através das variações de superfície de cada língua” (CULIOLI, 1999a, p. 22), de maneira a fazer “o inventário razoável dos empregos” (CULIOLI, 1999a, p.22) de certas formas linguísticas numa dada língua, e de sorte a “transportar para uma outra língua o que se descobriu na primeira” (CULIOLI, 1999a, p. 23). Com efeito, por um lado, nosso trabalho junta-se aos esforços empreendidos por ROMERO (2011b, 2013a) e VILELA (2016), que puderam formular, respectivamente, a identidade semântica das preposições POR e COM, e com os quais dialogamos ao longo de nosso percurso. Certamente, esses esforços serão enriquecidos por novas pesquisas realizadas dentro do mesmo espírito teórico. Por outro lado, assim como o estudo levado a cabo por Franckel e Paillard (2007) sobre a preposição francesa DANS foi extremamente

proveitoso para o nosso trabalho, nossos resultados podem, por sua vez, ser úteis para pesquisadores que, porventura, busquem a identidade semântica dos itens preposicionais de outras línguas. Apenas começamos a percorrer essa longa e árdua estrada do conhecimento linguístico desbravada pelo espírito inovador e rigoroso de Antoine Culioli.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ANDRADE, Mário de. In.: ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924-1945 / Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade; organização: Lélia Coelho Frota; apresentação e notas às cartas de Mário de Andrade: Carlos Drummond de Andrade; prefácio e notas às cartas de Carlos Drummond de Andrade: Silviano Santiago. – Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2002.
- ASHINO, F., FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D. Prépositions et rection verbal- Étude des prépositions: avec, contre, en, par, parmi, pour. In.: *GRAMM-R Études de linguistique française*. Vol. 39. Bruxelas : Peter Lang, 2017.
- BERG, M. *O Comportamento Semântico-Lexical das Preposições no Português do Brasil*. 2005. 128 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.
- BÍBLIA SAGRADA. Brasília: Edições CNBB, 2010.
- CABRAL, M. Preposição. 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/preposicao.htm>. Acesso em 12 de abril de 2018.
- CAMARA JR, J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 13ª ed. – Petrópolis, Vozes, 1986.
- CORDEIRO, P. Preposição. Diferenças entre preposição e conjunção. 2014. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3938063>. Acesso em 12 de abril de 2018.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation tome 1*. Opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation tome 2*. Formalisation et opérations. Paris: Ophrys, 1999a.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation tome 3*. Domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation : tours et détours*. Limoges : Lambert-Lucas, 2018.

- CULIOLI, A., NORMAND, C. *Onze rencontres sur le langage et les langues*. Paris: Ophrys, 2005.
- CUNHA, C., CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2001.
- DE VOGÜÉ, S. *Construction d'une valeur référentielle: entités, qualités, figures*. Presses Universitaires de Rennes, Travaux linguistiques du Cerlico, vol. 12. p. 77-106, 1999.
- DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D. *Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação*. Org. de textos e de trad. por Márcia Romero e Milenne Biasotto-Holmo. São Paulo: Contexto, 2011a.
- DE VOGÜÉ, S. Os princípios organizadores da variedade das construções verbais. Trad. Márcia Romero e Helena Valentim. *ReVEL*, v.9, n. 16, p. 276-315, 2011b.
- DUCARD, D. De l'énonciation à la 'grammaire subjective' - Entretien avec Antoine Culioli. In : DUCARD, D. *Entre grammaire et sens : études sémiologiques et linguistiques*. Paris: Ophrys, p. 7-20, 2004.
- FLORES, V. N. et al. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FRANCKEL, J.-J., PAILLARD, D. *Grammaire des prépositions*. Paris: Ophrys, 2007.
- GARCIA, S. A. *Questões de Sintaxe sob a ótica enunciativa: Contribuições para um ensino reflexivo da categoria verbal*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2014, 148 p.
- GILBERT, E. *Ebauche d'une formalisation des prépositions In, On et At*. Cynos, Volume 21 nº1, mis en ligne le 25 juillet 2005. URL: <http://revel.unice.fr/cynos/index.html?id=11>.
- HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: *Teoria Crítica do Século XXI*. Jessé Souza e Patrícia Mattos (org). São Paulo: Annablume, 2007.
- HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ILARI, R. (org.). *Palavras de classe fechada: Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- KIIHL, J. P. *Semântica lexical: reflexões sobre o processo de construção da significação e o desenvolvimento de conceitos*. Dissertação (Mestrado). São

- Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2016, 162 p.
- LAKOFF, G., JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. London: The university of Chicago press, 2003. Disponível em: <http://shu.bg/tadmin/upload/storage/161.pdf>.
- LEEMAN, D., VAGUER, C. *La préposition peut-elle être prédicative? Le cas de la préposition en*. 2016. Verbum (Presses Universitaires de Nancy), Université de Nancy II, XXXVI, p. 397-420, 2014.
- LIMA, C. H. da R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- LIMA, M. A. F. De que modo a gramática pode contribuir para a funcionalidade do ensino de língua materna? *Revista do GELNE*, Natal/RN, Vol. 18 - Número 2: 7-30. 2016.
- LIMA, V. S. *A prática de reformulação de enunciados como fundamento para o trabalho com significação nas aulas de língua portuguesa*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2013, 135 p.
- NEVES, M. H. de M. *Uma visão geral da gramática funcional*. Revista Alfa, v. 38, 1994. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3959>.
- NEVES, M. H. de M. *Guia de uso do português. Confrontando regras e usos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- OLIVEIRA, A. de Araújo. *Relações semântico-cognitivas no uso da preposição “em” no português do Brasil*. Tese de doutorado. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- ONOFRE, M. B. Processos de leitura em construção: a articulação entre gramática e produção de *texto*. Estudos Linguísticos. In: *Estudos Linguísticos*, v. 47. n. 2, p. 368-380, São Paulo, 2018.
- PAILLARD, D. *Prépositions et rection verbale*, 2002. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-travaux-de-linguistique-2002-1-page-51.htm>.
- PIETRI, E. O ensino de português no Brasil: as desigualdades da distribuição linguística. Educação em revista (online), v. 34, p. 1-30, 2018.
- RAMOS, H. C. *Por uma vida melhor*. Coleção *Viver e aprender*. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2011.
- REZENDE, L. M. Atividade epilinguística e o ensino de língua portuguesa. In:

- Revista do GEL* (São José do Rio Preto), vol. 5, p. 95-108, 2008.
- REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem e o conceito de atividade no ensino de língua materna. *ESTUDOS LINGÜÍSTICOS*, São Paulo, 40 (2): p. 707-714, mai-ago 2011.
- ROMERO, M. Gramática operatória e ensino do léxico em língua portuguesa: fundamentos para uma prática reflexiva. In. BROCARD, M. T. & CAETANO, M. C. (Eds.) *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n. 5, Lisboa: Colibri, 2010.
- ROMERO, M. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. *Revel*, v. 9, n. 16, 2011a.
- ROMERO, M. Le fonctionnement sémantique de la préposition POR en portugais brésilien. *Faits de Langues*, Les Cahiers, Paris: Ophrys, n. 3, p. 209-232, 2011b.
- ROMERO, M. Processos enunciativos e identidade semântica da preposição POR. In: *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n. 46, p.149-170, 2013a.
- ROMERO, M. A atividade de reformulação enunciativa como fundamento para uma prática reflexiva. In : DEL RÉ, A., KOMESU, F., TENANI, L. & VIEIRA, A. J. (Org.). *Trilhas linguísticas*, n. 23, São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 137-153, 2013b.
- ROMERO, M. Léxico, invariancia y actividad de lenguaje. In. GARCÍA-MOLINS, A.L. & JIMÉNEZ, D. J. (eds.). *Enacción y léxico*. Valencia: Tirant Humanidades, p. 121-142, 2017a.
- ROMERO, M. Variation et conservation linguistiques en portugais: identité sémantique des unités verbales et invariance langagière. In: *Signifiances (Signifying)*, vol. 1, n. 3, p. 183-198, 2017b.
- ROMERO, M. À propos des modes de signifiance: le littéral et le figuré revus par le jeu notionnel. In: S. Bédouret-Larraburu, C. Copy (Éd.). *L'épilinguistique sous le voile littéraire: Antoine Culioli e la TO(P)E*. PUPPA, Pau: France, p. 289-318, 2018.
- ROMERO, M., GOLDNADEL, M., RIBEIRO, P. N. & FLORES, V. N. *Manual de Linguística: Semântica, Pragmática e Enunciação*. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- ROMERO, M., VÓVIO, C. Da criatividade do falar do jovem às práticas pedagógicas criadoras. In. *Interacções*, n. 17, p. 72-95, 2011.

- ROMERO, M., TRAUZZOLA, V. S. L. Identidade lexical, funcionamento enunciativo e variação semântica para a Teoria das Operações Enunciativas. In: *Calidoscópio*, Rio Grande do Sul. v. 12, n. 02, p. 239-248, 2014.
- ROMERO, M., VILELA, T. R. O uso interproposicional de POR em uma descrição unitária de funcionamento da preposição. In. DIAS, L. F. *et alli* (orgs.) *Enunciação e materialidade linguística*. BH: Ed. UFMG, 2015.
- ROMERO-LOPES, M. C. *Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.
- ROMERO-LOPES. M. C. Gramática operatória e ensino de línguas. In REZENDE, L.M., MASSINI-CAGLIARI, G. &, BARBOSA, J. B. (Org.) *O que são língua e linguagem para os linguistas*. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Ed.; SP: Cultura Acadêmica, n. 13, p. 85-99, 2007.
- VILELA, T. R. *Educação léxico-gramatical: um estudo semântico-enunciativo da preposição COM*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo (2016), 190 p.
- VILELA, T. R., ROCHA, E. G. L. Um breve panorama: descrição e abordagem metodológica de preposições no português brasileiro. In: *Estudos Linguísticos*, v. 46. n. 1, p. 296-310, São Paulo, 2017.